

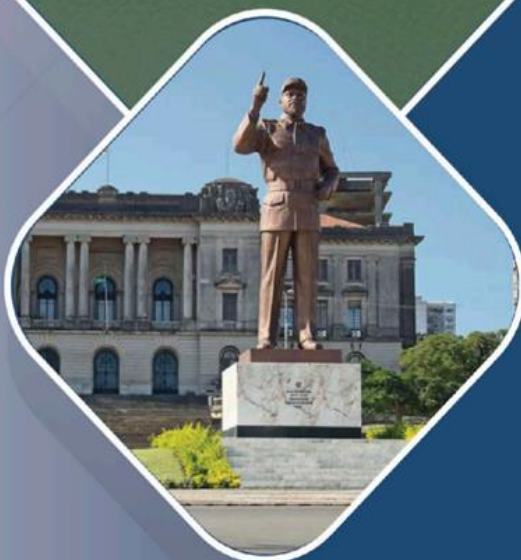


República de Moçambique

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026



OUTUBRO DE 2025



ÍNDICE

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
ACRÓNIMOS	vii
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
I. INTRODUÇÃO	9
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
2.1 Contexto Internacional	11
2.1.1 Crescimento Económico Global	11
2.1.2 Desenvolvimento e Perspectivas Regionais	13
2.1.3 Tendência do Nível de Preços	15
2.1.4 Evolução dos Preços dos Produtos Primários	16
2.1.5 Tendência do Comércio e Investimento Internacional	17
2.2 CONTEXTO NACIONAL	18
2.2.1. Crescimento Económico	18
2.2.2 Perspectivas de Crescimento Económico	20
2.2.3 Agricultura, Produção Animal e Florestas	21
2.2.4 Pescas, Aquacultura e Serviços Relacionados	24
2.2.5 Indústria Extractiva	25
2.2.6 Indústria Transformadora	26
2.2.7 Electricidade e Gás	28
2.2.8 Transportes e Comunicações	28
2.2.9 Educação	32
2.2.10 Saúde e Acção Social	32
2.2.11. Inflação, Taxas de Juro e de Câmbio	32
2.2.12. Balança de Pagamentos	35
III. EXECUÇÃO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO À JUNHO DE 2024 E 2025	36
IV. ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2026-2028	39
V. PREVISÃO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO 2026	40
5.2 PREVISÃO DE RECURSOS DO ESTADO 2026	41
5.2.1 Recursos Internos	41
5.2.2 Recursos Externos	45
5.3 PREVISÃO DAS DESPESAS DO ESTADO 2026	47
5.3.1 Despesas de Funcionamento	49
5.3.2 Despesas de Investimento	52

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

5.3.3 Transferências às Comunidades	53
5.3.4 Fundos de Desenvolvimento Económico Local – FDEL	55
5.3.4 Despesas com Operações Financeiras	55
5.3.5 Despesas Segundo a Classificação Funcional	56
5.3.6 Previsão do Serviço da Dívida Pública	57
VI. MEDIDAS E ACÇÕES DE POLÍTICA PARA 2026 POR PILARES E PROGRAMAS	58
6.1 Principais Acções por Pilares e Programas	58
6.1.1 PILAR I - UNIDADE NACIONAL, PAZ, SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO	58
6.1.1.2 Programa: Defesa Nacional, Segurança Interna do Estado	59
6.1.1.3 Programa: Democracia e Participação	60
6.1.1.4 Programa: Reforma e Modernização da Administração Pública	61
6.1.1.5 Programa: Reforço à Prevenção e Combate à Corrupção e aos Crimes Económicos e Financeiros	61
6.1.1.6. Programa: Descentralização Desconcentração Administrativa e Financeira	62
6.1.1.7 Programa: Cooperação	62
6.2.2 PILAR II - TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA	64
6.2.2.1 Programa: Estabilidade Macroeconómica	65
6.2.2.2 Programa: Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade	65
6.2.2.3 Programa: Ambiente de Negócios	68
6.2.2.4 Programa: Emprego, Empreendedorismo, Auto-Emprego e Trabalho Digno	69
6.2.2.5 Programa: Investigação Científica, Tecnológica e Inovação	70
6.3.3 PILAR III - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA	71
6.3.3.1 Programa: População e Capital Humano	71
Na área da Educação Pré-Escolar	71
Na área da Educação Geral	71
6.3.3.2 Programa: Protecção, Assistência, Inclusão Social e Equidade	73
6.3.3.3 Programa: Juventude	74
6.3.3.4 Programa: Cultura e Desporto	75
6.3.3.5 Programa: Género	76
6.4.4 PILAR IV - INFRA-ESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	76
6.4.4.1 Programa: Infra-estruturas económicas	77
6.4.4.2 Programa: Infra-estruturas Sociais	79
6.4.4.3 Programa: Infra-Estruturas de Administração Pública	81
6.4.4.4 Programa: Infra-estruturas de Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infra-estrutura Sustentável	81
6.5.5 PILAR V - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR	82
6.5.5.1 Programa: Gestão Ambiental	82

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

6.5.5.2 Programa: Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres.....	83
6.6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR NÍVEL TERRITORIAL.....	84
6.7 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS DOS ÓRGÃO DE GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA PROVINCIAL (OGDP).....	85
6.8 PREVISÃO DO FINANCIAMENTO DO DÉFICE ORÇAMENTAL 2026.....	86
6.9 COMPROMISSOS SECTORIAIS.....	87
6.10 PREVISÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL 2026.....	88
VII. PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS PARA 2026.....	89
VIII. INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA.....	92
IX. ACTIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM AS REGRAS INTERNACIONAIS.....	93
X. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Perspectivas de Crescimento de África por Grupo de Países (%).....	14
Quadro 2. Projecção dos Preços de Commodities	17
Quadro 3. Taxa de Crescimento do PIB por Ramo de Actividade (%)	21
Quadro 4. Produção das Principais Culturas Alimentares	22
Quadro 5. Evolução dos Efectivos Pecuários.....	23
Quadro 6. Produção de Carnes, Leites e Ovos	23
Quadro 7. Evolução da Produção Pesqueira (Ton).....	24
Quadro 8. Evolução da Produção Mineira.....	26
Quadro 9. Evolução da Produção Industrial.....	27
Quadro 10. Evolução da Produção de Energia Eléctrica	28
Quadro 11 Variação da Produção do Sector de Transportes e Comunicações	29
Quadro 12. Transportes e Logística – Taxa de Crescimento (%).....	31
Quadro 13. Evolução do Efectivo Escolar	32
Quadro 14. Principais Indicadores Monetários.....	35
Quadro 15. Execução do PESOE de Janeiro à Junho de 2024 e 2025	37
Quadro 16. Envelope de Recursos para o Período 2026-2028	39
Quadro 17. Previsão de Recursos Internos 2026	42
Quadro 18. Recursos Externos 2025.....	45
Quadro 19. Donativos (em milhões de USD).....	46
Quadro 20. Créditos (em milhões de USD).....	46
Quadro 21. Previsão da Despesa do Estado para 2026.....	48
Quadro 22. Impacto Orçamental das Novas Admissões em 2026 (Em Milhões de MT)	50
Quadro 23. Programas de Protecção Social	52
Quadro 24. Despesas de Investimento para 2026	52
Quadro 25. Transferências às Comunidades (em Mil MT).....	54
Quadro 26. Distribuição do FDEL por Província - (em Mil MT).....	55
Quadro 27. Operações Financeiras do Estado para 2026	56
Quadro 28. Despesa Segundo a Classificação Funcional	56
Quadro 29. Serviço da Dívida (em milhões de MT e % do PIB)	57
Quadro 30. Alocação da Despesa por Pilares 2026 (em milhões de MT e % da Despesa Total)	58
Quadro 29. Matriz Estratégica do Programa Defesa Nacional, Segurança Interna e do Estado	59
Quadro 32. Matriz Estratégica do Programa Democracia e Participação	60
Quadro 33. Matriz Estratégica do Programa Reforma e Modernização da Administração Pública .	61
Quadro 34. Matriz Estratégica do Programa Reforço à Prevenção e Combate à Corrupção e aos Crimes Económicos e Financeiros.....	62
Quadro 35. Matriz Estratégica do Programa Cooperação	64
Quadro 36. Matriz Estratégica do Programa Estabilidade Macroeconómica	65
Quadro 37. Matriz Estratégica do Programa Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade.....	68
Quadro 38. Matrizes Estratégicas do Programa de Ambiente de Negócios	69
Quadro 39. Matriz Estratégica do Programa Emprego, Empreendedorismo, Auto-Emprego e Trabalho digno.....	70
Quadro 40. Matriz Estratégica do Programa Investigação Científica, Tecnológica e Inovação.....	71
Quadro 41. Matriz Estratégica do Programa População e Capital Humano	73
Quadro 42. Matriz Estratégica do Programa Protecção, Assistência, Inclusão Social e Equidade	74
Quadro 41. Matriz Estratégica do Programa da Juventude.....	75
Quadro 44. Matriz Estratégica do Programa da Cultura e Desporto.....	75

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

Quadro 45. Matriz estratégica do Programa do Género	76
Quadro 46. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas Económicas	78
Quadro 47. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas Sociais.....	80
Quadro 48. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas de Administração Pública	81
Quadro 49. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas de Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infra-estrutura Sustentável	82
Quadro 50. Matriz Estratégica do Programa Gestão Ambiental	83
Quadro 51. Matriz Estratégica do Programa Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres.....	83
Quadro 52 Alocação da Despesa por ODS (milhões de MT e em % da Despesa Total)	84
Quadro 53 Alocação de Recursos por Âmbito Territorial	84
Quadro 54. Limites para Órgãos de Governação Descentralizada Provincial	85
Quadro 55. Previsão do Défice Orçamental 2026	86
Quadro 56. Compromissos Sectoriais (em milhões de MT e em % da Despesas Total)	88
Quadro 57. Equilíbrio Orçamental 2026	89
Quadro 58. Medidas de Mitigação dos Riscos Fiscais	90
Quadro 59. Evolução do Stock Total da Dívida do Governo Central (em milhões USD).....	92
Quadro 60. Evolução do Stock Total da Dívida do Governo Central (em milhões USD).....	92
Quadro 61. Empresas Públicas (Em Mil Meticais).....	93
Quadro 62. Participações Públicas (Em Mil Meticais).....	94
Quadro 63. Participações Minoritárias.....	94
Quadro 64. Empresas Minoritárias - Para a venda aos Sócios Maioritários	95
Quadro 65 Participações Maioritárias em Liquidação	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do Crescimento do PIB Mundial (%)	12
Gráfico 2. Perspectivas de Crescimento em África (%)	14
Gráfico 3. Inflação Mundial e por Grupo de Economias (%).....	15
Gráfico 4. Evolução do índice de Preços de Produtos Primários	16
Gráfico 5. Crescimento do Volume do Comércio Internacional (%)	18
Gráfico 6. Taxa de Crescimento do PIB por Trimestre, 2023-2025 (%).....	19
Gráfico 7. Sectores com Crescimento mais Dinâmico – II Trimestre de 2025	19
Gráfico 8. Peso dos Sectores de Actividade no PIB – II Trimestre de 2025	20
Gráfico 9. Evolução das Taxas de Juro MIMO, Prime Rate e Inflação Média 12 meses	33
Gráfico 10. Comportamento das Taxas de Câmbio.....	34
Gráfico 11. Balança Comercial (USD milhões)	36
Gráfico 12. Estrutura das Receitas do Estado em Janeiro-Junho 2024 e 2025.....	37
Gráfico 13. Composição das Despesas do Estado de Janeiro à Junho de 2024 e 2025	38
Gráfico 14. Estrutura da Receita do Estado em 2026.....	43
Gráfico 15. Composição do Orçamento do Estado (em % do Total de Recursos).....	47
Gráfico 16. Composição da Despesa do Estado para 2026 (em % da Despesa Total).....	49
Gráfico 17. Estrutura das Despesa de Funcionamento (2025 e 2026).....	49
Gráfico 18. Composição das Transferências Correntes para 2026 (%)	51
Gráfico 19. Transferências das Receitas de Exploração Florestal e Faunística	54
Gráfico 20. Financiamento do Défice Orçamental para 2026 (em % PIB)	87

ACRÓNIMOS

AF- Agregados Familiares

APS - Agentes Polivalentes de Saúde

BdPESOE - Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado

BM - Banco de Moçambique

BRT - Bus Rapid transport

CAI- Centros de Atendimento Integrado

CFHCB- Comitês de Gestão de Conflito Homem Fauna Bravia

CLGRD- Comitês Locais de Gestão de Riscos e Desastres

CPLP- Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

CUT- Conta Única do Tesouro

END- Estratégia Nacional de Desenvolvimento

e-SIRCEV- Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais

EUA- Estados Unidos da América

FAE- Funcionários e Agentes do Estado

FARE-Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia

FDEL-Fundo Desenvolvimento Económico Local

FGM- Fundo de Garantia Mutuária

FRE- Fundo para à Recuperação Económica

FSM- Fundo Soberano de Moçambique

GNL- Gás Natural Liquefeito

GNV- Gás Natural Veicular

GPL- Gás de Cozinha

HCB- Hidroelétrica de Cahora Bassa

HIV-Vírus de Imonodifeficiência Humana

IDE- Investimento Directo Estrangeiro

IGEPE- Instituto de Gestão das Participações do Estado **EE**

INE- Instituto Nacional de Estatística

IRPC- Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

IRPS- Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

MAAP- Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas

MEC- Ministério de Educação e Cultura
MF- Ministério das Finanças
MIMO- Taxa de Juro de Política Monetária
MIREME- Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MPD- Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MPME- Micro, Pequenas e Médias Empresas
MZn- Meticais
NEE- Necessidades Educativas Especiais
ODS- Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OGDP- Órgãos de Governação Descentralizada Provincial
ONU- Organização das Nações Unidas
OP- Plano e Orçamento
PASD- Programa Apoio Social Directo
PASP- Programa Acção Social Produtiva
PAUS- pessoas desamparadas em unidades sociais
PESD- Programa do Ensino à Distância
PESOE- Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PIB- Produto Interno Bruto
PQG- Programa Quinquenal do Governo
PRECE- Plano de Recuperação Económica e Crescimento
ProsSAS- Programa Serviços de Acção Social
REN - Rede Eléctrica Nacional
RIB- Reservas Internacionais Brutas
SADC- Comunidade de Desenvolvimento de Africa Austral
SISTAFE- Sistema de Administração Financeira do Estado
UIR- Unidade de Intervenção Rápida
US- Unidades Sanitárias
USD- Dólar Norte Americano
VBG- Violência Baseada no Género
WEO- World Economic Outlook
ZAR- Rand

PRINCIPAIS ESTATÍSTICAS ORÇAMENTAIS

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

	2023	2024	2025	2026
	REAL	REAL	LEI	PROP.
PIB nominal (Milhões MT)	1,336,561	1,453,541.0	1,544,884	1,655,907
Taxa de Crescimento real (%)	5.0	2.2	2.9	3.2
Taxa de Inflação média anual (%)	7.1	3.2	7.0	3.7
RIL (Meses de Cobertura de Importação)	4.3	5.0	4.7	4.4
Exportações (Milhões de USD)	8,276.4	8,211.3	8,231.0	8,436.0
Importações (Milhões de USD)	9,179.6	6,455.2	9,254.0	9,549.0

QUADRO FISCAL

	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	LEI	PROP.
RECEITA DO ESTADO	326,386.8	351,277.9	385,871.8	421,959.0
% do PIB	24.4%	24.2%	25.0%	25.5%
DESPESA DO ESTADO	471,922.2	509,265.4	512,749.8	535,623.8
% do PIB	35.3%	35.0%	33.2%	32.3%
DÉFICE ORÇAMENTAL	(145,535.4)	(157,987.5)	(126,878.0)	(113,664.8)
% do PIB	-10.9%	-10.9%	-8.2%	-6.9%
CRÉDITO INTERNO	36,433.5	38,984.5	35,094.4	35,983.3
% do PIB	2.7%	2.7%	2.3%	2.2%
SALDO PRIMÁRIO	20,558.1	-60,017.1	55,540.0	61,719.8
% do PIB	1.5%	-4.1%	3.6%	3.7%

RECURSOS INTERNOS

	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	LEI	PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>				
Recursos Internos	379,071.7	460,925.3	424,540.8	457,942.3
Receitas do Estado	326,386.8	351,277.9	385,871.8	421,959.0
Receitas Correntes	322,049.8	345,092.6	378,117.7	403,954.6
Tributárias	294,162.0	311,848.2	339,244.0	367,679.5
Impostos Nacionais	294,162.0	311,848.2	339,244.0	367,679.5
Impostos s/ o Rendimento	149,032.9	155,072.5	168,148.9	172,418.7
Impostos s/ Bens e Serviços	109,132.8	123,692.6	132,857.5	160,467.3
Outros Impostos Nacionais	21,748.9	17,410.2	22,810.6	18,553.8
Taxas	14,247.4	15,673.0	15,426.9	16,239.7
Outras Receitas Correntes	27,887.8	33,244.4	38,873.7	36,275.1
Receitas de Capital	4,337.0	6,185.2	7,754.1	18,004.4
Crédito Interno	36,433.5	38,984.5	35,094.4	35,983.3
Saldos Transitados	6,750.4	-	3,574.6	-

RECURSOS EXTERNOS

	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	LEI	PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>				
Recursos Externos	90,902.6	68,504.8	88,209.0	77,681.5
Contravalores não Consignados	26,779.1	7,732.3	9,585.0	-
Donativos	20,562.2	-	9,585.0	-
Créditos	6,216.9	7,732.3	-	-
Donativos	39,748.8	42,186.3	48,651.2	52,636.9
Para Projectos	36,908.8	37,459.5	40,516.8	43,729.9
Fundo Comum	2,840.0	4,726.8	8,134.4	8,907.0
Créditos	24,374.8	18,586.2	29,972.8	25,044.6

DESPESA DO ESTADO

	2023	2024	2025	2026
	CGE	CGE	LEI	PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>				
DESPESA TOTAL	471,922.2	509,265.4	512,749.8	535,623.8
Despesas de Funcionamento	341,989.6	364,146.9	351,253.2	370,270.4
Despesas Correntes	333,748.5	361,605.3	350,575.8	369,549.0
Despesas de Capital	8,241.1	2,541.6	677.4	721.4
Despesas de Investimento	69,996.4	96,457.7	98,776.4	107,559.6
Componente Interna	33,256.4	45,304.2	24,092.0	30,109.1
Componente Externa	36,740.0	51,153.5	74,684.4	77,450.5
Operações Financeiras	59,936.2	48,660.8	62,720.3	57,793.8
Activas	3,208.7	3,509.8	6,005.9	2,662.0
Passivas	56,727.5	45,151.0	56,714.4	55,131.8

DESPESA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

	CGE	CGE	LEI	PROP.
	2023	2024	2025	2026
<i>Em Milhões de MT</i>				
Serviços Públicos Gerais	156,029.4	182,715.2	204,754.1	246,413.7
Defesa	28,846.4	31,740.0	21,832.3	20,419.5
Segurança e Ordem Pública	60,028.3	53,747.7	45,420.5	46,931.9
Assuntos Económicos	81,714.6	86,516.4	47,499.5	45,702.9
Protecção Ambiental	5,219.7	4,869.7	2,044.9	3,146.2
Habitacção e Desenvolvimento Colectivo	5,541.4	10,751.4	14,965.6	19,910.4
Saúde	48,566.3	48,722.3	49,236.8	47,349.7
Recreação, Cultura e Religião	2,467.3	2,020.8	3,066.4	2,247.5
Educação	77,972.5	82,264.2	92,082.5	95,958.2
Segurança e Acção Social	5,536.4	3,745.0	31,847.2	7,543.9
TOTAL	471,922.3	507,092.7	512,749.8	535,623.8

PRINCIPAIS MEDIDAS POR PILARES E PROGRAMAS

**PILAR I - UNIDADE NACIONAL, PAZ,
SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO**

**191.700,8 Milhões
de MT**

PROGRAMAS

REFORÇO À PREVENÇÃO E
COMBATE À CORRUPÇÃO E AOS
CRIMES ECONÓMICOS E
FINANCEIROS

**14,3
Milhões de
MT**

REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**3.253,1
Milhões de
MT**

**PILAR II - TRANSFORMAÇÃO
ESTRUTURAL DA ECONOMIA**

**133.036,3 Milhões
de MT**

PROGRAMAS

PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE,
DIVERSIFICAÇÃO
E
COMPETITIVIDADE

**4.788,2
Milhões de
MT**

EMPREGO, EMPREENDEDORISMO,
AUTO-EMPREGO e TRABALHO
DIGNO

**4.196,0
Milhões de
MT**

**PILAR III - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
E DEMOGRÁFICA**

**152.426,1 Milhões
de MT**

PROGRAMAS

POPULAÇÃO E CAPITAL
HUMANO

**33.321,8
Milhões de MT**

PROTECÇÃO, ASSISTÊNCIA,
INCLUSÃO SOCIAL E
EQUIDADE

**4.161,4
Milhões de MT**

CULTURA E DESPORTO

**77,6
Milhões de MT**

**PILAR IV - INFRA-ESTRUTURAS,
ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO
TERRITORIAL**

**54.461,6 Milhões
de MT**

PROGRAMAS

INFRA-ESTRUTURAS
ECONÓMICAS

**29.642,6
Milhões de MT**

INFRA-ESTRUTURAS
SOCIAIS

**16.803,5
Milhões de MT**

INFRA-ESTRUTURAS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**4.832,1
Milhões de MT**

**PILAR V - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL,
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR**

**3.999,0 Milhões de
MT**

PROGRAMAS

GESTÃO AMBIENTAL

**233,9
Milhões de MT**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E
GESTÃO DE DESASTRES

**2.532,2
Milhões de MT**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2026 configura-se como o principal instrumento de programação económica e financeira do Governo no curto prazo, reflectindo as prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente. O documento orienta a acção do Estado na mobilização e alocação eficiente de recursos, visando salvaguardar a estabilidade macroeconómica, a modernização das infraestruturas, a transformação estrutural da economia e a melhoria das condições de vida da população.
2. O PESOE 2026 insere-se num contexto marcado pela necessidade de prosseguir-se com a implementação de políticas macroeconómicas e estruturais visando acelerar a recuperação económica, reforçar a resiliência face aos choques internos e externos e transformar o perfil produtivo do País. Assim, o Governo irá privilegiar políticas e programas destinados a estimular o investimento, incrementar a oferta de serviços sociais básicos, gerar emprego digno, promover a inclusão social e a melhorar os padrões de distribuição do rendimento.
3. A nível internacional, prevê-se que a actividade económica global alcance a taxa de 3,1% em 2026, sustentada pela estabilização gradual dos mercados financeiros, recuperação da procura global, controlo das pressões inflacionárias e o avanço tecnológico associado à transição energética. No entanto, a trajectória de crescimento económico mundial continua sensível aos riscos associados a volatilidade dos preços das matérias-primas, as tensões geopolíticas e as disputas comerciais susceptíveis de criar disrupções nas cadeias de oferta globais.
4. No que concerne a economia nacional, projecta-se uma recuperação do crescimento económico para 3,2% em 2026 face aos 2,9% estimados para 2025, sustentado principalmente pela expansão do sector de serviços, o crescimento das exportações de Gás Natural Liquefeito (GNL), o dinamismo do sector agrário e investimentos significativos do sector de energia.
5. Neste contexto, os principais pressupostos macroeconómicos que sustentam o PESOE 2026 são: (i) Crescimento do PIB de **3,2%**; (ii) Inflação média anual estimada em **3,7%**;

(iii) Exportações de bens projectadas em **USD 8.436,0 milhões**; e (iv) Reservas Internacionais Brutas de **USD 3.234,0 milhões**, equivalentes a **4,4 meses de cobertura** das importações de bens e serviços não factoriais, excluindo os megaprojectos.

6. Com base nos pressupostos definidos, constituem metas fiscais quantitativas do PESOE 2026 as seguintes:

- **Receita do Estado:** 421.959,0 milhões de MT, equivalente a 25,5% do PIB;
- **Despesa do Estado:** 535.623,8 milhões de MT, correspondente a 32,3% do PIB;
- **Défice Orçamental:** 113.664,8 milhões de MT, equivalente a 6,9% do PIB; e
- **Saldo Primário:** 61.719,8 milhões de MT, correspondente a 3,7% do PIB.

7. Para a concretização dos objectivos preconizados no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2025-2029, o Governo compromete-se a realizar, entre outras, as seguintes acções estruturadas por Pilares e Programas:

8. No **Pilar I - Unidade Nacional, Paz, Segurança e Governação**, o Governo dará primazia ao fortalecimento da unidade nacional e coesão social, a garantia da defesa e segurança do Estado, a ampliação da democracia e participação do cidadão, modernização da administração pública e reforço ao combate à corrupção. O foco do Governo consistirá na melhoria da prestação de serviços públicos, na assistência jurídica e judiciária aos cidadãos e pessoas carenciadas, bem como na ressocialização dos reclusos após o cumprimento das suas penas.

9. Na área da **Defesa Nacional e Segurança** prevê-se recensear 5.000 jovens para o Serviço Militar Obrigatório, adquirir 4 radares de segurança rodoviária, emitir 389.200 passaportes e 1.857.713 bilhetes de identidade, bem como a realizar de 43.915 reuniões de ligação polícia-comunidade.

10. Na área da **Democracia e Participação**, o Executivo pretende prestar assistência jurídica gratuita a 351.147 cidadãos economicamente carenciados, formar 464 profissionais de justiça (entre magistrados judiciais, do Ministério Público, defensores públicos, Conservadores e Notários), envolver 7.652 reclusos em formação profissional e 7.480 no ensino geral, além de instalar 1 sistema de aviso de prazos de prisão preventiva e aplicar 3.000 pulseiras electrónicas.

11. Na área da **Prevenção e Combate à Corrupção**, pretende-se julgar 180 processos no plenário, 285 no contencioso administrativo e 60% no fiscal e aduaneiro, elaborar 15 planos municipais de prevenção e combate à corrupção e instalar 268 brigadas técnicas de avaliação e selagem de produtos minerais.
12. Na área de **Cooperação Internacional**, prevê-se realizar seis (06) visitas de Estado aos seguintes países: Canada, Botswana, Angola, Rússia, República Popular da China e a República Popular do Vietname, no âmbito do reforço e aprofundamento das relações de irmandade, amizade, solidariedade e de cooperação entre os povos e países, bem como a mobilização de financiamento para a viabilização da agenda nacional de desenvolvimento. Com efeito, prevê-se a assinatura de cinco (5) instrumentos jurídicos e parcerias estratégicas no âmbito da cooperação internacional, assim como a mobilização da Diáspora moçambicana para contribuir para o desenvolvimento do país.
13. No âmbito da **Cooperação Multilateral, Regional e Continental**, serão realizadas duas (2) **Conferências Estatutárias dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana**, sendo uma ordinária e a outra extraordinária. Na mesma senda, Moçambique participará na **Cimeira de Chefes de Estado e Governo da SADC** e na **Assembleia Geral das Nações Unidas**.
14. Prevê-se, igualmente, a abertura de uma **(1) Missão Diplomática** e um **(1) Consulado Geral**, como parte da expansão da rede de Missões Diplomáticas e Consulares da República de Moçambique no mundo.
15. No **Pilar II - Transformação Estrutural da Economia**, constitui foco do Governo continuar a estimular a industrialização, sustentada por um sector agrário robusto capaz de garantir a segurança alimentar e nutricional. A estratégia será, igualmente, de promover um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado, com maior enfoque para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), através de linhas de financiamento, nomeadamente o Fundo de Garantia Mutuária, o Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL) e o Fundo de Recuperação Económica.
16. Na área **Agrária**, prevê-se produzir 351 ton de semente básica; 15.730 ton de semente certificada, 50.743.113 milhões de doses de vacina animal, capacitar 2.600 extensionistas e assistir 1,29 milhões de famílias, criar 47 unidades aquícolas, assistir 8.011 piscicultores, certificar 78.021.89 ton de pescado e licenciar 1.481 unidades produtivas.

17. Para melhorar o **Ambiente de Negócios**, prevê-se expandir a plataforma e-BAU para 20 distritos e a implementação de 5 reformas sectoriais.
18. Na área de **Emprego, Empreendedorismo, Auto-Emprego e Trabalho Digno**, está prevista a inserção de 10.076 jovens em estágios profissionais, a disponibilização de 728 kits de auto-emprego e subvenções a 2.000 jovens, a concessão de 10.000 bolsas de formação profissional, o financiamento 160 projectos pelo FAIJ e 120 MPME rurais pelo FARE.
19. No **Pilar III - Transformação Social e Demográfica**, o Governo continuará a priorizar o investimento do desenvolvimento do capital humano, na promoção de uma transição demográfica favorável e na redução das desigualdades sociais e espaciais, assegurando o acesso universal a serviços essenciais.
20. Na área da **Educação**, está prevista a distribuição de 15,06 milhões de livros, 5.161 carteiras, e contratação de 2.325 professores para o Ensino Geral, 6 Ensino Superior, 20 Ensino Técnico Profissional e 10.260 alfabetizadores e 40 educadores de infância.
21. Na área da **Saúde**, pretende-se disponibilizar 85% de medicamentos essenciais, garantir contraceptivos a 64% das mulheres em idade fértil, rastrear 1,43 milhões de mulheres para cancro do colo do útero, vacinar 1,13 milhões de crianças contra malária, formar 96 médicos, 270 técnicos em diversas especialidades e 65 gestores hospitalares, bem como criar 1 instituto de doenças não transmissíveis.
22. Na **área de Protecção Social**, pretende-se assistir 890.753 agregados familiares (AF) vivendo abaixo da linha da pobreza, inscrever 11.805 trabalhadores por conta própria, 98.201 trabalhadores por conta de outrem e 16.234 empresas no Sistema de Segurança Social, assistir 1.112 crianças vítimas de uniões prematuras, reintegrar 164 crianças vivendo na rua e prestar apoio multiforme à 147.573 crianças em situação de vulnerabilidade.
23. Na área de **Gênero**, as medidas de política terão como foco o empoderamento de 9.495 mulheres e raparigas e assistência a 7.259 vítimas de Violência Baseada no Género (VBG) nos Centros de Atendimento Integrado.
24. No sector dos **Transportes e Logística**, prevê-se adquirir 25 autocarros, 6 locomotivas, 3 aeronaves, 1 navio balizador e 30 equipamentos de fiscalização e navegação.

25. No **Pilar IV - Infra-estruturas, Organização e Ordenamento Territorial**, as prioridades continuarão orientadas para a construção de infra-estruturas integradas, resilientes e sustentáveis por forma a apoiar a produção nacional, criando condições favoráveis para o investimento, geração de emprego e dinamização das cadeias de valor. Concomitantemente, as prioridades no âmbito deste pilar visam assegurar o ordenamento urbano e rural, fortalecer e modernizar os serviços básicos de Educação, Saúde, Água e Saneamento, promovendo inclusão, equidade e melhoria sustentável da qualidade de vida da população. Para alcançar este desiderato, prevê-se implementar no âmbito deste Pilar, as seguintes acções:
26. Nas **Infra-estruturas Económicas**, a matriz de prioridades inclui reabilitar 129 km de estradas nacionais e 50 km regionais, asfaltar 165 km de estradas nacionais e 12 km regionais, realizar a manutenção de 15.030 km de estradas classificadas, electrificar 3 postos administrativos, construir 5 postos de combustíveis em zonas rurais, 10 km de linha férrea (Movene–Ressano Garcia), 11 km de *Bus Rapid Transport (BRT)* e 5 pontes para duplicação da linha de Ressano Garcia.
27. Na área de **Infra-estruturas Hidráulicas**, está previsto a construção de 12 estações de monitoria de recursos hídricos nas províncias de Gaza e Inhambane; reabilitação de 15 km do dique de defesa contra cheias na bacia hidrográfica de Limpopo, Licungo e Búzi e o estabelecimento do modelo completo de previsão hidrológica na bacia hidrográfica de Licungo.
28. Na área de **Infra-estruturas Sociais**, prevê-se a construção de 3 Escolas Secundárias, 50 Salas de aulas para o ensino Primário, 1 centro de formação profissional em Búzi e a conclusão de 2 centros em Muidumbe e Ilha de Moçambique, 20 postos comunitários de saúde, 1 armazém de medicamentos em Nacala Porto e 8 hospitais distritais. Prevê-se, igualmente, a construção de 20 escolinhas comunitárias nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula.
29. Na área de **Infraestruturas da Administração Pública**, prevê-se iniciar a construção da Cidadela Parlamentar no Distrito de Mocuba, na província da Zambézia, construir 5 edifícios para o funcionamento de Conservatórias de Registo Civil, Palácio dos Casamentos

e Delegação Distrital do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e ainda reabilitar 39 conservatórias de Registo Civil.

30. Na área de **Água e Saneamento**, está previsto a construção de 428 fontes de água, 20 mil ligações domiciliárias, 21 sistemas de abastecimento de água, e 4 sistemas de captação, bombagem e tratamento de água e conduta adutoras em Nacala (1), Beira/Dondo (2), Gorongosa (1).
31. Na área de **Género**, pretende-se construir e apetrechar 10 centros de atendimento a vítimas de Violência Baseada no Género em várias províncias.
32. No **Pilar V – Sustentabilidade Ambiental, Mudanças Climáticas e Economia Circular**: Neste pilar o compromisso do Governo é garantir a protecção do meio ambiente, biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, promover o desenvolvimento de uma economia verde e com baixas emissões de carbono, e fortalecer a capacidade nacional de adaptação e mitigação por forma a tornar o País mais resiliente aos desastres naturais. Para o efeito, prevê-se:
33. **Na área de Gestão Ambiental**, realizar o mapeamento e ordenamento da actividade aquícola, fiscalizar 612 empreendimentos sócio-económicos para aferir o nível de cumprimento da legislação ambiental, criar e operacionalizar 2 Comitês de Gestão de Conflito Homem Fauna Bravia (CFHCB), reflorestar 6.000 ha de terras com espécies nativas e exóticas, fiscalizar 600 planos de exploração de terra, actualizar a carta de jazigos e ocorrências de minerais, e mapear áreas sobre pressão ambiental resultante da actividade mineira.
34. **Na área de Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres**, prevê-se emitir 5 licenças de crédito de carbono, adquirir e alocar 2 barcos de busca e salvamento, promover 4 infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas e equipar 8 Comitês Locais de Gestão de Riscos e Desastres (CLGRD).

I. INTRODUÇÃO

35. O **PESOE 2026** marca o segundo ano da primeira fase de implementação do **PQG 2025-2029**, onde a alocação de recursos para o desenvolvimento tem como foco o investimento em infra-estruturas de apoio à produção e sociais, e um maior alinhamento dos compromissos internacionais no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2063 da União Africana e parceiros multilaterais, garantindo coerência entre as metas de política económica e a afectação de recursos públicos.
36. No âmbito da transformação estrutural da economia e geração de riqueza, a estratégia do Governo continuará centrada na promoção da actividade económica local, com enfoque particular nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), assegurando financiamentos através do Fundo de Garantia Mutuária (FGM), Fundo para o Desenvolvimento Económico Local (FDEL), Fundo para à Recuperação Económica (FRE) e na mobilização do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), mitigando as restrições de crédito enfrentadas pelo sector privado. Estes mecanismos, associados à implementação do Plano de Recuperação Económica e Crescimento (PRECE), e reformas estruturais em curso em diversos sectores de actividade, permitirão fortalecer a competitividade do sector privado nacional, melhorar o ambiente de negócios, criar empregos e estimular o crescimento acelerado.
37. Como resultado, a actividade económica continuará a manter uma trajectória de recuperação moderada em 2026, em torno de 3,2%, após um período de desaceleração verificada no último trimestre de 2024 e primeiro trimestre de 2025. A recuperação da actividade económica será apoiada pelo crescimento do sector dos serviços, expansão das exportações de gás natural liquefeito (GNL), o dinamismo do sector agrícola e por investimentos significativos do sector de energia. A taxa de inflação manter-se-á dentro da meta estabelecida pelo Banco de Moçambique, beneficiando-se de uma política monetária acomodatória e da relativa estabilidade cambial.
38. Contudo, importa destacar que a recuperação económica ocorre num ambiente ainda marcado por grandes desafios, resultantes dos efeitos adversos dos choques internos e externos, destacando-se os efeitos ainda visíveis da tensão pós-eleitoral sobre o sector produtivo e infraestruturas, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos

extremos, o terrorismo que assola alguns distritos da província de Cabo Delgado, a suspensão da ajuda externa pela USAID, tensões geopolíticas e disputas comerciais no contexto internacional. Para mitigar estes efeitos, o Governo irá adoptar medidas preventivas e correctivas de forma atempada, bem como continuar a apoiar os agregados familiares afectados pelas calamidades naturais e acções terroristas.

39. Simultaneamente, o Governo reforçará as medidas voltadas para a transformação social do País, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável exige equilíbrio entre crescimento económico e o desenvolvimento do capital humano. Assim, serão priorizadas a construção e apetrechamento de novas unidades hospitalares, escolas gerais e técnicas, bem como a reabilitação das infra-estruturas existentes, de modo a aumentar a resiliência do País face aos choques. Em adição, será assegurada a provisão de recursos adequados para o financiamento de programas de protecção social com especial enfoque na criança, rapariga e mulher, por forma a reduzir vulnerabilidades e promover maior inclusão social.
40. Assim, a implementação da política tributária e orçamental em 2026, irá consistir num processo de consolidação fiscal gradual, buscando equilíbrio entre a necessidade de estabilização macroeconómica e promoção do crescimento económico, bem como o reforço da transparência e da responsabilidade na gestão das finanças públicas. O processo de consolidação fiscal irá consistir em medidas combinadas do lado da receita e da despesa pública. No domínio da receita, a estratégia passa pela mobilização acrescida de recursos internos, destacando-se: i) revisão da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares; ii) Revisão do Código do Imposto sobre Consumos Específicos; iii) Revisão da legislação que aprova o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes e iv) Revisão do Código de Benefícios Fiscais. No domínio da despesa, dar-se-á ênfase ao aprimoramento dos mecanismos de controle do crescimento da folha de salários e remunerações e a implementação da Estratégia de Gestão da Dívida de Médio Prazo (2025-2029).
41. A implementação das medidas acima referidas permite projectar, para 2026, uma receita do Estado correspondente a 25,5% do PIB, equivalente a um acréscimo de 0,5 pontos percentuais face a 2025. A despesa pública, por sua vez, deverá situar-se em cerca de 32,3% do PIB, menos 0,9 pontos percentuais relativamente à projecção de 2025. Como resultado, o défice orçamental registará uma redução, passando de 8,2% do PIB projectado para 2025, para 6,9% do PIB em 2026. Este resultado traduz um esforço acumulado de

consolidação fiscal de 1,3 pontos percentuais do PIB, evidenciando uma trajetória de ajustamento gradual, o que criará condições para à redução do défice fiscal a médio prazo.

42. Este documento está estruturado em **dez** capítulos: o **primeiro** apresenta o resumo das principais medidas e acções de políticas a serem implementadas em 2026; o **segundo** trata do enquadramento macroeconómico, analisando o contexto económico internacional e nacional, e as perspectivas de desempenho para 2026; o **terceiro** avalia a execução do PESOE no I Semestre 2025, comparado ao período homólogo de 2024; o **quarto** descreve o envelope de recursos para o período 2026-2028; o **quinto** delinea as grandes linhas de orientação para o PESOE 2026, incluindo os objectivos e metas previstas para o exercício económico; o **sexto** apresenta as principais medidas e acções de política por Pilares e Programas; o **sétimo** aborda os principais riscos fiscais; o **oitavo** apresenta os indicadores da dívida pública; o **nono** examina os activos financeiros tendo em conta as regras internacionais comumente aceites; e o **décimo** encerra com as considerações finais.

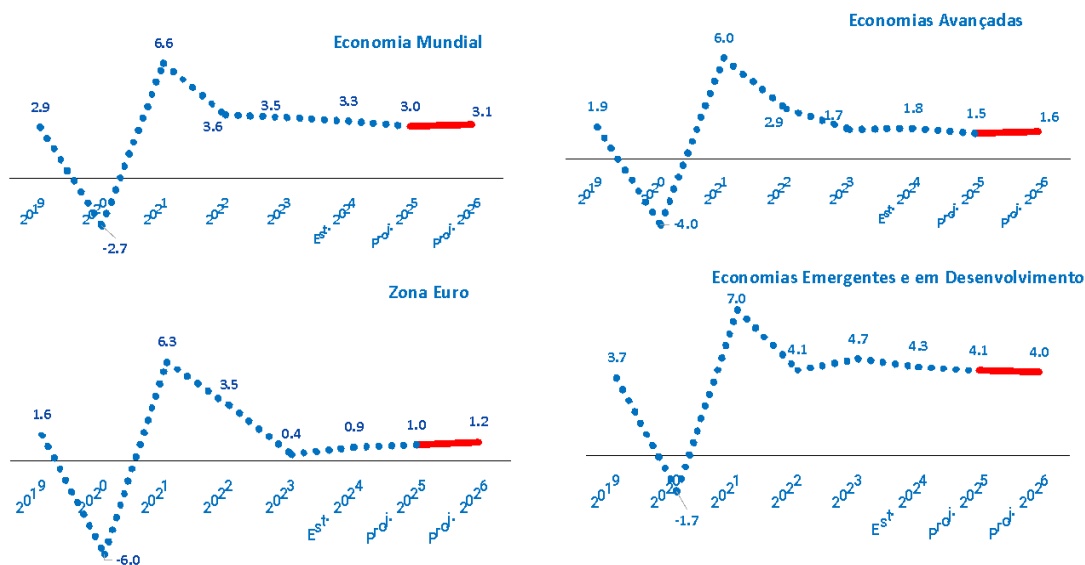
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1 Contexto Internacional

2.1.1 Crescimento Económico Global

43. Segundo o *World Economic Outlook* (WEO) de Julho de 2025, as projecções de crescimento económico mundial, apontam para uma taxa de 3,0% em 2025 e 3,1% em 2026, traduzindo-se num acréscimo de 0,1 p.p. Este crescimento será resultado da melhoria das condições financeiras associadas à desvalorização do dólar americano, expansão fiscal sustentada pelo investimento público, tarifas médias efectivas mais baixas nos EUA face as anunciadas no primeiro semestre de 2025, e a uma antecipação mais forte sobre os efeitos futuros do aumento de tarifas no comércio internacional.

Gráfico 1. Evolução do Crescimento do PIB Mundial (%)



Fonte: *World Economic Outlook (Julho, 2025)*

44. No grupo das **Economias Avançadas**, prevê-se um crescimento de 1,5% em 2025, uma redução de 0,3 pp face a 2024. Entretanto, para o ano de 2026, espera-se uma recuperação moderada para 1,6%, impulsionada sobretudo pelo desempenho positivo da economia dos Estados Unidos da América, que deverá crescer 2,0%, sustentada pela implementação de incentivos fiscais direccionados ao investimento corporativo.
45. Na **Zona Euro**, o crescimento é projectado em 1,0% em 2025 e 1,2% em 2026, explicado em grande medida pelo dinamismo do PIB da Irlanda, suportado pela abertura de novas unidades de produção nos sectores de alta tecnologia e farmacêutico, pela expansão do consumo privado e por uma expectativa de flexibilização fiscal que deverá estimular o investimento público e privado.
46. Relativamente às **Economias Emergentes e em Desenvolvimento**, as projecções apontam para uma desaceleração da taxa de crescimento de 4,1% em 2025 para 4,0% em 2026,

resultante da deterioração da envolvente externa principalmente para China e Índia, e efeitos superficiais da política fiscal expansionista para estimular o crescimento.

47. A aceleração da economia global associada a melhorias nas condições financeiras, por conta da depreciação do dólar, poderá melhorar a procura por *commodities*, reduzir os custos do serviço da dívida e do financiamento, o que pode apoiar os investimentos nos diferentes sectores de actividade, com especial enfoque para o extractivo.

2.1.2 Desenvolvimento e Perspectivas Regionais

48. Para as **Economias Africanas**, prevê-se uma ligeira aceleração do crescimento, passando de 4% em 2025 para 4,3% em 2026. Espera-se que este crescimento seja impulsionado pela recuperação do consumo privado, aumento do investimento e estabilização da inflação.

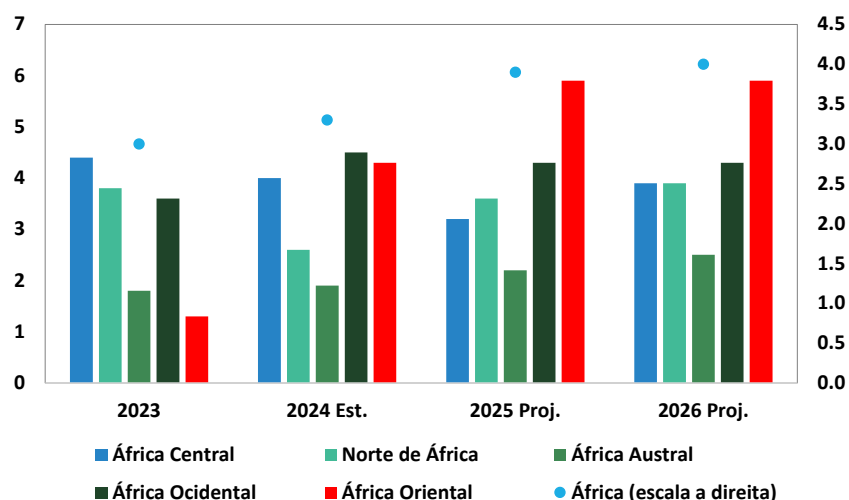
49. O crescimento económico no **Norte de África**, deverá passar de 3,6% em 2025 para 3,9% em 2026, decorrente das melhorias na área de gestão económica, investimentos em infra-estruturas e pela recuperação da Líbia, Egipto e Marrocos, dada a estabilização do sector petrolífero e pela retoma gradual da procura externa.

50. Com relação a **África Ocidental**, espera-se um crescimento de 4,3% em 2025 e 2026, justificado pela entrada em pleno funcionamento dos projectos de petróleo e gás no Senegal e Níger e o efeito combinado de uma forte demanda interna.

51. Para a **África Oriental**, prevê-se uma manutenção do crescimento de 5,9% em 2025 e 2026, o que reflecte a resiliência da economia da Etiópia, Djibuti, Ruanda, Uganda e Tanzânia, apoiada por investimentos públicos contínuos destinados a aprofundar as cadeias de valor domésticas nas infra-estruturas de agricultura e energia.

52. Relativamente à **África Central**, projecta-se um crescimento de 3,2% para o ano de 2025 e 3,9% para 2026, influenciado em grande parte pela produção de petróleo e mineração e pelo investimento público.

Gráfico 2. Perspectivas de Crescimento em África (%)



Fonte: *African Economic Outlook 2025*

53. Na **África Austral**, a estimativa do crescimento económico é de 2,2% em 2025 e 2,6% no ano 2026, sustentado pela recuperação na produção agrícola e energética.

54. Face as projecções do mês de Janeiro, prevê-se para a **África Subsahariana**, um crescimento de 3,8% em 2025 e 4,2% em 2026, sustentado sobretudo por investimentos em recursos naturais e infra-estruturas e reformas económicas.

Quadro 1. Perspectivas de Crescimento de África por Grupo de Países (%)

	2021	2022	2023	2024	Proj.	
					2025	2026
África Subsahariana	4.7	4.1	3.6	4.0	3.8	4.2
Excl. África do Sul e Nigéria	5.0	5.1	4.7	5.1	4.8	5.4
Países ricos em recursos naturais	4.1	3.6	2.7	3.2	3.1	3.5
Países exportadores de petróleo	3.1	3.4	2.5	3.4	2.8	3.2
Excl. Nigéria	2.1	3.6	1.6	3.2	2.3	4.1
Outros países ricos em recursos naturais	5.0	3.8	3.0	3.1	3.3	3.8
Excl. África do Sul	5.0	5.3	4.9	5.0	5.0	5.6
Países pobres em recursos naturais	6.4	5.6	5.8	6.0	5.8	5.9
Países de médio rendimento	4.6	3.5	2.8	3.3	3.1	3.1
Países de baixo rendimento	5.0	5.6	5.7	5.7	5.5	6.7
Países frágeis e afectados por conflitos	3.9	4.3	4.1	4.3	4.0	4.4
Zona do franco CFA	4.4	4.8	4.1	5.0	4.9	4.8
CEMAC	1.9	3.3	2.2	2.9	2.4	3.2
UEMOA	6.0	5.6	5.1	6.1	6.3	5.7
COMESA (membros da África Subsariana)	6.1	6.0	6.1	5.8	5.5	5.9
CAO-5	6.4	5.2	5.4	5.4	5.5	6.0
CEDEAO	4.5	4.0	3.6	4.4	4.1	4.0
SACU	5.3	2.2	1.0	0.6	1.1	1.5
SADC	4.5	3.8	2.7	2.7	2.8	3.0

Fonte: *Perspectivas Económicas Regionais - A. Subsariana (Abril, 2025)*

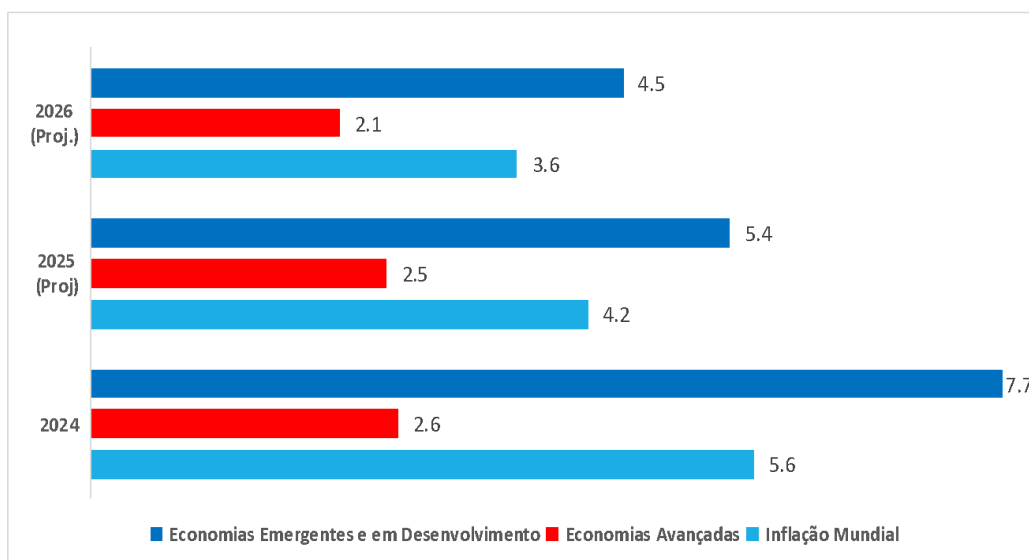
55. De acordo com o Quadro 1, estima-se que os países de baixo rendimento tenham uma taxa de crescimento mais acelerada na região, passando de 5,5% para 6,7% entre 2025 e 2026, seguido pelos países ricos em recursos naturais com um acréscimo em 0,6 p.p. O rápido crescimento das economias de baixo rendimento será estimulado pelo incremento da produtividade nos principais sectores domésticos, melhoria na gestão macroeconómica e pelas reformas em curso.

56. Para os países frágeis e afectados por conflitos perspectiva-se uma recuperação moderada do desempenho económico, crescendo de 4,0% para 4,4% entre 2025 e 2026, devido ao aumento da produção de petróleo e gás e assinaturas de acordos de paz entre os diferentes partidos políticos.

2.1.3 Tendência do Nível de Preços

57. As projecções do *WEO* (Julho 2025) apontam para uma trajectória global de desinflação moderada, com a taxa de inflação a reduzir de 4,2% em 2025 para 3,6% em 2026, reflectindo, sobretudo, a persistência de factores como a fraca procura global e a queda dos preços internacionais de energia.

Gráfico 3. Inflação Mundial e por Grupo de Economias (%)



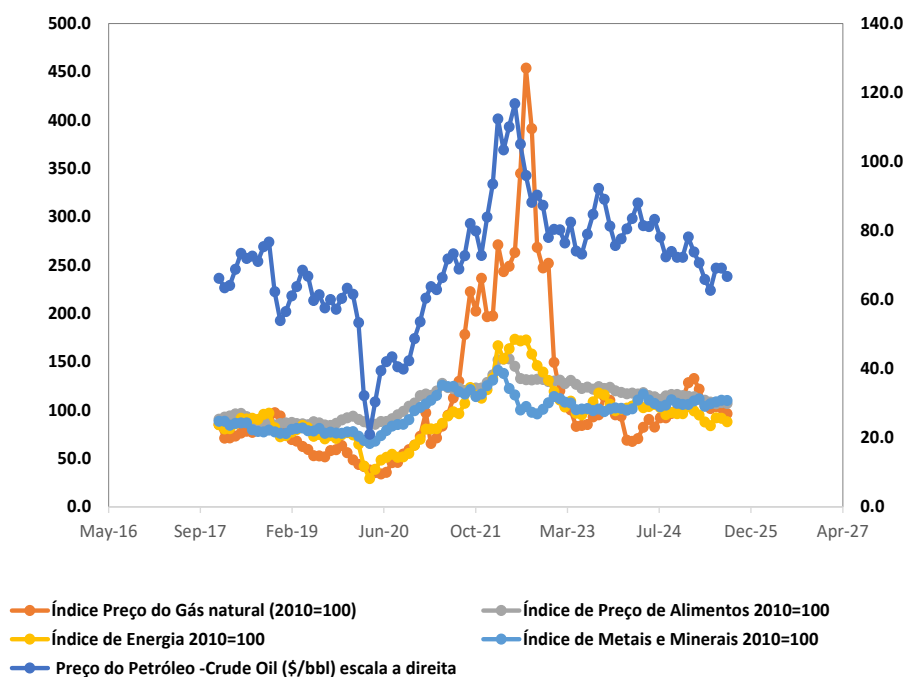
Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (Julho, 2025)

58. As projecções de inflação nas **Economias Avançadas**, apontam para 2,1% em 2026, enquanto as **Economias Emergentes e em Desenvolvimento** permanecerão expostas a uma inflação mais elevada, em torno de 4,5%, reflectindo maior inércia inflacionária.

2.1.4 Evolução dos Preços dos Produtos Primários

59. De acordo com o *World Bank Commodities Price Forecast*, de Setembro 2025, os preços das *commodities* energéticas têm registado uma tendência decrescente, perspectivando-se que o petróleo se fixe em média de 73,0 USD/bbl em 2025. Por outro lado, os metais e minerais, mantêm-se em níveis elevados, com destaque para os preços do cobre e do alumínio, que permanecem acima dos 8.000 USD/MT e 2.100 USD/MT, respectivamente. Estes comportamentos reflectem reequilíbrios estruturais nos mercados globais, com impactos diferenciados entre os grupos de *commodities*.

Gráfico 4. Evolução do índice de Preços de Produtos Primários



Fonte: World Bank Commodity Price Forecast (Setembro, 2025)

60. Para 2026, as projecções dos preços das *commodities* energéticas, apontam para uma queda contínua, sendo que o petróleo deverá reduzir de 82,6 USD/bbl (2024) para 73,0 (2025) e 69,0 (2026), enquanto o preço do carvão cai de 172,8 para 120,0 e depois 110,0 USD/MT. O gás natural na Europa desvalorizará, de 13,1 para 10,0 USD/mbtu, reflectindo mercados mais equilibrados.

Quadro 2. Projecção dos Preços de Commodities

Principais Mercadorias	Unidade	2023	2024	Projeções	
				2025	2026
ENERGIA		106.9	101.5	83.8	78.9
Carvão, Australia	\$/mt	172.8	136.1	100.0	95.0
Petróleo, Média	\$/bbl	82.6	80.7	64.0	60.0
Gás Natural, Europa	\$/mmbtu	13.1	2.0	11.6	10.6
Gás Natural, EUA	\$/mmbtu	2.5	2.2	3.3	3.4
AGRICULTURA		110.9	115.0	114.0	110.3
Chá, média	\$/kg	2.7	3.0	2.5	2.8
Soja	\$/mt	598.0	462.0	382.0	386.0
Milho	\$/mt	253.0	190.6	187.0	183.0
Arroz, Tailândia, 5%	\$/mt	554.0	588.4	421.0	422.0
Trigo, EUA, HRW	\$/mt	340.0	268.7	263.0	260.0
Bananas, U.S.	\$/kg	1.60	1.23	1.20	1.20
Açúcar, Mundo	\$/kg	0.52	0.45	0.44	0.43
Algodão A, Índice	\$/kg	2.09	1.91	1.65	1.7
Tabaco	\$/mt	5,015.7	5899	5,300.0	5,000.0
METAIS E MINERAIS		104.0	106.7	96.2	93.3
Alumínio	\$/mt	2,256.0	2,419.0	2,175.0	2,100.0
Cobre	\$/mt	8,490.0	9,142.0	8,200.0	8,000.0
Ouro	\$/toz	1,943.0	2,388.0	3,250.0	3,200.0
Minério de Ferro	\$/dmt	120.6	109.4	95.0	88.0
Chumbo	\$/mt	2,136.0	2,069.0	2,030.0	2,000.0
Níquel	\$/mt	21,521.0	16,814.0	15,800.0	16,000.0
Prata	\$/toz	23.4	28.3	33.0	34.0
Estanho	\$/mt	25,938.0	29,612.0	31,000.0	31,500.0
Zinco	\$/mt	2,653.0	2,819.0	2,500.0	2,375.0

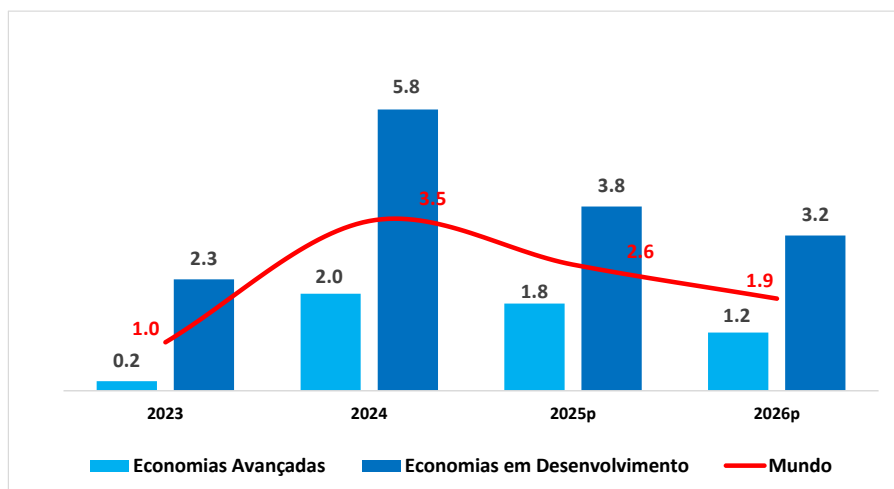
Fonte: World Bank Commodity Price Forecast (Abril, 2025)

61. Os preços dos produtos agrícolas poderão registar uma redução moderada, passando de 115,0 em 2024 para 114,0 em 2025 e estabilizando em 110,3 no ano 2026, sustentados por uma maior oferta global.

2.1.5 Tendência do Comércio e Investimento Internacional

62. O relatório do WEO de Julho de 2025, prevê um abrandamento do comércio global de 2,6% em 2025 para 1,9% em 2026, influenciado essencialmente pela incerteza em torno da política comercial e pela antecipação de restrições comerciais mais rigorosas.

Gráfico 5. Crescimento do Volume do Comércio Internacional (%)



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (Julho, 2025)

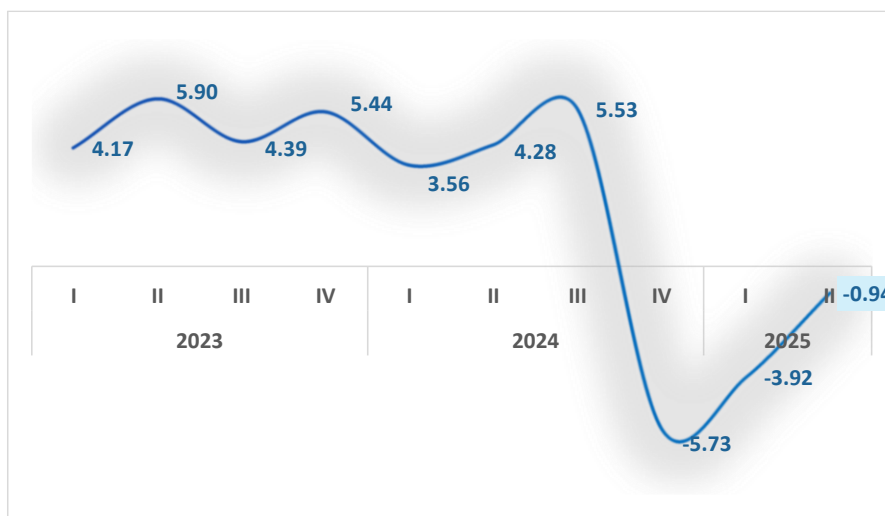
63. A antevisão de transacções comerciais, particularmente nas economias em desenvolvimento, deverá contribuir para um abrandamento do comércio mundial, de 3,8% em 2025 para 3,2% em 2026. Contudo, este cenário poderá reverter-se como resultado da normalização da procura global, impulsionada pela necessidade de reposição de estoques e pelo restabelecimento progressivo das cadeias de valor internacionais.

2.2 CONTEXTO NACIONAL

2.2.1. Crescimento Económico

64. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia registou uma contracção de 0,94% no segundo trimestre de 2025, quando comparado ao mesmo período do ano de 2024, perfazendo um acumulado de menos 2,4% no primeiro semestre do ano em curso. Embora o crescimento ainda seja negativo, os resultados apontam para sinais de recuperação da actividade económica em 2,96 p.p. quando comparado ao primeiro trimestre de 2025. Esta melhoria, é explicada pelo crescimento mais dinâmico do sector primário em 2,93%, tendo a Agricultura, Pescas e Indústria Extractiva alcançado um crescimento de 1,1%; 3,91% e 6,97%, respectivamente (gráfico 6).

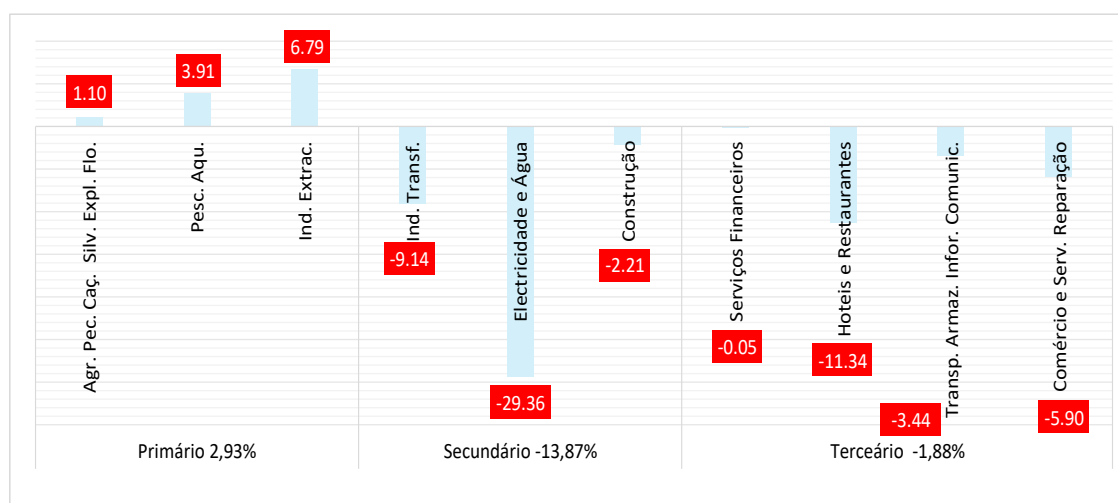
Gráfico 6. Taxa de Crescimento do PIB por Trimestre, 2023-2025 (%)



Fonte: INE, (Agosto, 2025)

65. O sector secundário registou uma contração de 13,87%, influenciado pelo fraco desempenho dos ramos da electricidade, gás e distribuição de água, que apresentaram uma variação negativa de 29,36%. Por seu turno, o sector terciário registou uma variação negativa de 1,88%, induzida pelo ramo da hotelaria e restauração com a variação negativa de 11,34%, e pelo ramo de comércio e serviços de reparação com uma variação negativa de 5,90% (gráfico 7).

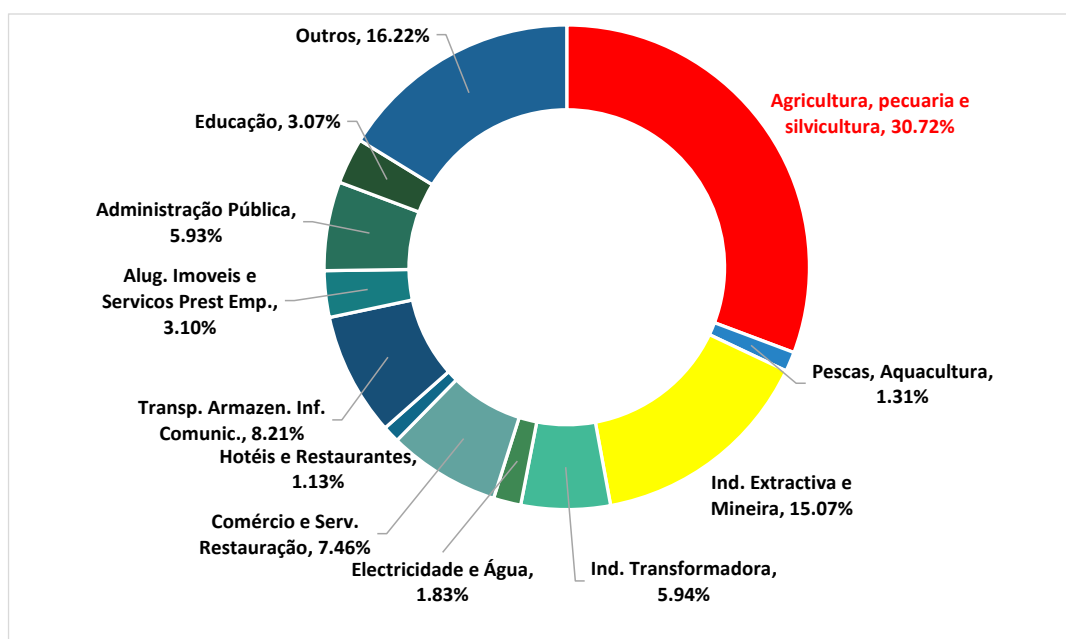
Gráfico 7. Sectores com Crescimento mais Dinâmico – II Trimestre de 2025



Fonte: INE, (Agosto, 2025)

66. No II Trimestre, os sectores que tiveram maior peso na actividade económica foram: a Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura, Exploração Florestal e Actividades relacionadas, com 30,72%, Indústria Extractiva e Mineira com 15,07% e o ramo de Transportes, Armazenagem e Actividades auxiliares dos Transportes, Informação e Comunicações com peso de 8,21% (gráfico 8).

Gráfico 8. Peso dos Sectores de Actividade no PIB – II Trimestre de 2025



Fonte: INE (Agosto, 2025)

2.2.2 Perspectivas de Crescimento Económico

67. As projecções para o ano 2026 apontam para uma recuperação gradual da economia, com um crescimento estimado em 3,2%. Este desempenho deverá ser impulsionado, principalmente pela contribuição positiva de sectores estratégicos, como o de aluguer de imóveis e serviços prestados por empresas (5,8%) e da Indústria Extractiva (4,3%). A expectativa é que a retoma destes sectores, associada à implementação de medidas de reforma do ambiente de negócios e a aceleração do investimento, favoreçam a diversificação e a robustez do crescimento.

Quadro 3. Taxa de Crescimento do PIB por Ramo de Actividade (%)

Ramo de Actividade	REAL	REAL	PESOE	PROJ.
	2023	2024	2025	2026
Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas	3.9	2.4	3.0	3.4
Pesca	2.9	1.4	2.1	2.5
Indústrias Extractivas	34.0	8.2	5.4	4.3
Indústria Transformadora	(4.6)	(6.1)	1.2	2.0
Eletricidade, Gás e Água	2.9	(0.3)	1.3	1.7
Construção	(3.4)	(0.3)	3.0	3.2
Comércio a Grosso e a Retalho	0.1	(0.8)	0.5	2.1
Alojamento, restaurantes e similares	7.5	(0.2)	1.5	2.2
Transp. Armazenagem e Infor. e Comunicações	3.9	1.2	2.6	3.1
Actividades Financeiras e Seguros	4.6	2.2	3.0	3.2
Alug. Imo. Serv. Prest Emp.	3.7	5.3	5.7	5.8
Admin. Pública, Defesa e Segurança Social	4.6	3.0	2.3	3.2
Educação	2.4	3.7	3.5	3.6
Saúde e acção social	2.4	2.4	2.5	2.6
Taxa de Crescimento do PIB	5.0	2.2	2.9	3.2

Fonte: MF, MPD 2025

2.2.3 Agricultura, Produção Animal e Florestas

68. Para a Campanha Agrária 25/26 as projecções são baseadas nos pressupostos de condições meteorológicas favoráveis, disponibilidade de linhas de financiamento, incremento do número de famílias com acesso a meios de produção no âmbito da integração a diferentes cadeias de valor produtivas, políticas públicas de incentivos, vias de acesso melhoradas, preços de referência e a inclusão de mulheres e jovens.

69. No que concerne as culturas alimentares básicas, as projecções indicam para uma produção na ordem de 3.409.045 ton de cereais, representando um crescimento em 7% quando comparado à campanha passada, que foi de 3.185.181 ton com destaque para a cultura de arroz com 9%. Nas leguminosas, espera-se uma produção de 929,071 ton, com destaque para feijão manteiga que prevê alcançar uma produção de 130,644 ton contra 124,423 ton da campanha anterior, registando um crescimento de 5%. No tocante às raízes e tubérculos, espera-se uma produção de 10.162.196 ton, com destaque para a mandioca que prevê alcançar uma produção de 8.990.532 ton contra 8.589.304 ton da campanha anterior, registando um crescimento de 5%.

70. Relativamente as culturas de rendimento, prevê-se produzir cerca de 391,494 ton de oleaginosas, com destaque para a cultura de gergelim com a entrada em funcionamento de novos operadores na cadeia de valor da produção, comercialização e exportação, contribuindo para estimular a promoção da cultura com cerca de 213,950 ton contra 181,313 ton da campanha anterior, registando um crescimento de 18%.

71. Para as Amêndoas, prevê-se produzir cerca de 188,500 ton, com destaque para castanha de cajú com cerca de 180,000 ton contra 160,000 ton da campanha anterior, representando um crescimento de 13%.

Quadro 4. Produção das Principais Culturas Alimentares

Grupo de Culturas	Esimativa de Produção 24/25		Plano 25/26		Variação Prod	
	Área (ha)	Produção (ton.)	Área (ha)	Produção (ton.)		
CEREAIS	Milho	2,801,884	2,734,087	3,087,127	2,925,473	7%
	Mapira	247,331	148,248	258,099	154,178	4%
	Mexoeira	30,262	17,945	31,993	18,483	3%
	Arroz	316,339	284,901	402,734	310,911	9%
	Total Cereais	3,395,815	3,185,181	3,779,953	3,409,045	7%
LEGUMINOSAS	Feijão Manteiga	242,646	124,423	256,520	130,644	5%
	Feijão Nhemba	367,202	166,106	389,967	171,089	3%
	Feijão Jugo	65,363	31,238	89,283	31,863	2%
	Feijão Boer	489,703	279,131	517,704	287,505	3%
	Outros feijões	64,336	31,525	92,741	32,155	2%
	Amendoim	606,882	265,207	637,654	275,816	4%
	Total Leguminosas	1,836,131	897,629	1,983,869	929,071	4%
TUBÉRCULOS	Mandioca	944,918	8,589,304	998,948	8,990,532	5%
	Batata doce	102,480	511,374	104,375	521,876	2%
	Batata reno	50,650	624,796	48,215	649,788	4%
	Total Tubérculos	1,098,047	9,725,474	1,151,538	10,162,196	4%
OLEAGINOSAS	Gergelim	362,627	181,313	375,141	213,950	18%
	Soja	181,141	122,932	375,141	142,601	16%
	Girassol	20,547	8,888	21,888	10,944	23%
	Algodão	50,310	24,000	60,000	24,000	0%
	Total Oleaginosas	614,625	337,133	832,170	391,494	17%
HORTÍCOLAS	Tomate	53,408	1,038,137	56,461	1,079,663	4%
	Cebola	30,747	282,976	32,505	291,465	3%
	Outras Hortícolas	103,301	337,960	105,932	348,968	3%
	Total Hortícolas	187,455	1,659,073	194,898	1,720,096	4%
AMÊNDOAS	Macadamia	7,300	7,500	8,000	8,500	13%
	Castanha de cajú		160,000		180,000	13%
	Total Amêndoas	7,300	167,500	8,000	188,500	13%
FRUTAS	Citrinos	9,497	470,023	9,782	483,248	3%
	Banana	8,231	407,354	8,560	457,118	12%
	Papaia	286	20,293	292	20,699	2%
	Abacate	1,118	23,482	1,141	24,186	3%
	Lichies	1,139	56,954	1,173	58,663	3%
	Ananás	8,231	89,636	8,396	93,221	4%
	Manga	2,669	58,728	2,734	60,490	3%
	Total Frutas	31,172	1,126,469	32,077	1,197,625	6%
OUTRAS CULTURAS	Tabaco	70,904.0	94,190.0	70,974.9	96,073.8	2%
	Cana de Açúcar	32,793.0	1,966,404.0	33,776.8	2,064,724.2	5%
	Chá	6,767.0	7,476.0	6,834.7	7,625.5	2%

Fonte: MAAP, 2025

• **Produção Pecuária**

72. As estimativas da produção pecuária em 2026, apontam para um crescimento dos efectivos de 5% para bovinos, 3% para suínos, 6% para pequenos ruminantes e 8% para galinhas. Este incremento deverá reflectir-se positivamente na disponibilidade de proteína animal, através do aumento da produção de carnes, com realce para a carne suína com 2% e bovina 9%. Adicionalmente, prevê-se um aumento da produção de produtos avícolas, com destaque para carne de frango, que deverá aumentar em 8%, e para ovos de consumo, cuja produção poderá registar um acréscimo expressivo de 26%.

73. Estes resultados decorrem da expansão de programas de fomento pecuário e avícola, visando assegurar maior resiliência do sector e contribuir para uma maior segurança alimentar e nutricional do país.

Quadro 5. Evolução dos Efectivos Pecuários

	2024	Projeção		Variação (%)
		2025	2026	
Bovina	2,467,082	2,566,349	2,694,667	5.0%
Suínos	2,319,450	2,508,717	2,583,979	3.0%
Pequenos Ruminantes	5,507,440	6,264,547	6,654,260	6.2%
Galinhas	26,877,486	31,349,900	33,857,892	8.0%

Fonte: MAAP, 2025

Quadro 6. Produção de Carnes, Leites e Ovos

	2024	Produção (toneladas)		Variação (%)
		2025	2026	
Carne bovina	21,335	25,981	28,277	8.8%
Carne suína	4,141	4,401	4,470	1.6%
Carne de Frango	135,025	167,270	180,663	8.0%
Peq. Ruminantes	4,452	4,706	4,735	0.6%
Leite fresco (Litros)	2,973,775	3,012,666	3,046,503	1.1%
Ovos de consumo (Dúzias)	29,606,644	31,735,310	40,000,000	26.0%

Fonte: MAAP, 2025

2.2.4 Pescas, Aquacultura e Serviços Relacionados

74. Para o exercício económico de 2026, espera-se que o sector alcance um crescimento de 0,3%, o correspondente a uma produção global de 549.533 ton, distribuídas em 25.925 ton para a pesca industrial e semi-industrial, 512.964 ton para a pesca de pequena escala e 10.644 ton provenientes da aquacultura, conforme os dados apresentados no quadro a seguir :

Quadro 7. Evolução da Produção Pesqueira (Ton)

Descrição	Produção Pesqueira (Toneladas)			
	Real 2024	Plano 2025	Projeção 2026	Varição (%)
PESCA INDUSTRIAL	12,524	15,337	17,675	15
Lagosta	122	267	280	5
Caranguejo	173	294	309	5
Gamba	1,428	1,176	2,430	107
Peixe	2,480	3,167	3,361	6
Camarão	1,798	2,921	3,154	8
Lagostim	141	128	135	5
Cefalópodes	325	515	540	5
Fauna acompanhante	1,481	2,653	2,361	-11
Atum	4,577	4,217	5,105	21
PESCA SEMI-INDUSTRIAL	10,006	8,250	8,250	0
Peixe	593	720	720	0
Camarão	434	547	547	0
Fauna acompanhante	412	547	547	0
Kapenta	8,568	6,436	6,436	0
PESCA ARTESANAL	479,304	514,204	512,964	-0.2
Lagosta	928	784	799	2
Caranguejo	9,653	8,531	8,702	2
Peixe marinho	294,044	320,113	319,375	0
Peixa de água doce	138,342	127,361	129,909	2
Atum e espécies a fins	13,086	14,141	14,423	2
Camarão	3,853	8,134	6,508	-20
Acetes	2,772	10,690	8,552	-20
Cefalópodes	6,488	8,487	8,657	2
Tubarão	7,138	9,636	9,829	2
Outros	194	2,021	1,819	-10
Aproveitamento da fauna acompanhante	2,807	4,305	4,392	2
AQUACULTURA	6,974	10,298	10,644	3
Industrial	3,695	4,545	4,619	2
Camarão marinho	205	205	222	8
Caranguejo marinho	370	0	0	-
Algas marinhas	352	360	246	-32
Peixe de água doce	2,768	3,980	4,151	4
Pequena escala	3,279	5,753	6,025	5
Peixe de água doce	3,277	5,751	6,021	5
Mexilhão	2	2	4	100
TOTAL	508,808	548,089	549,533	0.3

Fonte:MAAP,2025

2.2.5 Indústria Extractiva

75. Para o exercício económico 2026, projecta-se um crescimento da indústria extractiva de 4,3%, estimulado pelo aumento da produção de carvão (coque e térmico), areias pesadas (ilmenite, zircão e rutilo), ouro, rubi e materiais de construção. Este crescimento será sustentado pelo início da actividade por parte das novas concessões, aumento da capacidade produtiva das empresas e pela entrada em funcionamento da infra-estrutura integrada de GPL, gás natural e petróleo leve.
76. O sector perspectiva a produção de um total de 38 tipos de recursos minerais sólidos, dos quais 6 metálicos, 16 não metálicos, 1 rocha ornamental, 13 pedras preciosas e semipreciosas e 2 combustíveis. Igualmente foi planificada a produção de Hidrocarbonetos em *onshore* e *offshore*.
77. Na cadeia de produção dos minerais metálicos, destacam-se o ouro e as areias pesadas, com previsões de crescimento de 4,4% e 5%, respectivamente. O aumento na produção de ouro resultará da bom desempenho das duas principais empresas do sector e do investimento na ampliação da capacidade produtiva. O crescimento das areias pesadas será impulsionado pelo início das operações de duas empresas nas províncias da Zambézia e Cabo Delgado.
78. No grupo dos **minerais não metálicos**, destacam-se o calcário e a grafite, com previsões de crescimento de 20% e 10%, respectivamente. O aumento na produção de grafite será impulsionado pelo início e consolidação das actividades de uma empresa licenciada na província de Niassa.
79. Para as **pedras preciosas e semi-preciosas**, destaca-se o rubi, com maior peso na estrutura global, que prevê um ligeiro crescimento na ordem dos 3% em relação ao projectado até finais de 2025. Esta previsão está associada à paralisação das actividades de produção da terceira maior empresa produtora desta gema.
80. Para o grupo dos **minerais combustíveis**, para 2026 estima-se que a produção de carvão mineral alcance uma taxa de crescimento médio na ordem de 15%, com a melhoria das plantas de processamento nas empresas carboníferas em Tete, não obstante, a tendência de uma ligeira queda no preço do carvão no mercado internacional, como resultado do aumento da comercialização de energia limpa.

81. No grupo dos **hidrocarbonetos**, prevê-se um decréscimo de 9% na produção, como resultado da paragem programada de manutenção da plataforma Coral Sul, bem como da redução dos níveis de produção de gás natural nos campos de Pande e Temane.

Quadro 8. Evolução da Produção Mineira

Indicador	Unidade Medida	Real	Real	Real	Projeção		% Cres.
		2022	2023	2024	2025	Plano 2026	
Minerais Metálicos							
Ouro	Kg	1,263.84	1,666.39	1,625.8	1,651.40	1,723.24	4%
Tantalite	Kg	210,546.75	204,804.54	138,995.0	6,470.00	6,922.90	7%
Ilmenite	ton	2,553,268.52	3,373,213.55	3,506,512.0	2,618,745.54	2,671,120.45	2%
Zircão	ton	134,082.00	143,505.00	123,660.3	148,726.00	151,700.52	2%
Rutilo	ton	8,869.00	8,382.00	9,825.0	9,632.00	12,040.00	25%
Concentrado de areias pesadas	ton	15,268.00	17,222.00	16,716.0	18,918.00	19,863.90	5%
Minerais Não Metálicos							
Berilo	ton	629.35	584.49	77.95	364.99	310.24	-15%
Berilo Refugo	ton	655.75	297.30	1,343.28	3,193.90	2,395.43	-25%
Grafite	ton	165,932.07	97,346.00	34,899.00	13,468.00	14,814.80	10%
Quartzito Diverso	Kg	2,632,526.00	2,796,613.18	2,610,917.01	3,572,958.00	3,394,310.10	-5%
Quartzito Róseo	Kg	878,559.05	1,391,344.00	842,270.00	4,339,500.00	4,426,290.00	2%
Corundo	Kg	37,896.38	13,388.11	5,759.96	40,546.00	43,789.68	8%
Corundo Refugo	Kg	6,000.37	1,317.00	5,885.04	11,800.00	12,980.00	10%
Bentonite	ton	113,984.63	71,592.85	23,809.95	252.60	303.12	20%
Diatomite	ton	51,449.30	29,633.10	33,097.70	21,096.40	23,627.97	12%
Calcário	ton	1,776,558.82	2,403,822.10	2,621,890.80	3,391,820.84	4,070,185.01	20%
Areias para construção	m ³	3,218,899.76	2,736,862.78	2,964,211.77	2,306,913.02	2,768,295.62	20%
Argila	ton	1,813,750.60	2,328,373.46	1,925,510.77	1,287,435.60	1,313,184.31	2%
Bauxite	ton	14,583.49	5,480.78	4,487.00	4,041.20	4,445.32	10%
Água Mineral	m ³	59,447.95	83,953.72	62,819.90	81,518.75	97,822.50	20%
Pedra para construção	m ³	2,195,306.93	1,490,734.43	1,367,358.07	1,761,176.08	2,201,470.11	25%
Guano	ton	15.25	59.40	90.65	35.10	36.86	5%
Rochas Ornamentais							
Granito em blocos	m ³	4,259.80	7,586.54	8,915.39	8,716.32	9,152.14	5%
Pedras preciosas e Semi-preciosas							
Turmalinas	Kg	1,304.22	6,731.34	1,381.13	34,809.30	35,331.44	1%
Turmalina Refugo	Kg	228,021.46	92,445.35	52,576.71	6,074.40	7,896.72	30%
Granada	Kg	224,163.20	194,473.23	6,593.42	6,567.46	7,355.56	12%
Granada Refugo	Kg	17,238.50	84,762.94	333,070.53	107,544.00	98,940.48	-8%
Águas Marinhas	Kg	620.80	51.32	106.04	28.28	29.69	5%
Águas Marinhas Refugo	Kg	2,523.05	254.71	16.93	6,348.00	6,665.40	5%
Morganite	Kg	398.49	488.90	78.42	13.38	13.65	2%
Rubi	Cts	4,212,041.51	2,710,617.70	3,946,506.90	3,944,219.90	4,062,546.50	3%
Ágata	Kg	895,267.00	751,032.00	886,589.00	308,000.00	283,360.00	-8%
Safira	Kg	1.47	28.17	3.50	0.49	0.50	2%
Granada Hessonite	Kg	290,439.40	246,890.50	59,850.99	1,420.00	752.60	-47%
Esmeralda	Kg	100.01	0.01	4.50	2.00	1.42	-29%
Amazonite	Kg	330,930.00	115,840.00	23,222.54	43,000.00	43,860.00	2%
Minerais combustíveis							
Carvão (Coque)	ton	6,385,796.80	7,212,589.00	7,676,548.00	8,115,078.68	9,332,340.48	15%
Carvão (Térmico)	ton	8,420,436.00	7,763,290.19	8,636,066.53	11,467,280.12	13,187,372.14	15%
Hidrocarbonetos							
Gás Natural	GJ	177,753,359.12	192,523,108.80	193,936,417.17	214,799,355.00	207,390,906.00	-3%
LNG - Rovuma	MMBTU	9,428,185.00	142,459,405.00	173,614,203.00	181,582,623.00	171,289,170.00	-6%
Condensado	bbl	555,806.00	1,611,183.00	1,893,123.00	1,815,653.00	1,927,372.00	6%
Petróleo Leve	bbl	N/A	N/A	N/A	2,006,100.00	1,370,000.00	-32%
Gás de Petróleo Liquefeito	Ton	N/A	N/A	N/A	30,000.00	30,000.00	0%

Fonte: MIREME

2.2.6 Indústria Transformadora

82. A indústria transformadora deverá crescer 5,4% entre 2025 e 2026, com um dinamismo particularmente acentuado nos sectores de minerais não-metálicos com 7,0%, metalurgia de base com 6,8%, bebidas com 6,2%, mobiliário e colchões com 5,5% e indústria alimentar

com 5%, sugerindo uma trajectória de recuperação e expansão industrial centrada em ramos de elevado peso económico e de base produtiva consolidada.

83. Em contraste, segmentos como o vestuário, têxteis, tabaco, calçado e papel apresentam crescimentos inferiores a 5%, dada a reduzida inserção em cadeias de valor mais amplas. Dado o seu potencial, estes sectores poderão beneficiar de medidas orientadas à revitalização, modernização tecnológica e reforço da competitividade, de modo a potenciar o seu contributo para a diversificação industrial e emprego.

Quadro 9 . Evolução da Produção Industrial

CAE	Divisões de Actividade	Valor a Preços Constantes 2014 (10 ⁶ MT)			Evolução (%)	Peso (%)
		Real 2024	Plano 2025	Projeção 2026		
10	Indústria Alimentar	39,497	40,287	42,301	5.0	27.5
11	Indústria de Bebidas	23,369	23,603	25,066	6.2	16.3
12	Indústria do Tabaco	7,567	7,593	7,715	1.6	5.0
13	Fabricação de têxteis	733	740	751	1.5	0.5
14	Indústria de Vestuário	824	832	845	1.5	0.5
15	Ind. Couro: Ind. Calçado	42	43	43	1.4	0.0
16	Ind. Madeira e Cortiça, excepto Mobiliário	137	139	142	1.8	0.1
17	Fab. Pasta, papel e cartão e s/artigos	352	357	364	1.9	0.2
18	Impressão	884	889	903	1.5	0.6
20	Fab. Prod. Químicos e Fibras Sintéticas e Art	7,596	7,626	7,855	3.0	5.1
22	Fab. Art. Borracha e Matérias Plásticas	2,857	2,871	2,957	3.0	1.9
23	Fab. Out. Prod. Minerais N/metálicos	14,303	14,518	15,534	7.0	10.1
24	Ind. Metalúrgica de base	40,831	41,443	44,262	6.8	28.8
25	Fab. Produtos Metálicos	2,717	2,758	2,807	1.8	1.8
27	Fabricação Material Eléctrico	483	488	496	1.6	0.3
28	Fab. Máquinas e Equipamento NE	4	4	4	3.0	0.0
29	Fab. Veículos Aut. Reboques e Semi-Reb	31	32	32	2.0	0.0
30	Fab. Outro Equipamento de Transporte	4	4	4	3.6	0.0
31	Fabricação Mobiliário e Colchões	595	604	637	5.5	0.4
32	Outras Indústrias Transformadoras	1,174	1,185	1,201	1.4	0.8
33	Reparação, Manut. e Inst. Máquinas e Equip	29	30	31	3.3	0.0
Total		144,029	146,045	153,950	5.4	100.0

Fonte: Base dados DNI - ME

2.2.7 Electricidade e Gás

84. Para o ano 2026, as projecções da geração de energia eléctrica apontam para uma ligeira redução em cerca de 5,2%, resultante da previsão em baixa das centrais hídricas, influenciada principalmente pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), que detém maior peso na estrutura de produção e exportação.

85. Não obstante, o baixo desempenho das centrais hídricas e a paralisação temporária de uma central a gás, projecta-se um crescimento na geração de energia eléctrica através das fontes térmicas, estimado em cerca de 7% face às previsões de 2025. Este aumento resulta sobretudo do desempenho positivo das principais centrais de gás natural, com destaque para a CTRG, Temane e a Central Térmica de Maputo, que prevê que alcancem taxas de crescimento de 7,7%, 51% e 2,1%, respectivamente.

Quadro 10. Evolução da Produção de Energia Eléctrica

Designação	Real		2024	Projeção 2025	Plano 2026	% Cres.
	2022	2023				
Unidade em MWh						
Total	19,283,321	19,750,432	19,322,945	17,060,643	16,170,930	-5.2%
Hídrica	16,173,409	16,484,347	16,166,577	13,699,770	12,577,460	-8.2%
HCB	15,753,510	16,057,553	15,753,528	13,408,203	12,300,471	-8.3%
Produção da EDM	419,839	426,735	413,018	291,466	276,946	-5.0%
Corumana	21,791	58,760	40,272	20,348	24,000	17.9%
Mavuzi	291,443	247,764	293,662	219,609	207,870	-5.3%
Chicamba	103,593	116,781	76,381	48,742	42,336	-13.1%
Cuamba e Lichinga	3,011	3,431	2,704	2,768	2,740	-1.0%
Mini-hídricas	61	59	31	100	43	-56.6%
Sembezeia	61	59	31	100	43	-56.6%
Térmica	3,042,363	3,180,742	3,055,190	3,251,980	3,476,647	6.9%
CTRG - Gás Natural	1,130,224	1,163,926	1,113,606	1,240,292	1,335,628	7.7%
Temane - Gás Natural	19,286	27,242	27,684	28,905	43,800	51.5%
Central Térmica de Maputo	597,861	669,762	681,894	676,007	690,000	2.1%
Kuvaninga - Gás Natural	307,020	287,070	262,900	343,195	369,575	7.7%
Karpower - Diesel	126,015	158,902	158,608	38,484	41,442	7.7%
Gigawatt - Gás Natural	861,957	873,839	810,497	925,095	996,203	7.7%
Solar	67,549	85,343	101,179	108,893	116,822	7.3%
Mocuba	65,774	66,891	63,092	69,959	75,337	7.7%
Mavago	498	484	481	491	323	-34.3%
Muembe	303	361	348	363	322	-11.2%
Mecula	386	359	375	379	318	-16.1%
Tentariane	0	16,977	36,524	36,974	39,816	7.7%
Outras centrais solares	588	271	359	727	707	-2.8%

Fonte: MIREME, 2025

2.2.8 Transportes e Comunicações

86. Na área de Transportes e Comunicações projecta-se para 2026 um crescimento de 3,5%. O quadro 11., ilustra o nível de variação do valor da produção do Sector por área de actividade, resultante do crescimento de todos os ramos, como resultado de participação

dos ramos Aéreo em 10,1%, Ferroviário em 10,5%, Pipeline em 1,1%, Rodoviário em 2,3%, Marítimo em 12,5%, Comunicações em 8,3% e outros serviços em 6,1%.

Quadro 11. Variação da Produção do Sector de Transportes e Comunicações

	Projeção	
	2025	2026
Tráfego Ferroviário	10,9%	10,5%
Tráfego Rodoviário	6,4%	2,3%
PIPELINE	0,3%	1,1%
Marítimo	5,8%	12,5%
Tráfego Aéreo	2,2%	10,1%
Comunicações	11,1%	8,3%
Outros	1,8%	6,1%
Global	4,4%	3,5%

Fonte: MTL, 2025

A) Tráfego de Passageiros

87. Para o tráfego global de passageiros, no exercício de 2026, prevê-se transportar 53,7 mil milhões de passageiros por quilómetro (p-km), contra 50,07 mil milhões de p-km projectados para 2025, o que representa um crescimento de 7,3%.

88. No tráfego ferroviário, se prevê transportar em 2026 um total de 454,79 milhões de p-km, contra 395,3 milhões de p-km que prevê-se transportar em 2025, o correspondente a um crescimento de 15,0%. Este crescimento será resultante da aquisição de 6 locomotivas para transportes de pessoas e bens e a duplicação da linha de Ressano Garcia.

89. No tráfego rodoviário, perspectiva-se transportar em 2026 um total de 52,7 mil milhões de p-km, contra 49,2 mil milhões p-km que prevê-se transportar em 2025, correspondente a um crescimento na ordem de 7,2%. Este crescimento será sustentado pelo reforço e alocação de 25 autocarros para o transporte público de passageiros, o que concorrerá para o aumento da oferta e maior fluxo de passageiros.

90. No que se refere ao tráfego marítimo, se prevê transportar em 2026 um total de 65,9 milhões de p-Km, contra 61,3 milhões em 2025, o que corresponde a um crescimento de

7,4%, resultante do aumento de embarcações de transporte de passageiros do sector privado e maior dinamismo do turismo.

91. No tráfego aéreo, espera-se transportar um total de 448,9 milhões de p-km, contra 439,34 milhões de p-km, planificados em 2025, o que representa um crescimento de 2,2%. Este crescimento será influenciado pelo aumento de mais 3 aeronaves de passageiros e carga, reabertura de rotas e o aumento da frequência de voos face ao ambiente favorável em termos de tráfego, e a melhoria dos índices de pontualidade.

B) Tráfego de Carga

92. Quanto ao tráfego de carga, o sector prevê transportar em 2026 um total de 18,5 mil milhões ton por quilómetro (t-km), contra 17,1 mil milhões t-km em 2025, o correspondente a um crescimento de 7,8%. Este aumento derivará da aquisição de braços de carga de combustível no porto da Beira e consolidação de transporte de Cabotagem Marítima.

93. No que tange ao transporte ferroviário, se prevê transportar em 2026, um total de 13,5 mil milhões (t-km), contra 12,2 mil milhões (t-km) em 2025, representando um crescimento de 10,2%, decorrente do incremento do número de vagões, o que permitirá aumentar a frequência do manuseamento de carga de carvão, gasolina, calcário e açúcar e de aquisição de braços de carga de combustível no porto da Beira.

94. No transporte rodoviário, projecta-se transportar em 2026 um total de 4,3 mil milhões t-km, contra 4,2 mil milhões t-km em 2025, o que corresponde a um crescimento de 2,0%, devido a movimentação de carga, com a retoma da actividade económica e abertura de fronteira de paragem única.

95. No tráfego marítimo de carga, prevê-se transportar em 2026 um total de 53,7 milhões t-km, contra 52,9 milhões t-km em 2025, correspondente a um crescimento de 1,6%, resultante da consolidação de transporte de cabotagem marítima, e da priorização do meio marítimo para o transporte de carga, com a retoma do crescimento da economia.

96. Relativamente ao tráfego aéreo de carga, se prevê transportar em 2026, um total de 7,0 milhões t-km, contra 6,7 milhões t-km de 2021, correspondente a um crescimento de 4,3%, explicado pelo aumento da frota de aeronaves e reabertura da rota internacional.

97. Na actividade de pipeline, se prevê realizar em 2026, um total de 582,1 milhões t-km, contra 580,3 milhões t-km em 2025, o correspondente a um crescimento de 1,0%, resultante do crescimento gradual de transporte de combustível via terrestre.

C) Manuseamento portuário

98. No global, prevê-se manusear 59,7 mil ton métricas em 2026 contra 56,1 mil de igual período do ano 2025, representando um crescimento de 1,1%.

99. Os portos de Maputo, Beira, Nacala, Nacala-a-Velha e Quelimane, prevêem em 2026 crescimentos de 2,7%, 1,3%, 4,9%, 20,3% e 7,9%, respectivamente, quando comparado ao exercício económico de 2025. Este desempenho derivará do aumento do nível de manuseamento de combustível, trigo, fertilizantes e ao aumento da demanda.

100. Não obstante, prevê-se o aumento no manuseamento de cargas para os portos secundários, Topuito e Pemba, de 3,9% e 1,6% respectivamente, cujo desempenho será influenciado pelo aumento do volume de exportação.

Quadro 12. Transportes e Logística – Taxa de Crescimento (%)

Ramo de Transporte	Plano 2025	Proj. 2026	Variação (%)
Tráfego de Passageiro (PKm)	50,074.8	53,708.7	7.3%
Tráfego Ferroviário	395.3	454.8	15.0%
Tráfego Rodoviário	49,178.8	52,739.2	7.2%
Tráfego Marítimo	61.3	65.9	7.4%
Tráfego Aéreo	439.3	448.9	2.2%
Tráfego de Carga (T-Km)	17,175.7	18,521.3	7.8%
Ferroviário	12,280.5	13,538.0	10.2%
Rodoviário	4,255.3	4,340.4	2.0%
Pipeline	580.3	582.1	0.3%
Marítimo	52.9	53.8	1.6%
Aéreo	6.7	7.0	4.3%
Outros Serviços de Transportes (Produção)	59,051.9	62,758.9	6.3%

Fonte: MTL, 2025

2.2.9 Educação

101. Perspectiva-se um crescimento de 3,6% em 2026, em todos os níveis de ensino público, que resulta da evolução dos efectivos escolares em cerca de 7,0%, em investimentos em infra-estruturas de educação com a construção de 3 escolas secundárias e 50 salas de aulas para o ensino primário, 20 escolinhas comunitárias, aquisição e distribuição de 5.161 carteiras escolares e aquisição e distribuição de 15.062.700 livros escolares, com vista a melhorar as condições de ensino e aprendizagem.

Quadro 13. Evolução do Efectivo Escolar

Níveis	Real 2022	Real 2023	Real 2024	Real 2025	Proj. 2026	Taxa de Cresc. (%)
Total Ensino Público	9,399,940	9,447,432	9,855,237	10,424,654	11,151,727	7.0%
Ensino Primário	7,505,156	7,065,326	7,223,710	7,318,880	7,735,150	5.7%
Ensino Secundário	1,343,307	1,760,642	2,015,776	2,444,035	2,662,523	8.9%
Ensino Superior	256,053	271,292	282,144	290,608	299,327	3.0%
Ensino Técnico Profissional	89,422	106,992	122,213	112,397	122,080	8.6%
Alfabetização e Educação de Adultos	206,002	243,180	211,394	258,734	332,647	28.6%

Fonte: MEC, 2025

2.2.10 Saúde e Acção Social

102. Em 2026, o crescimento da área de Saúde e Acção Social situar-se-á em torno de 2,6% quando comparado a 2025, impulsionado pelo aumento da oferta e do acesso aos serviços básicos. Neste contexto, serão prosseguidos os esforços para o estabelecimento e apetrechamento das infra-estruturas de saúde e alargamento na provisão de cuidados intensivos nas unidades sanitária. No domínio da protecção social, se prevê prestar assistência a 890.753 agregados familiares (AF) vivendo abaixo da linha de pobreza e vulnerabilidade e prestação de apoio multiforme à 147.573 crianças em situação difícil.

2.2.11. Inflação, Taxas de Juro e de Câmbio

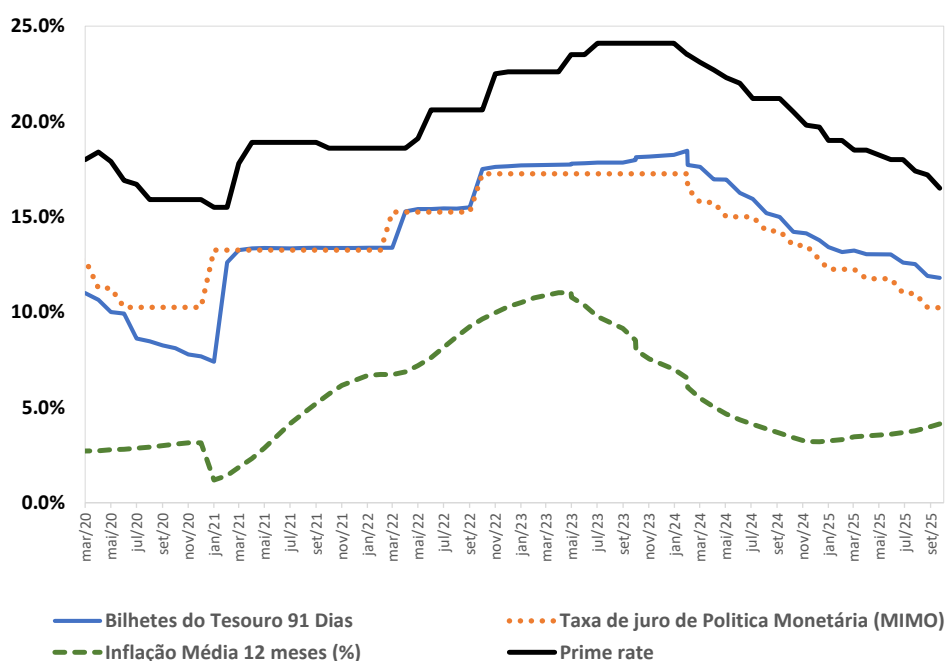
103. No período de Janeiro à Setembro de 2025, a inflação homóloga registou uma ligeira aceleração, passando de 4,69 % para 4,93 %. A mesma tendência foi observada na inflação acumulada, que reduziu de 1,45 % para 1,96 % no mesmo intervalo, devido, em grande medida, ao aumento dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

104. Em Setembro de 2025, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu reduzir a Taxa de Juro de Política Monetária (MIMO) de 10,25 % para 9,75 %, decorrente da consolidação das expectativas de inflação em níveis de um dígito no médio prazo, impulsionada, em parte, pela tendência favorável dos preços internacionais das mercadorias.

105. Por seu turno, a *Prime Rate* do sistema financeiro que vigorou em Setembro de 2025 foi de 17,2%, representando uma redução de 0,7 p. p. face à taxa aplicada até Agosto do mesmo ano, em linha com o alívio gradual das pressões inflacionárias e a orientação mais acomodatória da política monetária.

106. Para 2026, a política monetária continuará centrada na calibração da taxa de juro de política monetária (Taxa MIMO), de modo a preservar a estabilidade macroeconómica, traduzida na estabilização da inflação em torno de um dígito, mantendo-se em cerca de 3,7%.

Gráfico 9. Evolução das Taxas de Juro MIMO, Prime Rate e Inflação Média 12 meses



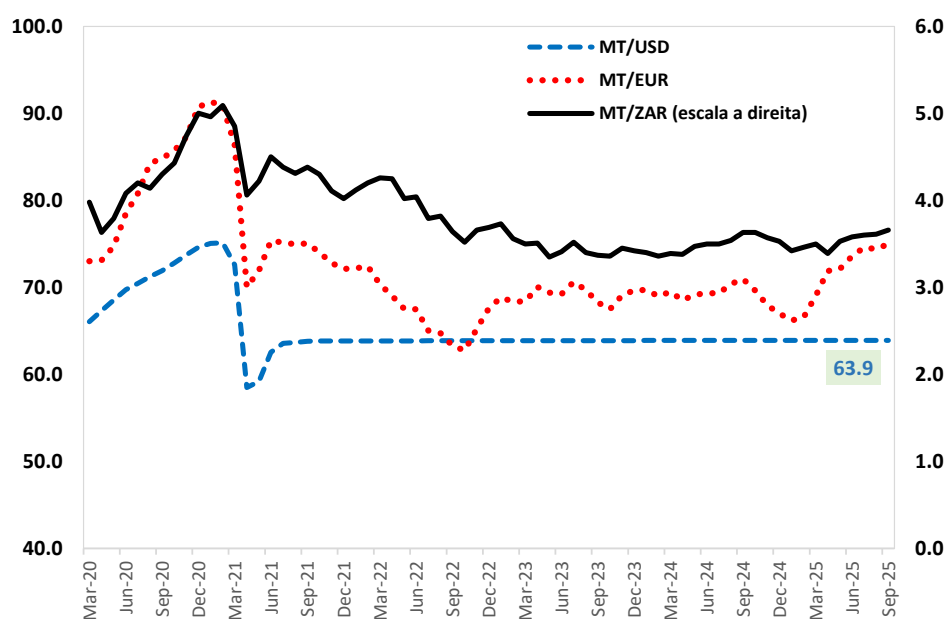
Fonte: Banco de Moçambique, Julho 2025

107. Entre Janeiro e Setembro de 2025, o Metical manteve-se estável face ao dólar norte-americano, com a taxa de câmbio de referência a passar de 63,91 para 63,90 MZN/USD, associada à gestão prudente das reservas internacionais e ao equilíbrio entre oferta e procura de divisas no mercado formal.

108. Em relação ao Rand, registou-se uma ligeira depreciação do Metical, com a taxa de referência a aumentar de 3,42 para 3,66 MZN/ZAR, relacionado com a valorização do Rand no mercado internacional e à forte dependência das importações da África do Sul, implicando possíveis aumentos nos preços de bens de consumo.

109. Relativamente ao Euro, a depreciação foi mais acentuada, passando de 66,19 para 75,0 MZN/EUR, influenciada pela valorização da moeda Europeia e pela maior procura de Euros para pagamento de importações e dívida externa.

Gráfico 10. Comportamento das Taxas de Câmbio



Fonte: Banco de Moçambique, Julho 2025

110.No mercado cambial, a actuação do BM tomará em conta a necessidade de assegurar um nível de Reservas Internacionais Brutas (RIB) adequado para cobrir não menos do que 3 meses de importações de bens e serviços não factoriais, bem como a de limitar a volatilidade excessiva da taxa de câmbio.

111.Relativamente ao crédito concedido pelas instituições de crédito ao sector privado, para 2026, perspectiva-se um aumento, a reflectir, essencialmente, o impacto da redução da taxa MIMO sobre as taxas de juro praticadas e uma maior dinâmica no funcionamento da economia nacional, associada à execução de projectos energéticos ligados à indústria extractiva.

Quadro 14. Principais Indicadores Monetários

	Dez-2025 (Proj.)	Dez-2026 (Proj.)
Dinheiro e Quase Dinheiro -M3 (milhões de MT)	871.624 (12.04%)	943.785 (8.28%)
Créditos à Economia (milhões de MT)	322.500 (12.62%)	349.389 (8.34%)
Reservas Internacionais Liquidadas (milhões USD)	2,608	2,400
Reservas Internacionais Brutas (milhões USD)	3,442	3,234
Meses de Cobertura (Excl. Grandes Projectos)	4.7	4.4

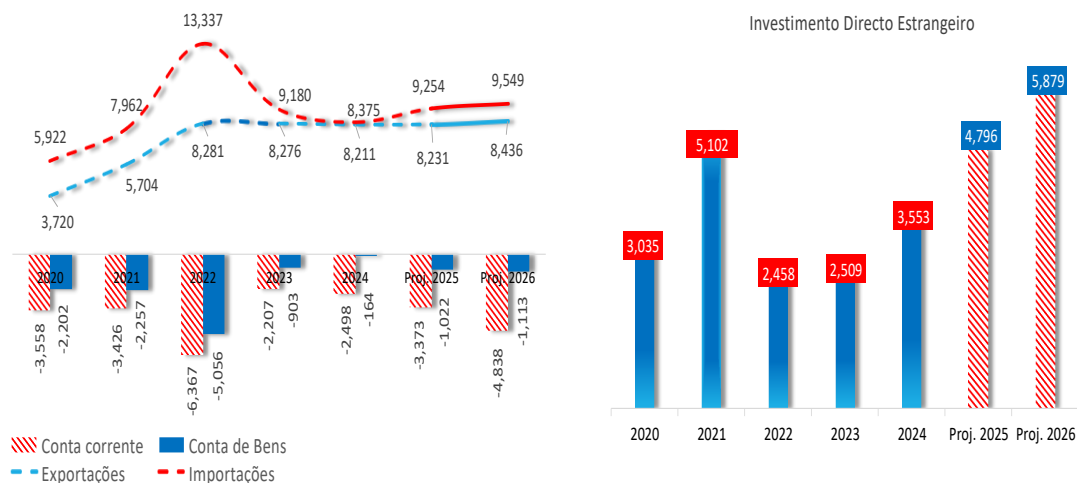
Fonte: Banco de Moçambique, 2025

2.2.12. Balança de Pagamentos

112.Para 2025, prevê-se um défice da conta corrente de USD 3.373 milhões, superior aos USD 2.498 milhões registados no mesmo período de 2024, decorrente, essencialmente, da deterioração da balança de rendimentos primários com maiores saídas de rendimentos para o exterior.

113.Esta trajectória de agravamento do défice deverá manter-se em 2026, resultante da deterioração dos saldos das contas de bens e de serviços, a reflectir, principalmente as perspectivas de aumento das importações dos grandes projectos.

Gráfico 11. Balança Comercial (USD milhões)



Fonte: Banco de Moçambique, 2025

114.No que concerne ao IDE líquido, projecta-se para 2026, USD 5.879 milhões, contra os USD 4.796 milhões previstos para 2025, influenciado pela implementação de projectos estruturantes na Bacia do Rovuma.

III. EXECUÇÃO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO À JUNHO DE 2024 E 2025

115.O Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE) referente ao primeiro semestre do ano 2025, indica que foram mobilizados 233.010,1 milhões de MT, o que em termos de realização representam um incremento de 0,8 p.p. e um decréscimo nominal de 8% em relação ao período homólogo de 2024.

116.Do montante total de recursos mobilizados, 215.521,0 milhões de MT são recursos internos e 17.489,0 milhões de MT recursos externos, correspondente a 50,8% e 19,8% de realização em relação à previsão inicial de 2025, o que traduz um decréscimo de 2,9 p.p. e um acréscimo de 3,4 p.p. comparativamente com o igual período do ano transacto, o que evidencia desafios na arrecadação fiscal e no reforço da cooperação internacional.

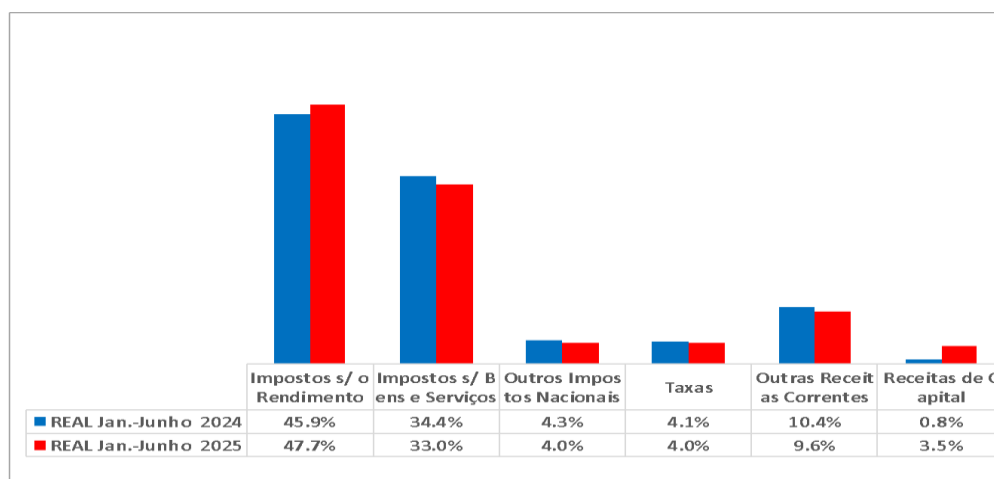
Quadro 15 Execução do PESOE de Janeiro à Junho de 2024 e 2025

	2024			2025		
	Lei	Real Jan-Jun	% Realiz	Lei	Real Jan-Jun	% Realiz
Milhões de MT						
Recursos Internos	429,870.5	230,740.9	53.7%	424,540.8	215,521.1	50.8%
Receitas do Estado	383,537.5	168,898.9	44.0%	385,871.8	171,801.6	44.5%
Saldos Transitados	0.0	0.0		3,574.6	0.0	0.0%
Crédito Interno	46,333.0	25,366.2	54.7%	35,094.4	43,719.5	124.6%
Recursos Externos	137,993.1	22,639.4	16.4%	88,209.0	17,489.0	19.8%
Donativos Externos	107,867.1	10,076.3	9.3%	58,236.2	12,117.2	20.8%
Créditos Externos	30,126.0	12,563.1	41.7%	29,972.8	5,371.8	17.9%
TOTAL DE RECURSOS	567,863.6	253,380.3	44.6%	512,749.8	233,010.1	45.4%
Desp. de Funcionamento	339,524.6	165,704.6	48.8%	351,253.2	168,201.1	47.9%
Desp. de Investimento	162,464.9	25,112.1	15.5%	98,776.4	19,969.0	20.2%
Componente Interna	45,304.2	11,874.7	26.2%	24,092.0	7,379.2	30.6%
Componente Externa	117,160.7	13,237.3	11.3%	74,684.4	12,589.8	16.9%
Operações Financeiras	65,874.0	35,703.7	54.2%	62,720.3	25,262.6	40.3%
Activas	4,959.0	1,558.6	31.4%	6,005.9	1,372.3	22.8%
Passivas	60,915.0	34,145.1	56.1%	56,714.4	23,890.3	42.1%
TOTAL DA DESPESA	567,863.6	226,520.4	39.9%	512,749.8	213,432.7	41.6%
Varição de Saldos		26,859.9			19,577.5	
Total de Aplicações	567,863.6	253,380.3		512,749.8	233,010.2	

117.A colecta de receitas para o Estado alcançou o montante de 171.801,6 milhões de MT, equivalente a 44,5% da previsão inicial, o que representa um incremento de 0,5 p.p. na taxa de realização e um crescimento nominal de 1,7% face ao mesmo período do ano de 2024, derivado de melhorias na arrecadação dos impostos sobre o rendimento e bens e serviços.

118.A componente dos impostos sobre o rendimento totalizou o montante de 80.500,2 milhões de MT, correspondente a 47,9% de realização e um incremento de 3,8% em termos nominais face ao mesmo período de 2024, justificado pelo reforço das medidas de fiscalização e monitoria contínua sobre as retenções na fonte, tanto no sector público como no privado.

Gráfico 12. Estrutura das Receitas do Estado em Janeiro-Junho 2024 e 2025



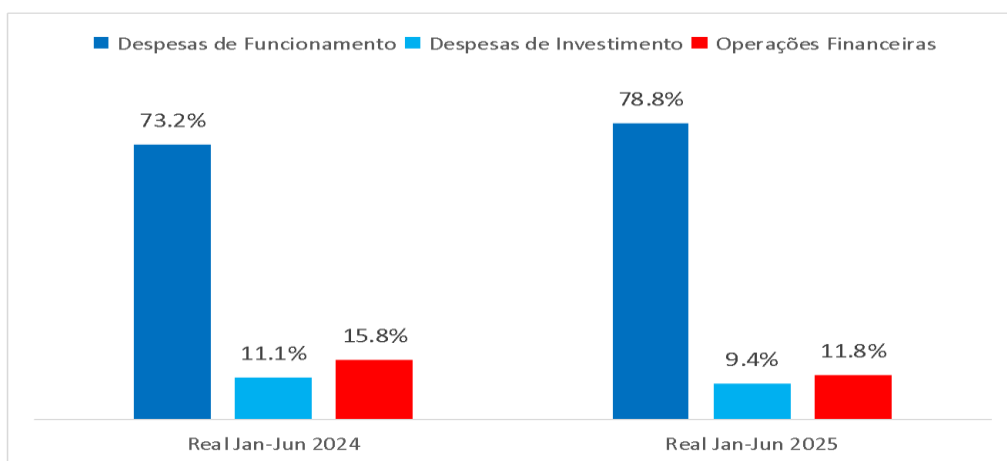
119.Os impostos sobre bens e serviços, registaram o montante de 55.733,1 milhões de MT, resultante, em grande medida, da contribuição do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), cuja arrecadação se fixou em 35.603,5 milhões de MT, correspondente a 41,6% de realização face à previsão inicial.

120.No que se refere as outras receitas correntes, foi alcançado um montante de 16.264,6 milhões de MT, equivalente a 41,8% da previsão anual, o que significa decréscimo de 17,2 p.p. face ao período homólogo de 2024.

121.As componentes de taxas, outros impostos nacionais e receitas de capital, alcançaram os montantes de 6.764,9; 6.699,5 e 8.836,6 milhões de MT, equivalente a 43,9%, 35,9% e 3,4% de realização, respectivamente, em relação ao estipulado na Lei.

122.A despesa do Estado, no primeiro semestre do ano 2025, fixou-se em 213.432,7 milhões de MT, correspondente a 41,6% do orçamento anual, o que representa um acréscimo de 1,7 p.p., face ao período homólogo de 2024. Do montante total, 168.201,1 milhões de MT são referentes a despesas de funcionamento, 19.969,0 milhões de MT a despesas de investimento e 25.262,6 milhões de MT às operações financeiras, correspondente a 47,9%, 20,2% e 40,5% de realização face a previsão orçamental de 2025, respectivamente.

Gráfico 13. Composição das Despesas do Estado de Janeiro à Junho de 2024 e 2025



123.Em termos do peso relativo na despesa do Estado, durante o período em análise, as despesas de funcionamento absorveram a maior parte do envelope total de recursos, cifrando-se em 78,8%, dada à necessidade de assegurar o pleno funcionamento das instituições públicas, estando em seguida, as operações financeiras e despesas de

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

investimento, com 11,8% e 9,4% do total da despesa pública, respectivamente, o que significa uma redução de 4 p.p. e 1,7 p.p. em relação ao registado no mesmo período do ano 2024.

IV. ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2026-2028

- Receita do Estado: 25,5% do PIB entre 2026 e 2028;
- Despesa total: 32,3% do PIB em 2026 para 31,4% do PIB em 2028;
- Défice orçamental global: -6,9% do PIB em 2026 para -3,6% em 2028;
- Consolidação fiscal, com enfoque na eficiência da despesa e mobilização interna de receitas.

124.O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2026–2028, aponta para uma trajectória de consolidação orçamental gradual, apoiada na recuperação económica, melhoria da arrecadação fiscal e contenção relativa da despesa, focando-se na sustentabilidade das finanças públicas e na redução gradual da dependência do financiamento externo.

125.Para o período em análise, prevê-se que o total de recursos, passe de 535.623,8 milhões de MT em 2026 para 606.073,6 milhões de MT em 2028, e a receita do Estado deverá alcançar 25,5% do PIB no final do período. Este desempenho será impulsionado por um crescimento económico médio anual de cerca de 5,0%, em linha com as reformas no sistema tributário, reforço da eficiência da administração tributária e combate à evasão fiscal.

Quadro 16. Envelope de Recursos para o Período 2026-2028

	CGE	LEI	<<Projeção>>		
	2024	2025	2026	2027	2028
<i>Em Milhões de MT</i>					
Total de Recursos	451,034.9	512,749.8	535,623.8	559,400.3	606,073.6
Recursos Internos	390,262.4	424,540.8	457,942.3	474,843.1	512,649.5
Receitas do Estado	351,277.9	385,871.8	421,959.0	451,704.3	492,191.7
Receitas Correntes	345,092.6	378,117.7	411,003.7	443,456.9	483,545.1
Receitas de Capital	6,185.2	7,754.1	10,955.3	8,247.3	8,646.6
Crédito Interno	38,984.5	35,094.4	35,983.3	23,138.8	20,457.8
Saldos Transitados	-	3,574.6	-	-	-
Recursos Externos	60,772.5	88,209.0	77,681.5	84,557.2	93,424.2
Donativos	42,186.3	58,236.2	52,636.9	56,880.8	62,907.8
Créditos	18,586.2	29,972.8	25,044.6	27,676.4	30,516.4
<i>Em % do PIB</i>					
Total de Recursos	31.0%	33.2%	32.3%	31.3%	31.4%
Recursos Internos	26.8%	27.5%	27.7%	26.6%	26.5%
Receitas do Estado	24.2%	25.0%	25.5%	25.3%	25.5%
Receitas Correntes	23.7%	24.5%	24.8%	24.8%	25.0%
Receitas de Capital	0.4%	0.5%	0.7%	0.5%	0.4%
Crédito Interno	2.7%	2.3%	2.2%	1.3%	1.1%
Saldos Transitados	0.0%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%
Recursos Externos	4.2%	5.7%	4.7%	4.7%	4.8%
Donativos	2.9%	3.8%	3.2%	3.2%	3.3%
Créditos	1.3%	1.9%	1.5%	1.5%	1.6%

126.A despesa total deverá representar 32,3% do PIB em 2026, reduzindo ligeiramente para 31,4% em 2028. Este resultado será sustentado por um maior refortalecimento da disciplina orçamental e da contenção das despesas de funcionamento, assegurando maior eficiência da despesa pública, dando prioridade aos projectos com maior retorno socioeconómico.

127.O défice orçamental deverá reduzir de 6,9% do PIB em 2026 para 2,6% em 2028, permitindo uma trajectória de endividamento mais sustentável, com o crédito interno a reduzir, em proporção do PIB, de 2,2% para 1,1% em 2028. Esta mudança visa mitigar riscos associados à elevada dependência do mercado interno, melhorar o perfil da dívida e fortalecer a sustentabilidade financeira do país.

V. PREVISÃO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO 2026

128.A política orçamental está orientada para a manutenção da estabilidade macroeconómica, fortalecimento da gestão das finanças públicas, promoção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado e geração de postos de trabalho. As prioridades continuarão centradas na consolidação fiscal, por meio da implementação de medidas voltadas ao alargamento da base tributária, racionalização da despesa pública e a criação gradual de espaço fiscal para o financiamento de investimentos estruturantes, merecendo destaque as seguintes:

a) Medidas no âmbito da melhoria das fontes de arrecadação de receitas:

- Rever a Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares, ao abrigo da Lei n.º 17/2022, de 29 de Dezembro ;
- Rever o Código do Imposto sobre Consumos Específicos, à luz da Lei n.º 19/2022, de 29 de Dezembro;
- Rever a Lei n.º 5/2009, de 12 de Janeiro, que aprova o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes;
- Rever o Código de Benefícios Fiscais, ao abrigo da Lei n.º 4/2009, de 12 de Janeiro;
- Intensificar as medidas de auditoria, com especial enfoque aos contratos do sector extractivo; e
- Rever a legislação da consgnação de receitas sectoriais.

b) Medidas no âmbito da racionalização da despesa pública, maior previsibilidade e sustentabilidade orçamental

- Aprimorar os mecanismos de controle do crescimento da folha de salários e remunerações;
- Prosseguir com o processo de auditoria a folha de salários;
- Aplicar a legislação vigente sobre a responsabilização dos FAE envolvidos em infrações financeiras;
- Rever a fórmula de cálculo de horas extraordinárias e definição de limites de horas, para os sectores da Educação e Saúde;
- Reforçar os mecanismos de controle interno e auditoria para prevenir desvios de aplicação de recursos;
- Assegurar o cumprimento do modelo de compras do Estado com base nos preços de referência;
- Iniciar a digitalização de processos administrativos na função pública;
- Rever a legislação da consignação de receitas sectoriais;
- Implementar a Estratégia de Gestão da Dívida de Médio Prazo (2025-2029); e
- Prosseguir com as acções de gestão do passivo, especialmente a substituição de títulos com maturidade de curto prazo por títulos com maturidades longas.

5.2 PREVISÃO DE RECURSOS DO ESTADO 2026

- **Recursos Internos: 457.942,3 milhões de MT**, correspondente a **27,7%** do PIB;
- **Receitas do Estado: 421.959,0 milhões de MT**, o que representa um acréscimo de **0,5 p.p.** em termos do PIB, comparativamente ao ano 2025;
- **Crédito Interno: 35.983,3 milhões de MT**, equivalente a **2,2% do PIB**; e
- Redução do **Crédito Externo** em **16,4%** em termos nominais, quando comparado com a Lei de 2025.

5.2.1 Recursos Internos

129. Para o ano de 2026, perspectiva-se um montante de 457.942,3 milhões de MT em recursos internos, equivalente a 27,7% do PIB, o que representa um acréscimo de 0,2 p.p. face a Lei

do PESOE 2025. Deste montante, 421.959,0 milhões de MT correspondem a receitas do Estado (25,5% do PIB) e 35.983,3 milhões de MT de crédito interno (2,2% do PIB).

130.A previsão da receita do Estado é sustentada essencialmente pela arrecadação de receitas tributárias no montante de 367.679,5 milhões de MT (incluindo as receitas de exploração do gás natural), equivalente a 22,2% do PIB. Este montante, representa um incremento de 0,2 p.p. quando comparado com o ano de 2025, e será impulsionado pela contribuição de Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) com 102.170,5 milhões de MT e de Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) com 69.589,3 milhões de MT.

131.Os impostos sobre bens e serviços deverão igualmente contribuir de forma significativa na arrecadação de receitas, com uma previsão de 160.467,3 milhões de MT, correspondente a 9,7% do PIB. Destaca-se, neste grupo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), estimado em 114.614,7 milhões de MT, sustentado pelo crescimento do consumo interno e pelo alargamento da base tributária através da formalização de operadores económicos.

Quadro 17. Previsão de Recursos Internos 2026

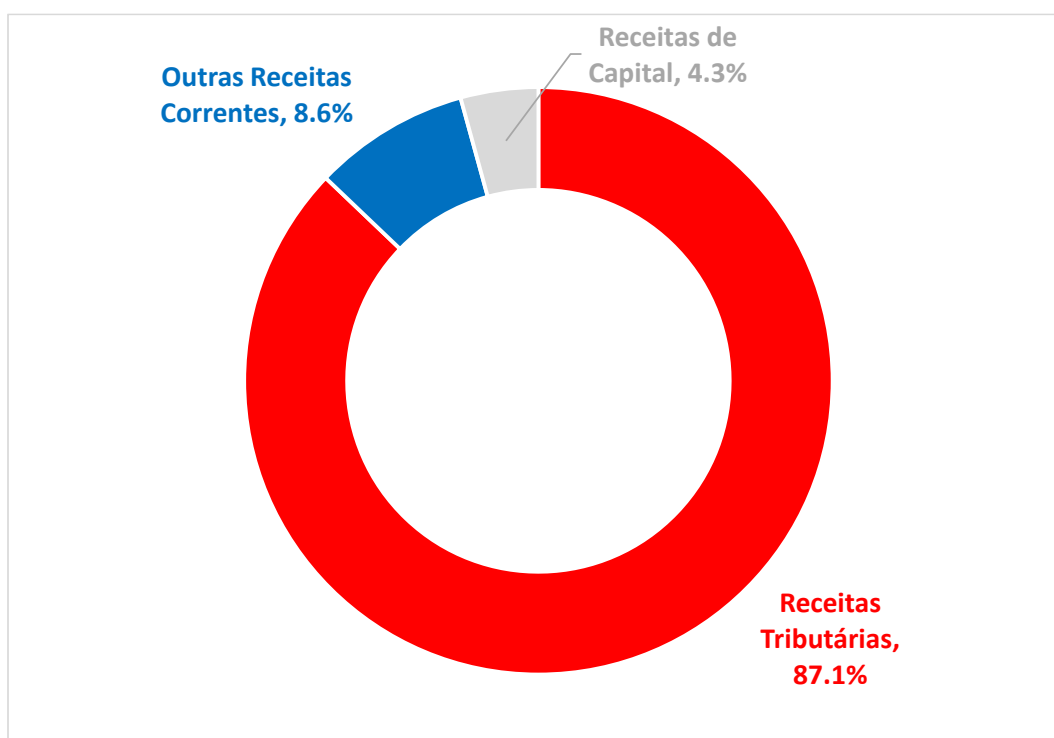
	2024	CGE	2025	LEI	2026	2024	2025	2026
					PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
Recursos Internos	460,925.3		424,540.8		457,942.3	31.7%	27.5%	27.7%
Receitas do Estado	351,277.9		385,871.8		421,959.0	24.2%	25.0%	25.5%
Receitas Correntes	345,092.6		378,117.7		403,954.6	23.7%	24.5%	24.4%
Tributárias	311,848.2		339,244.0		367,679.5	21.5%	22.0%	22.2%
Impostos Nacionais	311,848.2		339,244.0		367,679.5	21.5%	22.0%	22.2%
Impostos s/ o Rendimento	155,072.5		168,148.9		172,418.7	10.7%	10.9%	10.4%
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	91,957.5		100,518.3		102,170.5	6.3%	6.5%	6.2%
<i>Mais-Valias1/</i>	-		-		-	0.0%	0.0%	0.0%
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	62,727.2		66,964.5		69,589.3	4.3%	4.3%	4.2%
Imposto Especial sobre o Jogo	387.8		666.1		658.9	0.0%	0.0%	0.0%
Impostos s/ Bens e Serviços	123,692.6		132,857.5		160,467.3	8.5%	8.6%	9.7%
Imposto s/ o Valor Acrescentado 1/	81,643.1		85,562.2		114,614.7	5.6%	5.5%	6.9%
IVA - Nas Operações Internas	39,418.9		35,856.3		46,858.2	2.7%	2.3%	2.8%
IVA - Nas Importações	52,235.2		49,705.9		67,756.5	3.6%	3.2%	4.1%
IVA - Reembolsado	-		-		-	-0.7%	0.0%	0.0%
Imp. s/ Comércio Externo	21,228.1		23,101.1		24,512.2	1.5%	1.5%	1.5%
Imp. s/ Consumo Esp. Produção Nacional	6,288.8		8,496.5		6,954.9	0.4%	0.5%	0.4%
Imp. s/Consumo Esp. Produtos Importados	14,532.6		15,697.7		14,385.4	1.0%	1.0%	0.9%
Outros Impostos Nacionais	17,410.2		22,810.6		18,553.8	1.2%	1.5%	1.1%
Imposto Especifico S/ Actividade Mineira	6,251.8		7,891.3		6,315.2	0.4%	0.5%	0.4%
Imposto Especifico S/ Actividade Petrolífera	1,636.5		1,546.7		1,804.9	0.1%	0.1%	0.1%
Taxas Sobre os Combustíveis	1,062.3		4,162.6		1,178.5	0.1%	0.3%	0.1%
Outros Impostos Nacionais	8,459.6		9,210.1		9,255.2	0.6%	0.6%	0.6%
Taxas	15,673.0		15,426.9		16,239.7	1.1%	1.0%	1.0%
Taxas Nacionais	15,673.0		15,426.9		16,239.7	1.1%	1.0%	1.0%
Taxas Autarquicas	-		-		-	0.0%	0.0%	0.0%
Outras Receitas Correntes	33,244.4		38,873.7		36,275.1	2.3%	2.5%	2.2%
Contribuições Sociais	1,854.4		10,438.2		2,755.1	0.1%	0.7%	0.2%
Patrimoniais	13,929.3		10,891.9		12,891.8	1.0%	0.7%	0.8%
Exploração de Bens de Domínio Público	6,755.2		15,079.4		12,136.8	0.5%	1.0%	0.7%
Venda de Bens e Serviços	9,735.0		1,815.1		7,673.0	0.7%	0.1%	0.5%
Outras	970.5		649.3		818.4	0.1%	0.0%	0.0%
Receitas de Capital	6,185.2		7,754.1		18,004.4	0.4%	0.5%	1.1%
Alienação do Património do Estado	214.9		7,356.1		6,700.3	0.0%	0.5%	0.4%
Amortização de Empréstimos Concedidos	399.4		398.0		1,003.7	0.0%	0.0%	0.1%
Outras Receitas de Capital	5,570.9		-		10,300.3	0.4%	0.0%	0.6%
Crédito Interno	38,984.5		35,094.4		35,983.3	2.7%	2.3%	2.2%
Saldos Transitados	-		3,574.6		-	0.0%	0.2%	0.0%

132. Para as rubricas de outros impostos nacionais e taxas, estão previstos os montantes de 18.553,8 e 16.239,7 milhões de MT, correspondentes a 1,1% e 1% do PIB, respectivamente.

133. As receitas de capital deverão registar um incremento, passando de 7.754,1 milhões de MT em 2025 para 18.004,4 milhões de MT.

134. Na composição da receita do Estado, as receitas tributárias deverão manter-se como a principal fonte, representando 87,1% do total da receita, seguida por outras receitas correntes com 8,6%, e por último, as receitas de capital com 4,3%, de acordo com o Gráfico 14.

Gráfico 14. Estrutura da Receita do Estado em 2026



Caixa 1. Projectos financiados pela quota orçamental das receitas provenientes do Gás Natural Liquefeito (GNL)

O **Fundo Soberano de Moçambique (FSM)** foi instituído como um instrumento estratégico de política de estabilização macroeconómica e fiscal, concebido para assegurar a gestão prudente e sustentável das receitas provenientes dos projectos de Gás Natural Liquefeito (GNL). A sua criação responde à necessidade de mitigar os efeitos da volatilidade dos preços internacionais do GNL sobre as finanças públicas, garantir a previsibilidade orçamental e promover a estabilidade macroeconómica.

Paralelamente, o FSM desempenha um papel crucial na acumulação de poupança de longo prazo, assegurando a partilha intergeracional dos recursos naturais. Ao mesmo tempo constitui um mecanismo para fomentar a diversificação económica e aumentar a resiliência do país face a choques internos e externos, contribuindo para um crescimento mais sustentável e inclusivo.

Nos termos da Lei n.º 1/2024, de 9 de janeiro, que cria o Fundo Soberano de Moçambique (FSM), as receitas provenientes da produção de GNL devem ser, em primeira instância, integralmente depositadas na Conta Transitória. A partir desta, procede-se à partilha legalmente prevista, pela qual 60% das receitas projectadas (quota orçamental) são transferidas para a Conta Única do Tesouro (CUT), garantindo a cobertura do Orçamento do Estado. Após a satisfação integral das necessidades orçamentais aprovadas, o montante remanescente deve ser obrigatoriamente transferido para o FSM, independentemente do seu montante.

Para o exercício económico de 2026, estima-se um total de 76,8 milhões de USD (equivalentes a 4.905,7 milhões de MT). Deste valor, 46,1 milhões de USD (quota orçamental, equivalentes a 2.943,4 milhões de MT) serão canalizados para CUT e as cobranças remanescentes, estimadas em 30,7 milhões de USD correspondentes a 1.962,3 milhões de MT, serão destinadas ao FSM. Importa destacar que o montante máximo de recursos a ser canalizado para a CUT durante o exercício económico, corresponde exclusivamente à quota orçamental definida. Assim, quaisquer cobranças adicionais realizadas ao longo do ano serão integralmente transferidas para a conta do FSM.

A quota orçamental projectada para 2026 revela-se moderadamente inferior à de 2025 (47,1 milhões de USD, correspondentes a 3.009,7 milhões de MT), reflexo de um decréscimo pontual na estimativa de produção da Concessionária para 2026.

Ao abrigo do Decreto n.º 13/2024, de 05 de abril, a quota orçamental das receitas provenientes do GNL deve ser canalizada para o financiamento de iniciativas estruturantes, sustentáveis e de elevado impacto socioeconómico, em conformidade com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END), que orienta os demais instrumentos de planificação nacional.

Neste contexto, e em alinhamento com as prioridades estabelecidas no PQG 2025-2029, serão financiados os seguintes projectos:

- Construção da ponte sobre o rio Save (Massangena) – 1.000 milhões de MT;
- Urbanizar e disponibilizar Terra infraestruturada – 365,2 milhões de MT;
- Construir e Apetrechar o Hospital Distrital de Chibuto - 500 milhões de MT;
- Construir postos fiscais e de cobrança – 143,4 Milhões de MT
- Construir e apetrechar Escolas Básicas - 800 milhões de MT; e
- Prosseguir com a Construção da Barragem de Locomue– 134,8 Milhões de MT.

5.2.2 Recursos Externos

135.A previsão dos recursos externos para 2026 está orçada em 77.681,5 milhões de MT, equivalente a 4,7% do PIB, o que traduz uma redução de 1,0 p.p. quando comparado com a previsão orçamental de 2025, explicada, sobretudo, pela incerteza quanto à continuidade do apoio directo ao orçamento do Estado, por parte dos parceiros de cooperação.

136.Prevê-se que os donativos alcancem o montante de 52.636,9 milhões de MT, em 2026, um incremento de 0,1 p.p. do PIB face ao estimado na Lei de 2025. Este montante, é explicado, principalmente, pelos donativos destinados a Projectos e aos Fundos Comuns (Programas Especiais), com 43.729,9 e 8.907,0 milhões de MT, respectivamente.

Quadro 18. Recursos Externos 2025

	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>		
Recursos Externos	68,504.8	88,209.0	77,681.5	4.7%	5.7%	4.7%
Contravalores não Consignados*	7,732.3	9,585.0	-	0.5%	0.6%	0.0%
Donativos	-	9,585.0	-	0.0%	0.6%	0.0%
Créditos	7,732.3	-	-	0.5%	0.0%	0.0%
Donativos	42,186.3	48,651.2	52,636.9	2.9%	3.1%	3.2%
Para Projectos	37,459.5	40,516.8	43,729.9	2.6%	2.6%	2.6%
Fundo Comum	4,726.8	8,134.4	8,907.0	0.3%	0.5%	0.5%
Créditos	18,586.2	29,972.8	25,044.6	1.3%	1.9%	1.5%

* Apoio Geral ao Orçamento

Fonte: MF, 2025

137.Para a rubrica de créditos, está prevista, em 2026, uma redução do montante para 25.044,6 milhões de MT, correspondente a 1,5% do PIB, em comparação com os 29.972,8 milhões de MT previstos na Lei 2025. Esta diminuição está em linha com a estratégia de gestão da dívida pública, visando assegurar maior sustentabilidade orçamental no médio prazo.

138.O montante previsto de donativos para 2026, é de 823,7 milhões de dólares americanos, o que representa uma redução de 9,5% em termos nominais em relação ao previsto na Lei Orçamental de 2025.

Quadro 19. Donativos (em milhões de USD)

	CGE 2024	LEI 2025	PROP. 2026
Donativos para Programas (AGO)	-	149.8	-
Donativos para Projectos	322.1	579.7	622.5
Donativos em Espécie	211.2	53.4	40.0
Donativos para Programas Especiais	73.8	127.1	161.3
FCFASE	71.5	123.2	159.6
FCPROSAU	1.1	-	1.3
FCPRONASA	1.3	3.9	0.5
FCCAB		0.1	
TOTAL	607.1	909.9	823.7

Fonte: MF, 2025

139. Como pode-se depreender da leitura do Quadro 18., a maior contribuição dos donativos destina-se ao financiamento de projectos, no montante de 622,5 milhões de dólares americanos, estando em seguida, os donativos para programas especiais e em espécie, com 161,3 e 40 milhões de dólares americanos, respectivamente.

140. Em relação aos créditos, perspectiva-se para o exercício económico 2026 o montante de 391,9 milhões de dólares americanos, o que representa um decréscimo de 16,3% em termos nominais, em comparação com a previsão do ano de 2025.

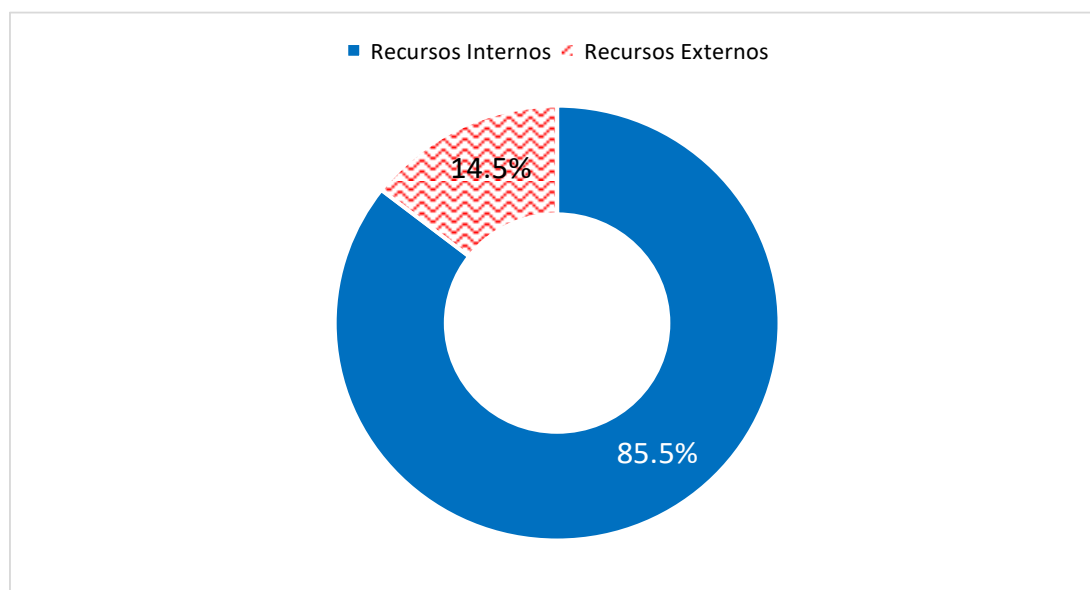
Quadro 20. Créditos (em milhões de USD)

	CGE 2024	LEI 2025	PROP. 2026
Créditos para Programas	126.1	-	-
Multilateral	-	-	-
Bilateral	-	-	-
Créditos para Projectos	167.1	406.8	388.3
Multilateral	105.4	375.9	326.2
Bilateral	61.8	30.9	62.1
Acordos de Retrocessão	2.3	61.6	3.6
Multilateral	-	-	-
Bilateral	2.3	61.6	3.6
TOTAL	295.5	468.3	391.9

Fonte: MF, 2025

141. Em termos de composição do financiamento ao orçamento do Estado, prevê-se que os recursos internos mantenham a sua posição predominante, o que representa 85,5% do total de recursos, um incremento de 2,7 p.p. face ao ano de 2025. Por seu turno, os recursos externos deverão situar-se em cerca de 14,5%, o que evidencia o esforço do Governo em mobilizar receitas domésticas e reduzir o financiamento externo.

Gráfico 15. Composição do Orçamento do Estado (em % do Total de Recursos)



Fonte: MF, 2025

5.3 PREVISÃO DAS DESPESAS DO ESTADO 2026

- **Despesas do Estado: 535.623,8 milhões de MT**, correspondente a **32,3%** do PIB;
- **Despesas de Funcionamento: 370.270,4 milhões de MT**, correspondente a **22,4%** do PIB;
- **Despesas de Investimento: 107.559,6 milhões de MT**, representa um acréscimo de **0,1 p.p. do PIB** em relação ao ano de 2025;
- **Operações Financeiras: 57.793,8 milhões de MT**, correspondente a **3,5% do PIB**.

142. As despesas do Estado estão projectadas para aumentar de 512.749,8 milhões de MT previstos na Lei Orçamental de 2025 para 535.623,8 milhões de MT em 2026, o que corresponde a 32,3% do PIB, e uma redução em termos reais de 0,9 p.p. Esta evolução

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

traduz uma moderação no ritmo de crescimento da despesa pública, em resultado da implementação de medidas de consolidação orçamental.

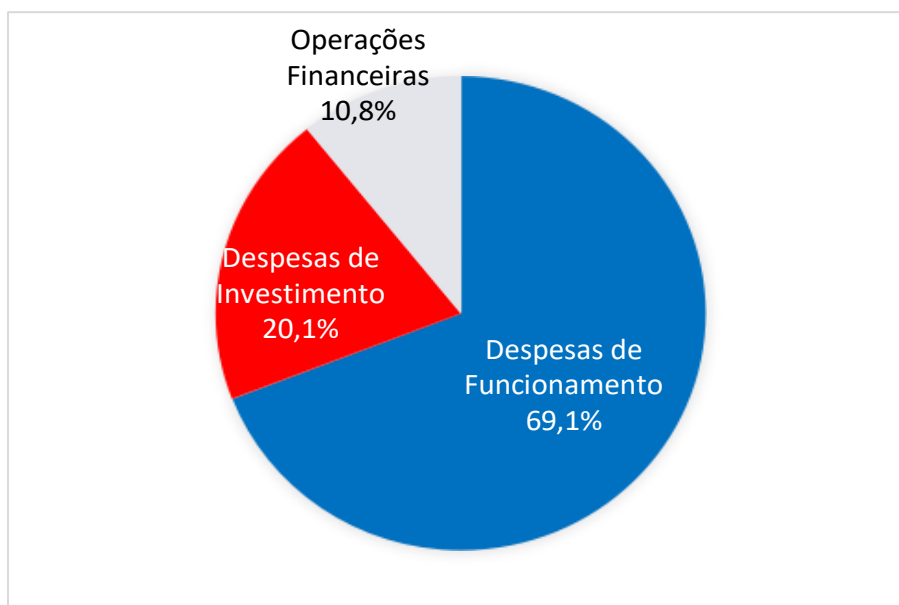
143. Do montante total da despesa do estado programada para 2026, 370.270,4 milhões de MT são destinados às despesas de funcionamento, 107.559,6 milhões de MT às despesas de investimento e 57.793,8 milhões de MT às operações financeiras, equivalente a 22,4%, 6,5% e 3,5% do PIB, respectivamente.

Quadro 21. Previsão da Despesa do Estado para 2026

	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>		
DESPESA TOTAL	509,265.4	512,749.8	535,623.8	35.0%	33.2%	32.3%
Despesas de Funcionamento	364,146.9	351,253.2	370,270.4	25.1%	22.7%	22.4%
Despesas Correntes	361,605.3	350,575.8	369,549.0	24.9%	22.7%	22.3%
Despesas com Pessoal	208,957.9	210,788.9	217,038.6	14.4%	13.6%	13.1%
Salários e Remunerações	202,858.7	205,550.0	211,799.7	14.0%	13.3%	12.8%
Bens e Serviços	36,793.7	34,037.8	34,979.2	2.5%	2.2%	2.1%
Encargos da Dívida	60,218.1	63,892.8	67,616.0	4.1%	4.1%	4.1%
Transferências Correntes	33,359.4	36,987.5	44,494.4	2.3%	2.4%	2.7%
dos quais: pensões	19,874.3	20,056.3	28,842.1	1.4%	1.3%	1.7%
Subsídios	2,012.9	2,012.9	2,165.3	0.1%	0.1%	0.1%
Outras Despesas Correntes	15,332.7	478.8	1,536.4	1.1%	0.0%	0.1%
Exercícios Findos	4,930.6	2,377.1	1,719.0	0.3%	0.2%	0.1%
Despesas de Capital	2,541.6	677.4	721.4	0.2%	0.0%	0.0%
Despesas de Investimento	96,457.7	98,776.4	107,559.6	6.6%	6.4%	6.5%
Componente Interna	45,304.2	24,092.0	30,109.1	3.1%	1.6%	1.8%
Componente Externa	51,153.5	74,684.4	77,450.5	3.5%	4.8%	4.7%
Donativos	45,224.1	48,651.2	52,636.9	3.1%	3.1%	3.2%
Créditos	5,929.4	26,033.2	24,813.6	0.4%	1.7%	1.5%
Operações Financeiras	48,660.8	62,720.3	57,793.8	3.3%	4.1%	3.5%
Activas	3,509.8	6,005.9	2,662.0	0.2%	0.4%	0.2%
Passivas	45,151.0	56,714.4	55,131.8	3.1%	3.7%	3.3%

144. Em termos de composição, as despesas de funcionamento continuarão a absorver o maior volume da despesa pública, com 69,1% da despesa total, seguindo as despesas de investimento com 20,1%, e por último, as despesas com operações financeiras, com 10,8%, conforme se pode observar no Gráfico 16.

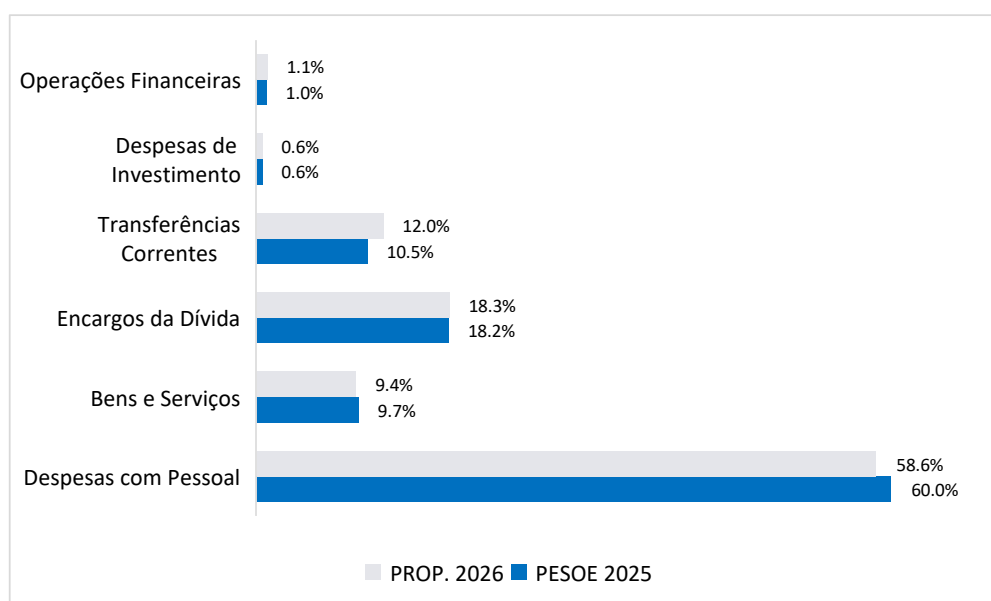
Gráfico 16. Composição da Despesa do Estado para 2026 (em % da Despesa Total)



5.3.1 Despesas de Funcionamento

145.O Gráfico 17 apresenta a estrutura das despesas de funcionamento do Estado para 2026, na qual a maior proporção será destinada às despesas com o pessoal, com cerca de 58,6%, seguindo-se os encargos da dívida pública com 18,3% e as transferências correntes com 12,0%.

Gráfico 17. Estrutura das Despesa de Funcionamento (2025 e 2026)



i. Despesas com Pessoal

146.As despesas com pessoal estão fixadas em 217.038,7 milhões de MT no ano 2026, correspondentes a 13,1% do PIB, menos 0,5 p.p. face a Lei 2025. Deste agregado, a componente de salários e remunerações, irá fixar-se em 211.799,7 milhões de MT contra os 205.550,0 milhões de MT de 2025, resultante essencialmente da previsão de novas admissões para os sectores da Educação, Saúde, Agricultura e Órgãos de Administração da Justiça.

147.Conforme ilustra o Quadro 22, prevê-se a admissão de 3.962 Funcionários e Agentes do Estado (FAE), com um impacto orçamental estimado em 1.135,0 milhões de MT, dada a necessidade de reforçar os sectores prioritários, garantindo maior capacidade de prestação de serviços essenciais à população.

Quadro 22. Impacto Orçamental das Novas Admissões em 2026 (Em Milhões de MT)

	ADMISSÕES					
	FAE			Impacto Orçamental		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Educação	2,909	2,922	2,361	903	903	639
Ensino Geral	2,803	2,803	2,325	878	878	624
Ensino Técnico	48	24	20	11	11	9
Ensino Superior	24	15	6	8	8	3
Formação Profissional	34	80	10	6	6	3
Educadores da Primeira Infância	-	-	40	-	-	11
Saúde	1,294	724	582	394	216	161
Agricultura	455	351	234	109	60	84
Justiça	222	145	745	89	60	240
PGR (SERNIC)	-	-	600	-	-	180
Outros Órgãos de Adm. Justiça	-	-	145	-	-	60
TOTAL	4,880	4,142	3,962	1,495	1,238.6	1,135

148.Na componente de outras despesas com pessoal, prevê-se um montante de 5.238,9 milhões de MT, correspondente a 0,3% do PIB, o que traduz uma estabilização quando comparado com à Lei do PESOE 2025, reflectindo a estratégia do Governo em desacelerar o crescimento de custos adicionais associados à massa salarial.

ii. Despesas com Bens e Serviços

149.Para assegurar o pleno funcionamento das instituições do Estado e a prestação de serviços públicos essenciais, as despesas com bens e serviços estão fixadas em 34.979,2 milhões de

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

MT em 2026, correspondente a 2,1% do PIB, o que representa um decréscimo de 0,1 p.p. quando comparado com a previsão de 2025.

iii. Despesas com Encargos da Dívida

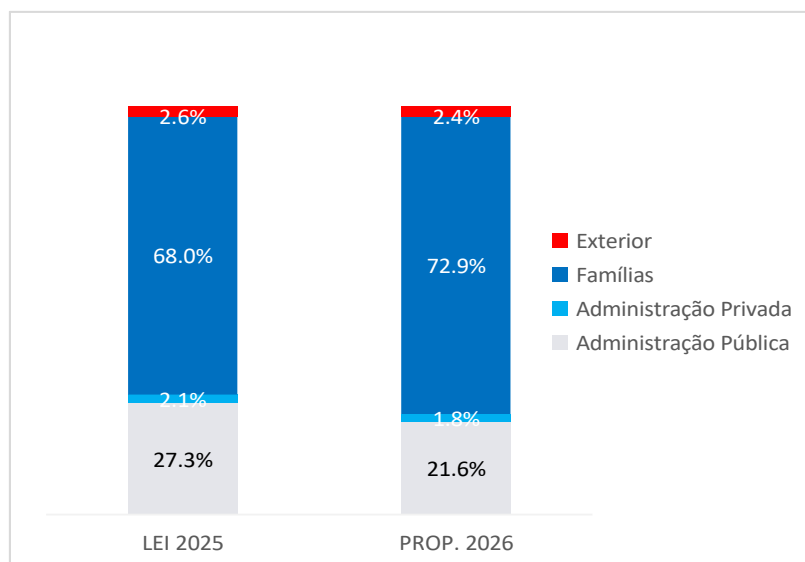
150. Relativamente aos encargos da dívida, a estimativa para o ano de 2026 é de 67.616,0 milhões de MT, equivalente a 4,1% do PIB, o que representa em proporção do PIB, uma estabilização face ao previsto na Lei do PESOE 2025, justificado pelo esforço contínuo do Governo em honrar integralmente os compromissos assumidos, reforçando assim, a credibilidade e a confiança nas finanças públicas.

iv. Transferências Correntes

151. As transferências correntes para 2026 estão orçadas em 44.494,4 milhões de MT, o correspondente a 2,7% do PIB, um incremento de 0,3 p.p. face a previsão de 2025. Este crescimento reflecte a necessidade de melhoria dos procedimentos de administração da previdência social, bem como a comparticipação plena do Estado como entidade empregadora.

152. Quanto à composição deste agregado, destacam-se as transferências às famílias, que absorverão 32.442,1 milhões de MT, o equivalente a 2% do PIB e um incremento de 0,4 p.p. face ao exercício transacto. Esta componente absorverá 72,9% do volume total de transferências às famílias programado para 2026, seguida pelas transferências à administração pública com 21,6%, transferências ao exterior com 2,4%, e por último, pelas transferências à administração privada com 1,8%.

Gráfico 18. Composição das Transferências Correntes para 2026 (%)



153. Na componente das transferências às famílias estão contemplados os pagamentos de pensões a civis e militares, no valor de 28.842,1 milhões de MT, decorrente da necessidade de assegurar a comparticipação do Estado para o sistema de previdência social dos FAE em cerca 7%, e os programas de protecção social financiados com recursos internos no valor de 3.600,0 milhões de MT, que irão abranger cerca de 890.753 beneficiários.

Quadro 23 Programas de Protecção Social

	LEI 2025		PROP. 2026	
	Interno	Total	Interno	Total
<i>Em Milhões de MT</i>				
Programas de Protecção Social	5,109.9	5,109.9	3,600.0	3,600.0
Subsídio Social Básico	3,736.7	3,736.7	2,495.8	2,495.8
Apoio Social Directo	479.2	479.2	525.3	525.3
Acção Social Produtiva	724.9	724.9	500.2	500.2
Programa de Atendimento em Unidades Sociais	69.1	69.1	74.3	74.3
Programas de Serviços Sociais de Acção Social	100.0	100.0	4.4	4.4

v. Subsídios

154. Para a componente de subsídios está previsto para 2026, um montante de 2.165,3 milhões de MT, o que representa um ligeiro aumento de 152,4 milhões de MT em relação à previsão orçamental de 2025, com o principal objectivo de assegurar a continuidade do apoio às empresas com contratos programa virados a componente social do Estado.

5.3.2 Despesas de Investimento

155. Para o ano de 2026, projecta-se para as despesas de investimento um montante de 107.559,6 milhões de MT, correspondente a 6,5% do PIB e 20,1% da despesa total, o que representa um incremento nominal de 8,9% em face à previsão de 2025.

Quadro 24. Despesas de Investimento para 2026

	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>			
Despesas de Investimento	96,457.7	98,776.4	107,559.6
Componente Interna	45,304.2	24,092.0	30,109.1
Componente Externa	51,153.5	74,684.4	77,450.5
<i>Em % do PIB</i>			
Despesas de Investimento	6.6%	6.4%	6.5%
Componente Interna	3.1%	1.6%	1.8%
Componente Externa	3.5%	4.8%	4.7%
<i>Em % da Despesa Total</i>			
Despesas de Investimento	18.9%	19.3%	20.1%
Componente Interna	8.9%	4.7%	5.6%
Componente Externa	10.0%	14.6%	14.5%

Fonte: MF, 2025

156. Do montante total previsto para o investimento público, cerca de 30.109,1 milhões de MT são referentes à componente interna e 77.450,5 milhões de MT à componente externa, equivalente a 1,8% e 4,7% do PIB, respectivamente, o que representa, face a Lei de 2025, um incremento de 0,2 p.p. para a componente interna, e uma redução de 0,1 p.p. para a componente externa. Este esforço revela-se fundamental para assegurar a continuidade do financiamento das acções do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2025-2029), assegurando a materialização das prioridades de desenvolvimento económico e social.

5.3.3 Transferências às Comunidades

- **Consignação de receitas de exploração mineira e petrolífera às províncias, distritos e comunidades locais**

157. A consignação de receitas provenientes da exploração mineira e petrolífera às comunidades locais constitui uma medida estratégica orientada para assegurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pela exploração de recursos naturais. Esta abordagem visa não apenas promover o desenvolvimento sustentável das regiões e comunidades abrangidas, mas também, reduzir as desigualdades regionais e fomentar a participação social na gestão desses recursos.

158. Neste âmbito, o artigo 20 da Lei n.º 20/2014, de 18 de Agosto, Lei de Minas, alterado pela Lei n.º 15/2022, de 19 de Dezembro, e o artigo 48 da Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto, Lei de Petróleo, alterado pela Lei n.º 16/2022, de 19 de Dezembro, estabelecem que 10% das receitas provenientes dos impostos sobre a produção mineira e petrolífera, devem ser canalizadas para o desenvolvimento das províncias, distritos e comunidades locais onde se implementam os respectivos empreendimentos.

159. Por sua vez, o Decreto n.º 40/2023, de 07 de Julho, regulamenta os critérios de afectação e gestão desta percentagem de receitas, definindo que a mesma seja repartida em 7,25% para projectos estruturantes da Província e Distritos, e em 2,75% para projectos das comunidades locais directamente abrangidas.

160. É com base neste preceituado que se perspectiva o montante de 862,8 milhões de MT para o ano de 2026, dos quais, 625,5 milhões de MT para as Províncias, e 237,3 milhões de MT para as Localidades.

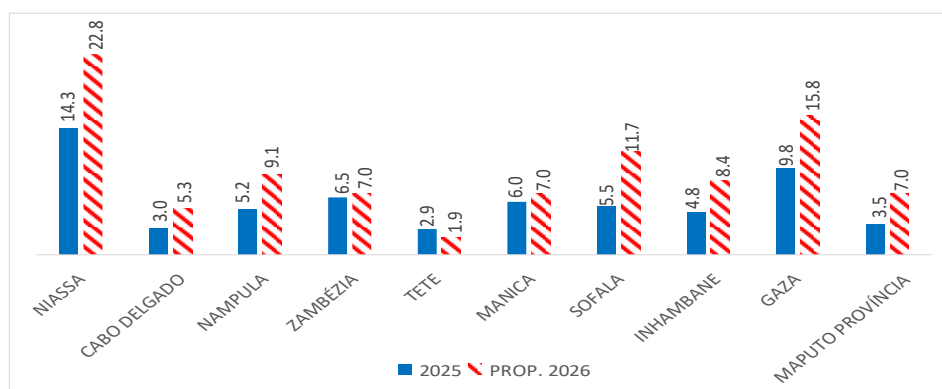
Quadro 25. Transferências às Comunidades (em Mil MT)

Província	Distrito	Posto Adm./ Localidade	Minério	Imposto sobre a Produção Petrolífera (IPP)	Imposto sobre a Produção Mineira (IPM)	IPP+IPM	10%	7.25% (OGDP)	2.75% (Comunidades)	
NIASSA	Lago	Cobue	Ouro		5,804.31	5,804.31	586.24	425.02	161.22	
Subtotal Niassa					5,804.31	5,804.31	586.24	425.02	161.22	
CABO DELGADO	Mecufi	Murrebue	Pedra e Areias Pesadas		10,766.35	10,766.35	1,099.86	797.40	302.46	
	Ancuabe	Mesa	Rubi		11,073.47	11,073.47	1,124.77	815.46	309.31	
	Palma		Gás	1,221,120.00	-	1,221,120.00	122,117.81	88,535.41	33,582.40	
	Mocimboa da Praia			814,080.00	-	814,080.00	81,408.00	59,020.80	22,387.20	
	Montepuez	Nhamanhumbir	Rubi		177,789.25	177,789.25	17,790.54	12,898.14	4,892.40	
Subtotal Cabo Delgado					2,035,200.00	199,629.07	2,234,829.07	223,540.97	162,067.21	61,473.77
NAMPULA	Moma	Larde (Topuito)	Areias Pesadas		528,136.58	528,136.58	52,836.88	38,306.74	14,530.14	
	Angoche	Angoche	Areias Pesadas		185,559.04	185,559.04	18,596.55	13,482.50	5,114.05	
SubTotal Nampula						713,695.62	71,433.43	51,789.24	19,644.19	
ZAMBÉZIA	Chinde	Micaune	Areias Pesadas		980,618.20	980,618.20	98,090.85	71,115.87	26,974.98	
	Mocubela	Nacuda Idugo	Areias Pesadas		133,311.12	133,311.12	13,336.92	9,669.27	3,667.65	
	Inhassunge	Mualama -Naburi	Areias Pesadas		1,113,929.32	1,113,929.32	111,398.74	80,764.09	30,634.65	
SubTotal Zambézia						2,227,858.64	222,832.32	161,553.43	61,278.89	
TETE	MOATIZE	MOATIZE	Carvão Mineral		1,979,532.14	1,979,532.14	197,976.44	143,532.92	54,443.52	
	Marara	Kachembe	Carvão Mineral		104,849.11	104,849.11	10,519.75	7,626.82	2,892.93	
	Macanga	Furancungo	Ouro		46,477.19	46,477.19	4,682.56	3,394.85	1,287.70	
Subtotal Tete						2,130,858.44	213,178.75	154,554.59	58,624.16	
SOFALA	Nhamatanda	Nhamatanda	Pedra e areia de construção		1,897.71	1,897.71	253.64	183.89	69.75	
SubTotal Sofala						1,897.71	253.64	183.89	69.75	
INHAMBANE	Govuro	Maimelane	Gás		770,823.78	-	770,823.78	77,082.38	55,884.72	21,197.65
		Pande			513,882.52	-	513,882.52	51,388.25	37,256.48	14,131.77
SubTotal Inhambane					1,284,706.30	9.36	1,284,715.67	128,483.18	93,150.31	35,332.87
GAZA	Chibuto	Chibuto	Areias Pesadas		22,680.19	22,680.19	2,273.83	1,648.52	625.30	
SubTotal Gaza						22,680.19	2,273.83	1,648.52	625.30	
MAPUTO	NAMAACHA	NAMAACHA	Pedra para construção		2,059.36	2,059.36	229.16	166.14	63.02	
SubTotal Maputo						2,059.36	229.16	166.14	63.02	
TOTAL GERAL					3,319,906.30	5,304,492.72	8,624,399.02	862,811.52	625,538.35	237,273.17

161.As províncias que irão se beneficiar mais com estes recursos são Cabo Delgado com 61,5 milhões de MT, Zambézia com 61,3 milhões de MT e Tete com 58,6 milhões de MT.

162.Na mesma vertente, estão previstas transferências de receitas provenientes da exploração florestal e faunística, no valor de 95,8 milhões de MT, correspondente a 20% das receitas geradas por este tipo de actividade, o que representa um incremento em termos nominais de 55,8% face a Lei do PESOE de 2025

Gráfico 19. Transferências das Receitas de Exploração Florestal e Faunística



Fonte: MF, 2025

163.As maiores transferências serão para as províncias de Niassa, Gaza e Sofala, com 22,8 milhões de MT, 15,8 milhões de MT e 11,7 milhões de MT, respectivamente.

5.3.4 Fundos de Desenvolvimento Económico Local – FDEL

164.O Decreto n.º 4/2025, de 5 de Março, cria o Fundo de Desenvolvimento Económico Local (FDEL), um mecanismo de governação descentralizada de incentivo às iniciativas das comunidades locais no aumento da produção, geração de renda e criação de emprego.

165.O Fundo de Desenvolvimento Económico Local é de âmbito nacional e é alocado a cada distrito e autarquia, como parte do Plano Económico e Social e Orçamento Estado (PESOE), para à redução da pobreza nas zonas rurais e urbanas. Para o PESOE 2026, o montante alocado para o FDEL é de 1.500,0 milhões de MT e consta do quadro resumo abaixo.

Quadro 26. Distribuição do FDEL por Província - (em Mil MT)

PROVÍNCIA	População (hab)	Superfície (km2)	Índice de Pobreza (%)	FDEL TOTAL (Em mil MT)
Niassa	1,690,367	122,730	0.80	127,059.55
	658,819	1,297	0.74	30,090.05
Cabo Delgado	2,176,408	78,334	0.77	119,891.17
	724,011	1,294	0.63	31,415.26
Nampula	5,191,074	76,255	0.83	202,321.93
	1,793,184	2,015	0.66	58,117.96
Zambezia	5,468,254	102,739	0.81	220,131.49
	845,599	756	0.73	36,134.03
Tete	2,605,005	100,699	0.72	130,145.61
	762,992	790	0.50	25,474.50
Manica	1,571,967	59,506	0.67	82,542.68
	857,111	682	0.52	29,540.37
Sofala	1,647,531	63,406	0.73	90,444.70
	1,180,384	1,331	0.52	36,971.26
Inhambane	1,175,691	67,372	0.57	75,127.39
	440,371	1,226	0.41	18,442.94
Gaza	1,048,506	73,335	0.40	68,831.96
	442,287	1,030	0.24	15,828.46
Maputo	726,567	21,562	0.19	28,836.78
	3,186,092	2,119	0.08	72,651.91
Subtotal Distrital	23,301,370	765,938		1,145,333.26
Subtotal Municipal	10,890,850	12,540		354,666.74
Total	34,192,220	778,478	0.58	1,500,000.00

5.3.4 Despesas com Operações Financeiras

166. As despesas operações financeiras do Estado em 2026, estão orçadas em 57.793,8 milhões de MT, dos quais, 2.662,0 milhões de MT correspondem as operações activas, e 55.131,8 milhões de MT às operações financeiras passivas.

Quadro 27. Operações Financeiras do Estado para 2026

	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>		
Operações Financeiras	48,660.8	62,720.3	57,793.8	3.3%	4.1%	3.5%
Activas	3,509.8	6,005.9	2,662.0	0.2%	0.4%	0.2%
Capital Social de Empresas	3,363.2	2,066.2	2,431.0	0.2%	0.1%	0.1%
Acordos de Retrocessão	146.6	3,939.7	231.0	0.0%	0.3%	0.0%
Saneamento Financeiros e Participações	0.0	0.0	0.0	0.0%	0.0%	0.0%
Passivas	45,151.0	56,714.4	55,131.8	3.1%	3.7%	3.3%
Amortizações de Empréstimos Externos	27,799.7	39,239.9	36,450.8	1.9%	2.5%	2.2%
Amortizações de Empréstimos Internos	17,351.3	17,474.5	18,680.9	1.2%	1.1%	1.1%

5.3.5 Despesas Segundo a Classificação Funcional

167.O Quadro 26, evidencia a forma como os recursos orçamentais serão distribuídos pelas diversas áreas de actuação governamental, de acordo com os objectivos e prioridades definidas na política pública. É neste sentido que, para o exercício económico de 2026, perspectiva-se o montante de 535.623,8 milhões de MT, face aos 512.749,8 milhões de MT previstos em 2025.

Quadro 28. Despesa Segundo a Classificação Funcional

	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do Total da Despesa</i>		
Serviços Públicos Gerais	182,715.2	204,754.1	246,413.7	36.0%	39.9%	46.0%
Defesa	31,740.0	21,832.3	20,419.5	6.3%	4.3%	3.8%
Segurança e Ordem Pública	53,747.7	45,420.5	46,931.9	10.6%	8.9%	8.8%
Assuntos Económicos	86,516.4	47,499.5	45,702.9	17.1%	9.3%	8.5%
Protecção Ambiental	4,869.7	2,044.9	3,146.2	1.0%	0.4%	0.6%
Habitacção e Desenvolvimento Colectivo	10,751.4	14,965.6	19,910.4	2.1%	2.9%	3.7%
Saúde	48,722.3	49,236.8	47,349.7	9.6%	9.6%	8.8%
Recreacção, Cultura e Religiao	2,020.8	3,066.4	2,247.5	0.4%	0.6%	0.4%
Educação	82,264.2	92,082.5	95,958.2	16.2%	18.0%	17.9%
Segurancça e Acção Social	3,745.0	31,847.2	7,543.9	0.7%	6.2%	1.4%
TOTAL	507,092.7	512,749.8	535,623.8	100%	100%	100%

168.Em termos de distribuicção de recursos por funcção, os servios públicos gerais continuarão a absorver a maior parte, com 246.413,7 milhões de MT, seguido pela educação com

95.958,2 milhões de MT, e saúde com 47.349,7 milhões de MT, correspondente a 46%; 17,9% e 8,8% do total da despesa, respectivamente.

5.3.6 Previsão do Serviço da Dívida Pública

169. Relativamente ao serviço da dívida pública, projecta-se que atinja 122.747,8 milhões de MT em 2026, equivalente a 7,4% do PIB. Deste montante, 67.616,0 milhões de MT destinam-se a encargos da dívida (pagamento de juros) e 55.131,8 milhões de MT à amortização do capital.

170. Os encargos da dívida desagregam-se em juros internos e externos, estimados em 56.472,2 e 11.143,8 milhões de MT, correspondente a 3,4% e 0,7% do PIB, respectivamente. Em comparação com a Lei do PESOE de 2025, estes valores mostram um acréscimo de 0,1 p.p. nos juros internos e um decréscimo de 0,1 p.p. nos juros externos.

Quadro 29 Serviço da Dívida (em milhões de MT e % do PIB)

	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>			
Encargos da Dívida	60,218.1	63,892.8	67,616.0
Juros Internos	45,649.7	51,338.4	56,472.2
Juros Externos	14,568.4	12,554.4	11,143.8
Amortização do Capital	45,151.0	56,714.4	55,131.8
Amortização Interna	17,351.3	17,474.5	18,680.9
Amortização Externa	27,799.7	39,239.9	36,450.8
Total do Serviço da Dívida	105,369.1	120,607.2	122,747.8
<i>Em % do PIB</i>			
Encargos da Dívida	4.1%	4.1%	4.1%
Juros Internos	3.1%	3.3%	3.4%
Juros Externos	1.0%	0.8%	0.7%
Amortização do Capital	3.1%	3.7%	3.3%
Amortização Interna	1.2%	1.1%	1.1%
Amortização Externa	1.9%	2.5%	2.2%
Total do Serviço da Dívida	7.2%	7.8%	7.4%

171. Do montante previsto para a amortização do capital, 18.680,9 milhões de MT serão destinados à amortização da dívida interna e 36.450,8 milhões de MT à amortização da dívida externa, o equivalente a 1,1% do PIB e 2,2% do PIB, respectivamente.

VI. MEDIDAS E ACÇÕES DE POLÍTICA PARA 2026 POR PILARES E PROGRAMAS

172. O exercício económico de 2026, representa a primeira fase de implementação do PQG 2025-2029. Nesta etapa, o Governo continuará a consolidar as bases para a estabilização socio-económica do País, com destaque para investimentos em infra-estruturas de apoio a produção e digitalização, bem como em serviços sociais essenciais. Para o efeito, será privilegiada a alocação de recursos em acções de impacto directo no bem-estar da população, dando primazia as regiões menos prósperas e aquelas com um elevado potencial de catapultar o desenvolvimento nacional.

173. No que tange à alocação da despesa por pilares, o Quadro 28 mostra que o pilar da Unidade Nacional, Paz, Segurança e Governação, irá absorver a maior parte dos recursos, com 190.713,6 milhões de MT.

Quadro 30 Alocação da Despesa por Pilares 2026 (em milhões de MT e % da Despesa Total)

PILARES	LEI	PROP.	LEI	PROP.
	2025	2026	2025	2026
	<i>Em Milhões de MT</i>		<i>Em % da Despesa Total</i>	
PILAR I - UNIDADE NACIONAL, PAZ, SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO	94,355.7	190,713.6	18.4%	35.6%
PILAR II - TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA	180,472.2	134,430.8	35.2%	25.1%
PILAR III - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA	191,543.7	152,465.1	37.4%	28.5%
PILAR IV - INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	12,000.0	54,015.3	2.3%	10.1%
PILAR V - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR	34,378.4	3,999.0	6.7%	0.7%
DESPEZA TOTAL	512,749.9	535,623.8	100%	100%

6.1 Principais Acções por Pilares e Programas

174. Para o alcance dos objectivos preconizados no PQG 2025-2029, para o exercício económico de 2026, o Governo tem como acções prioritárias as seguintes:

6.1.1 PILAR I - UNIDADE NACIONAL, PAZ, SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO

175. Este Pilar tem como objectivo central fortalecer o estado de direito e consolidar a paz, através da modernização das instituições públicas, da promoção da justiça e da criação de

um ambiente seguro, inclusivo e propício ao progresso. Os programas abaixo visam materializar as principais acções e objectivos deste pilar:

6.1.1.2 Programa: Defesa Nacional, Segurança Interna do Estado

176.O objectivo do programa é garantir a unidade nacional, defesa e segurança da população, protegendo a integridade territorial e os recursos naturais do País, prevenindo ameaças internas e externas e promovendo a coesão social. A sua implementação garantirá a integridade territorial, promovendo a coesão social e reforço da soberania nacional, contribuindo para um ambiente seguro e estável, essencial para o desenvolvimento sustentável. Para o alcance deste desiderato estão previstas as seguintes acções:

- Recensear 5.000 jovens para o Serviço Militar Obrigatório;
- Adquirir 4 radares para segurança rodoviária;
- Garantir a produção de 389.200 passaportes e outros documentos de identificação e de viagem;
- Produzir 1.857.713 Bilhetes de Identidade;
- Realizar 43.915 reuniões de ligação Polícia-Comunidade; e
- Fortalecer o sistema de monitorização, controlo, segurança e fiscalização marítima através de: 4.882 patrulhas terrestres; 1.168 patrulhas marítimas e implantar 3 postos de fiscalização (Inhambane, Tete e Nacala).

Quadro 31. Matriz Estratégica do Programa Defesa Nacional, Segurança Interna e do Estado

PROGRAMA:DEFESA NACIONAL, SEGURANÇA INTERNA E DO ESTADO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de casos criminais esclarecidos em relação aos casos registados	86%	87%	86.2%	95.0%	86.4%	MINT
2	Índice de Integridade territorial	30%	70%	25%	20%	30%	MDN
3	Taxa de cobertura de Atendimento Médico-Militar	N/A	90%	10%	8%	25%	MDN
4	Taxa de ocorrência de crimes marítimos	35%	7%	19.0%	17.0%	16.0%	MAAP
5	Taxa de ocorrência dos acidentes marítimos	22%	4%	12.0%	10.0%	12.0%	

6.1.1.3 Programa: Democracia e Participação

177.O Governo dará primazia à boa governação, fortalecendo a democracia, participação activa da população nas decisões políticas, garantindo a transparência, prestação de contas e inclusão social. Assim, o Governo prevê realizar as seguintes acções:

- Criar 5 Postos de Registo Civil nas Unidades Sanitárias (Tete, Niassa e Manica);
- Desenvolver 1 módulo de contabilidade para expandir a interoperabilidade do Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais (e-SIRCEV) e controlo de emissão das certidões;
- Prestar Assistência e Patrocínio Jurídico a 351.147 Cidadãos economicamente carenciados;
- Realizar formação inicial de 90 Defensores Públicos e Técnicos Administrativos;
- Envolver 7.652 reclusos em programas de formação profissional e 7.480 no ensino geral;
- Instalar 1 Sistema de Aviso de Prazo de Prisão Preventiva; e
- Aplicar 3.000 pulseiras electrónicas a reclusos em liberdade condicional.

Quadro 32. Matriz Estratégica do Programa Democracia e Participação

PROGRAMA: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de moçambicanos com BI em relação ao total da população	52.83%	64.21%	54.71%	53.58%	56.59%	MINT
2	Taxa de participação eleitoral	42.16%	75%	-	-	-	CNE/STAE
3	Taxa de resolução de litígios	56.20%	69.90%	65.40%	65.00%	66.30%	MJCR
4	Tempo médio de resolução de litígios	7 Meses	4 meses	6 meses	A reportar no final de Ano	6 meses	
5	Taxa de resolução de Casos estra-judiciais mediados nos Tribunais Comunitários	67.8%	77.2%	69.68%		71.56%	
6	Rácio Defensor Público por 100 Mil habitantes	1.55	5.4	2.32		3.09%	
7	Rácio juiz por 100 mil habitantes	1.8	3.6	2.16	2.16	2.4	
8	Rácio Procurador por 100 mil habitantes	2.53	2.87	2.47	A reportar no final de Ano	2.65	
9	Taxa de cidadãos carenciados que se beneficiam de assistência e patrocínio judiciário gratuito;	10.4%	26.40%	13.6%	15.1%	16.8%	
10	Percentagem de distritos abrangidos pelos serviços de penas não privativas de liberdade	54%	65%	59.9%	Indicadores reportáveis no final de ano	61.4%	
11	Índice de reincidência penitenciária	15%	5%	12%		10%	
12	Índice de evasões e actividades criminosas nos estabelecimentos penitenciários	15%	10%	14%		13%	
13	Taxa de cobertura do registo de nascimento	31.30%	60%	37%		43%	
14	Completude de registos de nascimento com base no e-SIRCEV	14.1%	64.5%	24%		34%	
15	Completude de registos de óbito com base no e-SIRCEV	10.5%	61.0%	21%		31%	
16	Percentagem de processos de contas de gerência recebidos no ano n-1, findos até Março do ano n	75%	100%	100%		100%	
17	Percentagem de entidades que não entregaram as suas Contas no prazo definido, notificadas até 30 dias depois do prazo	87%	100%	100%		100%	
18	Taxa de superlotação nos estabelecimentos penitenciaros	156%	129.5%	150%	145%		

6.1.1.4 Programa: Reforma e Modernização da Administração Pública

178. Neste Programa, o Governo pretende aumentar a eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços públicos, através das seguintes acções:

- Implementar o Sistema Nacional de Gestão Electrónica de Documentos em 40 instituições de Administração Pública;
- Estabelecer 1 Escola de Governo de nível central; e
- Elaborar a Política e Estratégia da Descentralização.

Quadro 33. Matriz Estratégica do Programa Reforma e Modernização da Administração Pública

PROGRAMA: REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Taxa de e-participação do Cidadão em plataformas	-	30%	5%	-	5%	MCTD
2	Índice de digitação do Governo	-	45%	5%	-	10%	
3	Índice de eficiência no atendimento ao Cidadão	-	25%	5%	-	5%	
4	Nível de implementação do Sistema Nacional de Gestão electrónica de documentos (e-SNGD) nos órgãos e instituições da Administração Pública	129	220	40	65%	40	MAEFP

6.1.1.5 Programa: Reforço à Prevenção e Combate à Corrupção e aos Crimes Económicos e Financeiros

179. O Governo vai aumentar os esforços no combate à corrupção com o objectivo de garantir maior eficácia, eficiência, clareza e excelência na prestação de serviços públicos, como a educação e saúde, além de impulsionar a arrecadação da receita fiscal e a credibilidade dos cidadãos nas instituições do Estado.

180. Para o efeito, o Governo vai realizar as seguintes acções:

- Julgar 180 processos no plenário, 285 no contencioso administrativo, 60% no contencioso fiscal e aduaneiro;
- Elaborar 15 planos municipais de prevenção e combate à corrupção;
- Realizar 131 Inspeções mineiras, de hidrocarbonetos e energia, incluindo administrativas do sector;
- Instalar 268 brigadas técnicas de avaliação e selagem de produtos minerais; e
- Realizar acções de fiscalização, inspecção e monitoria da legalidade dos actos da administração pública em 400 instituições.

Quadro 34. Matriz Estratégica do Programa Reforço à Prevenção e Combate à Corrupção e aos Crimes Económicos e Financeiros

PROGRAMA: REFORÇO A PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ECONÓMICO E FINANCEIRO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Nível de implementação da Estratégia de Prevenção e Combate a Corrupção na Administração Pública	25%	75%	45	26	105	MAEFP
2	Percentagem de casos de corrupção acusados por total de casos entrados	72%	81.4%	73.40%	Indicadores reportáveis no final de ano	74, 40%	MJCR
3	Percentagem de gestores públicos responsabilizados pelo uso indevido dos fundos	-	100%	100%		100%	
4	Percentagem de entidades faltosas da suspensão da remuneração mensal e correspondente multa	50%	100%	100%		100%	

6.1.1.6. Programa: Descentralização Desconcentração Administrativa e Financeira

181. Este programa tem como objectivo fortalecer o processo de descentralização administrativa e financeira para promover o desenvolvimento regional equilibrado e uma governação mais eficaz e responsiva. A descentralização administrativa e financeira é fundamental para a prestação de serviços públicos eficientes e adaptados às necessidades locais, promovendo o crescimento económico e social em todas as regiões.

182. Para o efeito o Governo vai realizar as seguintes acções:

- Revitalizar 38 Conselhos Consultivos Locais a nível do Distrito, Posto Administrativo e Localidade; e
- Capacitar 31 Conselhos Consultivos Locais de distrito em matérias de governação participativa.

6.1.1.7 Programa: Cooperação

183. Este Programa tem por objectivo fortalecer parcerias entre Governo e parceiros nacionais e internacionais para promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo.

184. Neste sentido, o Governo irá realizar as seguintes acções:

- Participar em 14 actividades dos fora da defesa a nível da ONU, União Africana, CPLP, União Europeia e SADC;
- Realizar 7 Sessões de Defesa do Projecto de Extensão da Plataforma Marítima Continental junto das Nações Unidas;
- Realizar seis (6) visitas de Estado aos seguintes países: Canadá, Federação Rússia, Angola, Botswana, República Popular da China e a República Popular do Vietname,

participação na Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da SADC e na Assembleia Geral das Nações Unidas;

- Receber duas (2) visitas de Altas Individualidades;
- Realizar oito (8) eventos no âmbito da promoção da imagem da República de Moçambique, consolidação da paz e segurança globais, democracia e boa governação;
- Participar em duas (2) Conferências Estatutárias dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana;
- Participar na Cimeira de Chefes de Estado e Governo da SADC;
- Participar na Assembleia Geral das Nações Unidas;
- Assinar cinco (5) instrumentos jurídicos e parcerias estratégicas no âmbito da cooperação internacional;
- Participar em duas (2) Conferências, Comissões Mistas, Diálogos Políticos e Reuniões Técnicas;
- Abertura de uma (1) Missão Diplomática;
- Abertura de um (1) Consulado Geral;
- Participar em dois (2) eventos de atracção de investimentos;
- Participar em duas (2) Cimeiras e Conferências, Reuniões Ministeriais e Técnicas e Feiras realizadas para a promoção de produtos nacionais e de internacionalização das empresas e marcas nacionais;
- Assistir cerca de trinta (30) Moçambicanos na diáspora de forma efectiva, conforme previsto na Lei, junto dos Governos dos países de acolhimento;
- Apoiar cerca quatro mil moçambicanos repatriados massivamente e sensibilizá-los a observar os procedimentos regulares de migração e posterior encaminhamento às suas zonas de origem, dentro do país;
- Realizar cinco (5) eventos de Monitoria/divulgação da Política da diáspora;
- Mobilizar cerca de 267.126 moçambicanos residentes no estrangeiro a investir no país, através do envio de remessas;
- Revitalizar cerca de cinco (5) associações de moçambicanos na diáspora;
- Delimitar e reafirmar cerca de 100 Km de Fronteiras terrestres;
- Delimitar e reafirmar quatro (4) Fronteiras marítimas;
- Participar em três (3) sessões de defesa do Projecto de Extensão da Plataforma Marítima Continental junto das Nações Unidas; e

- Participar em nove (9) Reuniões Técnicas de Concertação sobre a extensão da Plataforma Continental, entre instituições nacionais e parceiros de cooperação.

Quadro 35. Matriz Estratégica do Programa Cooperação

PROGRAMA: COOPERAÇÃO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Porcentagem dos recursos desembolsados sobre os recursos mobilizados no âmbito da consolidação da paz, estabilidade, erradicação da pobreza, democracia, direitos humanos e desenvolvimento sustentável de Moçambique	88,50% (Recurso mobilizado: 135,847,669 MT.68 Recurso desembolsado: 120,219,723.12 MT)	95%	90%	-	91.5%	MINEC
2	Expansão da Rede de Missões Diplomáticas e Consulares da República de Moçambique no Mundo	47	51	0.48	-	49	
3	Montante de Investimento Directo Estrangeiro mobilizado como resultado das parcerias estratégicas firmadas a nível bilateral, multilateral e	117,843,200.00	121,378,496.00	55,000,000.00	40,000,000.00	65,000,000.00	
4	Volume de remessa de emigrantes no âmbito dos incentivos criados pelo Governo para a diáspora moçambicana participar do desenvolvimento	120,010,000.00	606,050,500.00	47,824,474.45	23,910,000.00	120,000,000.00	
5	Número de quilómetros (Km) de fronteiras terrestres e marítimas da República de Moçambique reafirmadas e delimitadas	5%	35%	1%	-	2%	

6.2.2 PILAR II - TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

185.A transformação estrutural da economia assenta na industrialização, sustentada por uma agricultura robusta capaz de assegurar matérias-primas e a segurança alimentar. Este processo visa estimular o investimento, gerar emprego e expandir oportunidades de negócios, impulsionando a integração da cadeia produtiva nacional e promovendo um crescimento económico inclusivo, diversificado e competitivo.

186.Neste âmbito, a estratégia do Governo continuará centrada na promoção da actividade económica local e das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), através de linhas de financiamento provenientes dos fundos de Garantia Mutuária, de Desenvolvimento Económico e Local, e de Recuperação Económica.

187.A continuidade na implementação destes fundos, fortalecerá o sector privado e o empreendedorismo nacional, o sector agrário, o ramo da indústria, gerando empregos e estimulando o crescimento económico rumo a sua independência.

188.É neste sentido que o Governo irá priorizar um conjunto de acções, por programa, sendo de destacar as seguintes:

6.2.2.1 Programa: Estabilidade Macroeconómica

189. Na prossecução das suas actividades, o Governo irá assegurar a implementação de políticas fiscal e monetária prudentes, que garantam um cenário macroeconómico equilibrado e sustentável, através das seguintes acções:

- Firmar acordos de protocolos com instituições e autoridades nacionais;
- Fiscalizar sectores imobiliário de venda e revenda de viaturas;
- Reformar o Sector Empresarial do Estado (SEE);
- Implementar o Sistema de Contratação Pública electrónica;
- Implementar o Módulo de Administração do Património do Estado para Autarquias;
- Financiar o empresariado local, especialmente MPME's em diversos ramos de negócios e cadeias de valor de produção, transformação e prestação de serviços de agricultura, pesca, comércio, turismo, transporte e comunicações;
- Avaliar o desempenho da gestão das finanças públicas com base em metodologias internacionalmente aceites;
- Avaliar o desempenho da gestão das finanças públicas dos Órgãos Descentralizados; e
- Promover a transformação digital das Finanças Públicas

Quadro 36. Matriz Estratégica do Programa Estabilidade Macroeconómica

PROGRAMA: ESTABILIDADE MACROECONÓMICA							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Receita do Estado (em percentagem do PIB)	24.5%	25.10%	25.0%	-	25.5%	MF
2	Despesa do Estado (em percentagem do PIB)	35.50%	30%	33.2%	-	32.8%	
3	Saldo primário (em percentagem do PIB)	-1.30%	5.10%	3.6%	-	3.3%	
4	Stock da dívida pública (em percentagem do PIB)	74%	60.8%	67.60%	76.30%	65.50%	
5	Serviço da dívida sobre as exportações	7.1%	6.7%	8.30%	-	8.20%	
6	Serviço da dívida sobre as receitas	12.6%	11.1%	13.70%	-	12.30%	
7	Taxa média de crescimento anual do PIB real (em percentagem), incluindo GNL	1.9%	7.2%	2.9%	-2.4%	3.2%	
8	Taxa média de crescimento anual do PIB real (em percentagem), excluindo GNL	1.60%	5.65%	2.8%	-2.8%	3.7%	
9	PIB per capita, incluindo GNL (em USD)	662.2	951.7	709.2	-	741.3	
10	PIB per capita, excluindo GNL (em USD)	637.5	909.2	682.4	-	695.8	

6.2.2.2 Programa: Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade

190. O programa visa promover a eficiência produtiva nas áreas com potencial de desenvolvimento, com destaque para a industrialização e a revitalização da agricultura.

O foco central é garantir a integração entre os sectores agrícola e industrial, reduzindo a dependência da economia nos sectores primário, assegurando o abastecimento sustentável do mercado interno.

191. Para alcançar este objectivo, o Governo aposta no investimento em infraestruturas económicas de apoio a produção, como forma de reduzir os custos, facilitar o escoamento da produção e garantir a continuidade das actividades económicas numa base competitiva, diversificada e resiliente, através das seguintes acções:

Na Área da Agricultura

- Produzir 351 Tons de semente básica;
- Certificar e produzir 15.730 Tons de semente;
- Prevê-se produzir 47.069.750 doses de vacina animal;
- Produzir, distribuir e plantar 4.763.000 de mudas de cajueiros;
- Realizar o tratamento químico de 11.133.000 cajueiros contra pragas e doenças;
- Capacitar 2.600 extensionistas;
- Assegurar a alocação de 1.500 *Kits* (fardamento, botas, mochilas, motorizadas e tablets) aos extensionistas;
- Prestar assistência técnica integral em serviços de extensão rural a 1.287.600 agregados familiares; e
- Assegurar o acesso aos factores e meios de produção a 103.900 agregados familiares.

Na Área das Pescas

192. Na área das pescas, perspectiva-se:

- Emitir 12.600 licenças para os utilizadores do espaço marítimo e costeiro;
- Emitir 75 TUPEM para utilização privativa do espaço marítimo;
- Estabelecer 47 unidades de demonstração de produção aquícola;
- Assistir tecnicamente 8.011 piscicultores de pequena escala;
- Capacitar 1.859 piscicultores;
- Capacitar 462 pescadores;

- Capacitar 2.210 pescadores, aquicultores, processadores e comerciantes em manuseamento, processamento e conservação de pescado;
- Realizar a certificação sanitária de **78.021.89** Ton de produtos da pesca; e
- Licenciar **1.481** unidades produtivas pesqueiras.

Na Área da Indústria e Comércio

193. Nesta área, o Governo prevê:

- Operacionalizar a unidade de processamento de GPL e GNL;
- Implantar 1 centro piloto de processamento de produtos minerais;
- Integrar 60 novas MPME industriais no programa de fortificação de alimentos;
- Estabelecer 1 centro de agregação de valor;
- Implementar 2 novos sistemas de certificação de qualidade de bens e serviços em padrões exigidos a nível nacional e internacional; e
- Prestar assistência técnica às MPME.

Na Área de Turismo

194. Nesta área, o Governo prevê:

- Produzir 1 conta Satélite do Turismo;
- Mapear 2 atractivos turísticos do País; e
- Reabilitar e modernizar a casa de Hóspedes de Xai-Xai.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

Quadro 37. Matriz Estratégica do Programa Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade

PROGRAMA: PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE, DIVERSIFICAÇÃO E COMPETITIVIDADE							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Taxa de crescimento do sector da indústria transformadora	-2.60%	2.00%	1.40%	-1.1	1.44%	ME
2	Taxa de crescimento do sector de comércio e serviços	-1.00%	4.00%	0.98%	-1.51	1.00%	
3	Taxa de cobertura das importações pelas exportações	73.60%	90.00%	75.44%	-3	77.33%	
4	Contribuição do Turismo no PIB (%)	4.02%	6.00%	4.42%	-21.57%	4.82%	
5	Peso da produção de Alojamento, Restaurantes e Similares no PIB	1.00%	3.00%	1.40%	0.92%	1.98%	
6	Taxa de crescimento de Alojamento, Restaurantes e Similares	7.50%	11.20%	8.24%	-6.29%	9.00%	
7	Volume de receitas do Turismo Internacional (em USD)	207,102,257.50	264,320,792.90	217,457,370.42	-	228,330,238.94	
8	Número de Postos de Emprego criados no Alojamento, Restaurantes e Similares	14,603	22,115	4,165	926	4,290	
9	Contribuição da Indústria Transformadora no PIB (%)	-0.90%	1.20%	0.39%	-0.99%	0.40%	
10	Volume da produção industrial (Milhões de USD)	2,344.38	13,135.33	2,578.82	1,142.50	2,405.19	
11	Percentagem de Postos de Emprego criados na indústria transformadora	3.80%	4.80%	3.90%	0.92%	3.96%	
12	Contribuição do comércio e serviços no PIB (%)	0.40%	3.04%	0.52%	-18.08	0.53%	
13	Volume de mercadorias comercializadas (Toneladas)	21,924,620	118,745,008	22,363,112	7,000,916	22,922,191	
14	Volume de Exportações em milhões de USD	32,953	52,471	9,688	3,614	10,075.10	
15	Percentagem de MPME's com acesso ao financiamento	50%	60%	51.25%	-	53.3%	
16	Volume do Investimento directo nacional e estrangeiro aprovado (Milhões de USD)	1,810.06	12,155.66	1,991.07	3,950.58	2,190.17	
17	Volume da produção pesqueira (ton)	508,808	565,950	548,089	251,620	574,148	
18	Contribuição da aquicultura na produção pesqueira, em percentagem	1.4	2.5	1.9%	0.6%	2.1%	
19	Peso das importações de produtos pesqueiros na produção do sector, em percentagem	14.7	12.9	14.2%	14.4%	13.7%	
20	Volume de Cereais produzidos (ton)	2,651,063	4,276,296	3,049,245	3,185,181	3,409,045	
21	Volume de Leguminosas produzidas (ton)	871,157	1,442,576	1,041,034	897,629	1,045,205	
22	Taxa de crescimento dos efectivos pecuários	3%	8%	5%	-	5%	
23	Volume de produção de carnes (ton)	164,953	254,900	202,357	77,459	218,146	
24	Volume de produção de ovos (dúzias)	29,606,644	56,397,800	31,735,310	12,211,056	40,000,000	
25	Volume de produção de leite (litros)	2,973,775	4,882,400	3,012,666	1,405,190	3,046,503	
26	Taxa de Extração	5%	8%	6%	-	7%	
27	Percentagem de produtores integrados a diferentes cadeias de valor produtivas	21.8%	25%	22,4%	6%	23%	
28	Percentagem de produtores com acesso a assistência integral	24%	38.3%	28,6%	61%	33,7%	
29	Percentagem de GPL importado	100%	70%	100%	100%	70%	MIREME
30	Número de áreas concessionadas para pesquisa de Hidrocarbonetos	7	10	-	-	2	
31	Milhões de toneladas (MTPA) de gás natural liquefeito produzidas	3.30	20	3.37	3.33	3.28	
32	Percentagem de exportação de ouro	44%	85%	45%	37%	70%	
33	Percentagem de Rubi exportado	72%	79%	76%	42%	78%	
34	Percentagem de areias pesadas exportadas	69%	75%	72%	53%	74%	

6.2.2.3 Programa: Ambiente de Negócios

195. Um ambiente de negócios mais dinâmico, ágil e transparente, é essencial para captar investimentos, impulsionar a criação de empregos e dinamizar o crescimento económico sustentável.

196. O programa tem como objectivo, consolidar um quadro institucional e regulatório propício ao fortalecimento do sector privado e ao incentivo ao empreendedorismo, eliminando

barreiras que dificultam a actividade económica, através da prossecução das seguintes acções:

- Expandir a plataforma e-BAU em 20 distritos;
- Implementar 5 reformas sectoriais; e
- Implantar e operacionalizar 1 laboratório de meteorologia.

Quadro 38. Matrizes Estratégicas do Programa de Ambiente de Negócios

PROGRAMA: AMBIENTE DE NEGÓCIOS							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Índice geral de facilidade de fazer negócios	55,0%	57,5%	0	-	55,6%	ME

6.2.2.4 Programa: Emprego, Empreendedorismo, Auto-Emprego e Trabalho Digno

197. Este programa visa dinamizar a inserção produtiva da força de trabalho, através da criação de empregos dignos, do estímulo ao empreendedorismo e ao auto-emprego, com especial atenção aos jovens e mulheres e aos grupos mais vulneráveis.

198. Deste modo, pretende-se transformar o potencial humano em motor de inovação, reduzir o desemprego estrutural e consolidar um crescimento económico inclusivo e sustentável, através das seguintes acções:

- Orientar profissionalmente a 18.966 jovens candidatos ao emprego;
- Inserir 10.076 Jovens em estágios pré-profissionais remunerados e não remunerados;
- Realizar uma (1) feira nacional de emprego e empreendedorismo;
- Alocar 728 kits para o auto-emprego;
- Disponibilizar subvenções de apoio a criação e formalização de iniciativas empreendedoras para 2.000 jovens;
- Atribuir 1784 kits de autoemprego a mulheres e raparigas;
- Disponibilizar 10.000 bolsas de formação profissional e serviços de apoio;
- Financiar 160 projectos de investimentos no âmbito do Fundo de Apoio a Iniciativas Juvenis (FAIJ);
- Realizar 9.470 acções inspectivas às entidades empregadoras;
- Alcançar 87% de acordos de conciliação e mediação laboral;

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

- Capacitar 550 intervenientes chave em matéria de prevenção e combate ao trabalho infantil; e
- Financiar 120 MPME Rurais, no âmbito do Fundo de Apoio a Reabilitação Económica (FARE).

Quadro 39. Matriz Estratégica do Programa Emprego, Empreendedorismo, Auto-Emprego e Trabalho digno

PROGRAMA: EMPREGO, EMPREENDEDORISMO, AUTO-EMPREGO E TRABALHO DIGNO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de acordos de conciliação e mediação laboral	87%	88%	87%	88%	87%	MTGAS
2	Taxa de emprego	71,4% (IOF 2022)	75,4%	Indicadores reportados através de inquéritos (IOF)	Indicadores reportados através de inquéritos (IOF)	Indicadores reportados através de inquéritos (IOF)	MJD-INE
3	Taxa de desemprego	18,4% (IOF 2022)	17%				
4	Taxa de sub-emprego (ODS 8.5.2)	8,1% (IOF 2022)	5,1%				
5	Taxa de desemprego Juvenil	24,8% (IOF 2022)	22,1%				
6	Número de beneficiários de estágios pré-profissionais	19.446	57.896	8.495	4.696	10.076	MJD
7	Numero de beneficiários de bolsas formativas e serviços de apoio	-	65	10.000	10.000	10.000	
8	Número de beneficiários de subvenção de apoio a criação e formalização de iniciativa empreendedoras	-	13.000	2.000	3.500	2.000	
9	Número de jovens beneficiários de financiamento para iniciativas de geração de emprego e auto-emprego	665	4.000	800	-	800	

6.2.2.5 Programa: Investigação Científica, Tecnológica e Inovação

199. Este programa visa reforçar a capacidade nacional em investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, para impulsionar a produtividade, diversificação económica e geração de conhecimento aplicável.

200. Neste sentido, pretende-se promover o avanço científico e tecnológico nacional, através da implementação das seguintes acções:

- Produzir 3 Mapas Geológicos e Geofísicos em áreas potenciais de ocorrência de minerais e realizar mapeamento geoquímico regional de Moçambique; e
- Estabelecer 4 Centros Comunitários de Inclusão Digital;
- Financiar 15 projectos de Investigação Científica, Transferência de Tecnologia e Inovação;
- Incubar 5 pequenas empresas de exploração sustentável de bio-óleos vegetais;
- Requalificar e apetrechar 1 laboratório de Biotecnologia;
- Premiar 5 investigadores e inovadores;
- Realizar 1 Inquérito de Inovação nas Empresas, referente ao ano de 2023 e 2025; e
- Realizar 1 Inquérito de Investigação Científica e Desenvolvimento Experimental (I&D), referente ao ano de 2025.

Quadro 40. Matriz Estratégica do Programa Investigação Científica, Tecnológica e Inovação

PROGRAMA: Investigação Científica, Tecnologia e Inovação							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Número de mapas elaborados (geológico, geofísicos, geoquímicos)	291	295	3	-	3	MIREME
2	Percentagem de projectos de investigação científica, inovação e transferência financiados pelo Governo	19,0%	22,0%	19,6%	19,3%	20,3%	MEC
3	Taxa de investigadores científicos, com o nível de doutoramento, por 1000 investigadores em áreas prioritárias de I&D	18,8%	37,7%	22,58%	-	26,36%	
4	Taxa de adopção da tecnologia e do conhecimento transferido	14,0%	19,0%	15,0%	-	16%	

6.3.3 PILAR III - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

201. Este Pilar tem como objectivo promover o desenvolvimento humano sustentável e equitativo, reconhecendo a população jovem como um activo fundamental para o crescimento económico e social, investir no capital humano e facilitar uma transição demográfica favorável, reduzindo desigualdades e garantindo acesso equitativo a serviços essenciais.

6.3.3.1 Programa: População e Capital Humano

202. O programa visa promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento no desenvolvimento humano, garantindo o crescimento sustentável da população e a melhoria das condições de vida, através das seguintes acções:

Na área da Educação Pré-Escolar

- Assistir 721 crianças dos 0 aos 5 anos de idade com necessidades educativas especiais nas Escolinhas Comunitárias;
- Assistir 160.137 crianças dos 0 aos 5 anos de idade nos Centros Infantis e Escolinhas Comunitárias;
- Contratar 40 educadores de Infância;
- Capacitar 884 educadores de infância em matérias de atendimento a crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE);

Na área da Educação Geral

- Fornecer 796.158 lanches escolar (refeições diversificadas e balanceadas) aos alunos do Ensino Primário e básico;
- Imprimir e distribuir 15.062.700 livros escolares para todas as escolas primárias;
- Adquirir e distribuir 5.161 carteiras escolares;
- Contratar 2.325 Professores;

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

- Contratar 10.260 alfabetizadores para jovens e adultos; e
- Abranger 92.757 alunos no Programa do Ensino à Distância (PESD) e 53.370 alunos no Programa do Ensino à Distância (PESD2).

Na área de Formação Profissional

- Formar e admitir jovens em cursos profissionalizantes no âmbito do "saber fazer":
- 16.452 jovens formados;
- 75 formadores; e
- 130 formadores admitidos.
- No Ensino Técnico
- Contratar 20 Formadores; e
- Apetrechar 1 Instituto do Ensino Técnico Profissional.
- No Ensino Técnico
- Contratar 6 Docentes;
- Acreditar 4 Instituições do Ensino Superior.

Na área da Saúde

- Formar 1.000 novos Agentes Polivalentes de Saúde (APS);
- Disponibilizar 85% de medicamentos essenciais nas Unidades Sanitárias (US);
- Disponibilizar métodos contraceptivos modernos a 64% de mulheres em idade fértil (15-49 anos);
- Rastrear o cancro de colo do útero em 1.426.246 mulheres no primeiro nível de atenção;
- Manter a 95% ou mais a cobertura de crianças menores de 1 ano completamente vacinadas (CCV); e
- Formar profissionais de saúde (técnicos especializados).

Na Área da Energia

- Estabelecer 200 ligações domiciliárias de gás natural;
- Massificar o uso do GPL em 25.000 residências;
- Estabelecer ligações domiciliárias de energia eléctrica dentro da REN; e
- Estabelecer ligação domiciliar de energia eléctrica fora da REN.

Na Área de Transportes e Comunicações

203. O Governo pretende nesta área:

- Adquirir 25 autocarros para o transporte público urbano de passageiros;
- Adquirir 6 locomotivas para reforçar o transporte de carga, pessoas e bens;
- Adquirir 3 aeronaves para transporte de pessoas e bens;
- Adquirir 1 navio balizador;
- Adquirir 6 equipamentos de fiscalização ferro-portuária;
- Adquirir 10 equipamentos de segurança e fiscalização marítima (Viaturas e Barcos); e
- Adquirir 30 equipamentos para ajudas à navegação.

Quadro 41. Matriz Estratégica do Programa População e Capital Humano

PROGRAMA: POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de crianças 0-5 anos de idade cobertas pela rede de Educação pré-escolar	2,2%	5,0%	2,3%	4,3%	5,0%	MTGAS
2	Rácio aluno/professor no ensino primário	68.1	55	70.7	71.9	76.7	
3	Taxa Bruta de Escolarização no ensino técnico-profissional	8,2%	11,2%	8,6%	8,24%	8,6%	
4	Taxa bruta de Escolaridade do Ensino Superior	8,77%	11,2%	9,01%	9,01%	9,24%	
5	Taxa de conclusão do ensino secundário (ES1)	29,8% (2023)	45,0%	35,5%	31,7% (2024)		
9	Tráfego de Passageiros (PKm)	64.866,3	76.176	67.149,1	16.895	50.074,8	MTL
10	Manuseamento portuário (Ton)	70.170	86.472	77.173	28.947,6	56.077,2	
11	Tráfego de Carga (TKm)	24.783	29.35	25.164,29	10.182,2	27.318	
12	Tráfego de Passageiros (PKm)	64.866,3	76.176	67.149,1	16.895	69.312	MTL
13	Manuseamento portuário (Ton)	70.170	86.472	77.173	28.947,6	77.192	
14	Tráfego de Carga (TKm)	24.783	29.350	25.164,29	10.182,2	26.151	
15	Percentagem de medicamentos vitais disponibilizados	83%	90%	85%	76%	90%	MISAU
16	Percentagem da população com acesso a GPL	14%	19%	15%	15%	16%	MIREME
17	Percentagem da população com acesso à energia através da REN e fora da REN	60,1%	88%	64%	62%	69%	
18	Número de ligações domiciliare de energia eléctrica dentro da REN	582.000	2.180.000	420.000	196.694	420.000	
19	Número de ligações domiciliare de energia eléctrica fora da REN	120.000	600.000	180.000	67.627	180.000	
20	Capacidade (MW) de geração de energia eólica no parque produtor nacional estabelecida	-	120	120	-	120	

6.3.3.2 Programa: Protecção, Assistência, Inclusão Social e Equidade

204. O programa tem como objectivo assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis. Para o efeito, estão programadas as seguintes acções:

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

- Assistir 679.556 agregados familiares vivendo abaixo da linha de pobreza através do Programa Subsídio Social Básico (PSSB);
- Assistir 112,896 agregados familiares vivendo abaixo da linha de pobreza através do Programa Apoio Social Directo (PASD);
- Assistir 55,575 agregados familiares vivendo abaixo da linha de pobreza através do Programa Acção Social Produtiva (PASP);
- Assistir 2,093 agregados familiares vivendo abaixo da linha de pobreza através do Programa Serviços de Acção Social (ProSAS);
- Assistir 9.830 pessoas desamparadas em unidades sociais (PAUS);
- Disponibilizar pelo menos três serviços básicos a 147.573 crianças vulneráveis;
- Reintegrar 164 crianças em situação de rua;
- Reunificar 936 crianças vítimas de uniões prematuras na família;
- Assistir 176 crianças vítimas de uniões prematuras em protecção alternativa;
- Orientar 130 pessoas idosas em situação de rua;
- Inscrever 98.201 trabalhadores por conta de outrem no Sistema de Segurança Social e 11.805 trabalhadores por conta própria;
- Inscrever 16.234 empresas no Sistema de Segurança Social;
- Assistir 2.162 combatentes e seus descendentes; e
- Financiar 35 projectos socioeconómicos dos combatentes.

Quadro 42. Matriz Estratégica do Programa Protecção, Assistência, Inclusão Social e Equidade

PROGRAMA: PROTECÇÃO, ASSISTÊNCIA, INCLUSÃO E EQUIDADE							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE	META ATÉ	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de agregados familiares vivendo abaixo da linha de pobreza cobertas pelos programas de segurança social básica	22%	25%	19% (881.410)	431.843	17,2%	MTGAS
2	Percentagem de pessoas vulneráveis desamparadas com disponibilidade de serviços de acolhimento	56%	56%	56% (3.102)	7.246	56,0%	
3	Percentagem de crianças vulneráveis que receberam no mínimo três serviços básicos	1,2%	3%	1,7% (145.794)	88,86%	1,2%	
4	Percentagem de combatentes e seus dependentes assistidos	47,3%	54,4%	48,7%	47,9%	49,9%	MICO

6.3.3.3 Programa: Juventude

205. São objectivos do Programa, a promoção, empoderamento e o desenvolvimento integral dos jovens, buscando proporcionar ferramentas e oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal e participação activa na economia e sociedade, através das seguintes acções:

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

- Premiar 165 jovens criativos e inovadores que se destacam nas suas comunidades; e
- Formar e sensibilizar 2.224 adolescentes e jovens em matérias de saúde sexual e reprodutiva, redução de uniões prematuras, casamentos prematuros e gravidezes precoces, HIV, malnutrição, malefícios de álcool e outras drogas.

Quadro 43. Matriz Estratégica do Programa da Juventude

PROGRAMA: JUVENTUDE							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE	META ATÉ	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de jovens abrangidos pelos fóruns de diálogo	31,2%	40,42%	34,7%	34,20%	41,49%	MJD
2	Proporção de adolescentes e jovens com acesso a informação sobre Saúde Sexual Reprodutiva, HIV, Nutrição, malefícios de álcool e outras drogas.	47,1%	56,32%	50,6%	50,43%	55,43%	MJD-MISAU

6.3.3.4 Programa: Cultura e Desporto

206. Constituem objectivos do programa a promoção da paz, solidariedade, equidade, coesão e integração social, a valorização da identidade cultural e das artes, o incentivo à prática da actividade física, desportiva e recreativa. Neste programa, o Governo prevê:

No âmbito do Desporto:

- Apoiar 356.349 praticantes em torneios desportivos, no âmbito da massificação, lazer e manutenção física;
- Distribuir 4.207 kits para a massificação desportiva;
- Financiar 783 actividades desportivas através de contrato programa com os organismos desportivos nacionais; e
- Formar 2.611 agentes desportivos.

Quadro 44. Matriz Estratégica do Programa da Cultura e Desporto

PROGRAMA: CULTURA E DESPORTO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE	META ATÉ	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem dos praticantes da actividade física e desportiva	3,9%	7,7%	5,2%	4,73%	4,95%	MJD
2	Volume de financiamento a actividade desportiva, através de contrato programa (Milhões de Meticais)	80.885,81	202.120,63	34.500,00	42.827,00	783,07	
3	Volume de dados estatísticos dos operadores e profissionais das ICCs	-	10.080,00	-	-	2.545,00	MEC
4	Percentagem de obras citenograficas salvaguardadas	6,8%	38,8%	6,4%	-	6,4%	

6.3.3.5 Programa: Género

207.O objectivo do Programa é de assegurar a promoção da equidade de género e de oportunidades no desenvolvimento económico e social, com foco na capacitação e inclusão das mulheres em todas as esferas da sociedade, através das seguintes acções:

- Prestar assistência a 7.259 vítimas de VBG nos Centros de Atendimento Integrado (CAI);
- Capacitar 805 instituições em matérias de igualdade de género;
- Capacitar 9.495 Mulheres e raparigas em empreendedorismo;
- Assistir 1.551 vítimas de VBG através dos serviços de acolhimento temporário;
- Distribuir uniformes a 456.107 rapazes e raparigas de 5ª a 8ª classe;
- Capacitar 27.000 raparigas fora da escola;
- Distribuir *kits* de higiene para 27.000 raparigas; e
- Distribuir *kits* de geração de renda a 2.304 Mulheres e raparigas.

Quadro 45. Matriz estratégica do Programa do Género

PROGRAMA: GÉNERO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE	META ATÉ	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos Órgãos locais (Assembleias Municipais e Provinciais)	40%	45%	41%	41%	41%	MTGAS
2	Proporção de mulheres em cargos de Poder e Tomada de decisão	34%	44%	35%	35%	35%	MTGAS
3	Índice de Desigualdade de Género	0.523	0.554	0.427	Indicador reportado por inquérito	Indicador reportado por inquérito	MTGAS
4	Percentagem de vítimas de Violência Baseada Género (VBG) assistidas de forma integrada nos Centros de Atendimento Integrado à Vítimas de Violência (CAIs)	25%	39%	25,2%	11,45%	38.60%	
5	Taxa de incidência de Uniões Prematuras	41%	34%	48,4%	48,4%	Indicador reportado por inquérito	
6	Número de raparigas e rapazes vulneráveis da 5ª a 8ª classe beneficiários de uniformes	370.332	1.875.381	433.208	364.722	456.107	MJD

6.4.4 PILAR IV - INFRA-ESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

208.O presente pilar tem como objectivo criar infra-estruturas resilientes e sustentáveis, assegurar o ordenamento urbano e rural, promover o acesso equitativo a serviços e oportunidades em todo o território nacional. Para o efeito, o Governo prevê implementar diversas acções estruturadas em programas específicos.

6.4.4.1 Programa: Infra-estruturas económicas

209. Este Programa visa, de forma integrada, promover a expansão e modernização de infra-estruturas económicas resilientes e sustentáveis, de forma a apoiar a produção nacional, criando condições favoráveis para o investimento, geração de emprego e dinamização das cadeias de valor.

Na Área de Estradas e Pontes:

- Reabilitar 129 Km de Estradas Nacionais e 50 km Regionais;
- Asfaltar 165 Km de Estradas Nacionais e 12 Km Regionais;
- Construir 1 ponte e garantir a manutenção de 14 pontes;
- Prosseguir com a reabilitação do Farol de Macúti;
- Realizar manutenção de rotina a 15.030 km de Estradas classificadas; e
- Realizar manutenção periódica de 162 km de estradas classificadas.

No Domínio Ferroviário

- Construir 10 km de linha férrea de Movene a Ressano Garcia;
- Construir 11 Km de Bus Rapid transport (BRT) ; e
- Construir 5 Pontes para duplicação da linha de Ressano Garcia.

Na Área de Infra-estruturas Hidráulicas perspectiva-se:

- Prosseguir com as obras de construção da barragem de Lócomuè (Niassa/ Lichinga);
- Construir 12 estações de monitoria de recursos hídricos nas províncias de Gaza e Inhambane;
- Iniciar a reabilitação de 15 km de dique de defesa contra cheias na bacia hidrográfica de Limpopo, Licungo e Buzi;
- Prosseguir com o estabelecimento de modelo completo de previsão hidrológica na bacia hidrográfica de Licungo; e
- Prosseguir com os estudos de avaliação de impacto ambiental e social das barragens de Muera (Cabo Delgado/ Mueda) e Maccuje (Nampula/ Rapale).

Na Área de Energia, o Governo prevê realizar as seguintes acções:

- Electrificar de 3 Sedes de Postos Administrativos, sendo 2 dentro da Rede Eléctrica Nacional e 1 fora da Rede Eléctrica Nacional;

- Construir 5 postos de Abastecimento de Combustíveis Líquidos no âmbito do incentivo geográfico nas zonas rurais;
- Construir armazéns de combustíveis líquidos com capacidade de 500 m3;
- Construir 2 postos de abastecimento de gás natural veicular (GNV); e
- Construir 1 unidade de enchimento de gás de cozinha (GPL).

Na Área da Agro-pecuária e Pescas, o Governo prevê:

- Estabelecer 96 infra-estruturas de apoio à produção agro-pecuária;
- Estabelecer 31 infra-estruturas de suporte à comercialização agrária; e
- Prosseguir com a construção do porto de Pescas de Angoche.

Quadro 46. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas Económicas

PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURAS ECONÓMICAS							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Número de pequenas barragens e reservatórios escavados construídos	759	812	8	-	2	MOPHRH
2	Percentagem de execução da obra de construção de barragens	35%	100%	45%	-	60%	
3	Km de dique a reabilitar	74	109	-	-	15	
4	Número de modelos estabelecidos de previsão hidrológica	1	8	1	-	1	
5	Percentagem de estudos hidro geológicos realizados		100%	10%	-	10%	
6	Número de estações de monitoria de recursos hidroclimatológicos construídas	132	192	7	-	12	
7	Percentagem de distritos com Estações Meteorológicas implantadas	55%	100%	6,49%	-	9,09%	MCTD
8	Percentagem de Rede de Radares Meteorológicos Instalados	14%	43%	14,5%	-	14,5%	
9	Percentagem da População com acesso a telefonia móvel	60%	80%	-	-	5%	
10	Percentagem da população com acesso a Internet	25%	50%	-	-	20%	
11	Índice de cobertura das infraestruturas de serviços das comunicações nas capitais provinciais, sede dos distritos e nas localidades	80%	100%	-	-	5%	MTL
12	Percentagem de estradas em condições boas e razoáveis de transitabilidade	55%	60%	56%	49%	57%	
13	Número de boias para garantir as ajudas à navegação	72	200	32	17	30	
14	Km de ferrovias construídas e operacionais	2.635	2.666	2.637	1	2.638	MAAP
15	Número de infraestruturas de agroprocessamento construídas (matadouros, casas de matança, unidades de processamento)	18	101	34	-	32	
16	Número infraestruturas de sanidade animal construídas (tanques, corredores, centros de maneio)	43	222	96	34	140	
17	Número infraestruturas de suporte à comercialização agrária construídas (mercados grossistas e retalhistas, postos de comercialização de animais)	13	101	31	15	30	
18	Número de sistemas de frio montados	-	6	3	-	3	
19	Número de porto de Pesca construídos	-	1	22%	12%	32%	MIREME
20	Extensão de linhas (Km) de transporte de energia construídos	7.440	7.850	153	-	49	
21	Capacidade (m3) de armazenagem de combustíveis líquidos	1.415.000	1.522.900	10.500	1.415.000	29.000	
22	Capacidade (TM) de armazenagem de GPL	18.000	25.000	2.000	-	1.500	
23	Número de unidades de enchimento de GPL construídos	1	4	1	-	1	

6.4.4.2 Programa: Infra-estruturas Sociais

210. Este programa visa fortalecer e modernizar os serviços básicos de Educação, Saúde, Água e Saneamento, promovendo inclusão, equidade e melhoria sustentável da qualidade de vida da população. Neste âmbito prevê-se para este programa as seguintes acções:

Na Área da Educação

- Construir Centro de Formação Profissional no Distrito de Búzi (Sofala);
- Construir 20 escolinhas comunitárias nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; e
- Concluir a construção de 2 Centros de Formação Profissional, sendo 1 no Distrito de Muidumbe (Cabo Delgado) e 1 na Ilha de Moçambique (Nampula).

Na Área da Saúde

- Construir e equipar 20 Postos Comunitários de Saúde, a nível nacional;
- Concluir e apetrechar 1 Hospital Distrital, na província Zambézia; e
- Construir 1 Armazém de Medicamentos, em Nacala Porto.

Na Área de Emprego

- Estabelecer e apetrechar 1 Centro de Emprego, segundo o padrão de qualidade e resiliência, no Distrito da Matola (Província de Maputo); e
- Estabelecer 1 Incubadora de Empreendedorismo Juvenil, no Distrito de Macate (Manica).

Na Área do Desporto

- Reabilitar e apetrechar o Estádio Nacional de Zimpeto, na Cidade de Maputo.
- Na Área de Água e Saneamento
- Construir 100 fontes de água;
- Estabelecer 20 mil ligações domiciliárias de água;
- Construir 21 sistemas de abastecimento de água rural;
- Construir e equipar 6 furos de abastecimento de água, sendo 2 em Niassa, 2 em Nampula e 2 em Cabo Delgado;
- Iniciar com a construção de 16 sistemas solares de abastecimento de água;
- Construir 1 sistema de captação, bombagem e tratamento de água e conduta adutoras em Nacala (1);
- Reabilitar 3 sistemas de captação, bombagem e tratamento de água e conduta adutoras em Manica (1), Beira/Dondo (1), Tete/Moatize (1);

- Expandir 88km de rede de distribuição de água (33km) Manica e (55km) Maputo;
- Elaborar 1 Projecto Executivo; e
- Construir 1 estação de tratamento de águas residuais e redes de esgotos das cidades.

Na Área de Habitação

- Infra-estruturar, urbanizar e disponibilizar 9600 talhões para beneficiar os jovens; e
- Construir 15 casas para combatentes com deficiência profunda na província da Zambézia.

Na Área do Género

- Construir e apetrechar 10 centros de atendimento integrado a vítimas de violência baseada no género, nas províncias de Niassa, Cabo-Delgado, Nampula, Manica e Sofala.

Quadro 47. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas Sociais

PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Número de infraestruturas de Educação Pré-escolar operacionais	1.793	1.995	1.793	1.793	1.825	MTGAS
2	Número de centros de atendimento integrados construídos e operacionais	28	45	7	em curso	7	
3	Número de escolas secundárias construídas segundo o padrão de qualidade e resiliência	13	77	12	em curso	3	MOPHRH/ MEC
4	Número de salas de aula do Ensino Primário construído segundo padrões de qualidade e resiliência	397	3.492	214	100	50	
5	Número de Institutos Técnicos Profissionais apetrechados	6	15	5	-	3	
6	Número de Centros de Formação Profissional construídos	1	3	25% da obra iniciada	-	1	MJD
7	Número de Centros de Formação Profissional concluídos	1	4	2	1	2	
8	Número de Centros de Emprego estabelecidos segundo o padrão de qualidade e resiliência	3	5	1	-	1	
9	Número de incubadoras estabelecidas	4	7	2	-	1	MJD
10	Estádio Nacional do Zimpeto reabilitado e requalificado	-	1	1	-	1	
11	Número de sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais construídos	1.631	1.766	52	23	22	MOPHRH
12	Número de fontes de água construídas	39.368	44.704	500	143	428	
13	Número de ligações domiciliárias de abastecimento de água estabelecidas nas cidades (Novas ligações – pós-pago)	626.073	729.073	10.000	5.025	20.000	MOPHRH/ MISAU
14	Número de Hospitais Distritais concluídos	52	58	-	-	1	
15	Número de postos comunitários de saúde construídos e apetrechados	9	129	60	-	20	
16	Número de armazéns de medicamentos construídos	6	7	-	-	1	

6.4.4.3 Programa: Infra-Estruturas de Administração Pública

211.O Programa visa criar infra-estruturas que sustentem a administração pública, reforcem a segurança e a justiça, e garantam o acesso equitativo da população aos serviços estatais. Para alcançar este objectivo, o Governo pretende implementar as seguintes acções:

- Iniciar a construção da Cidadela Parlamentar no Distrito de Mocuba, na província da Zambézia;
- Construir 4 edifícios de Comandos Distritais da PRM em Larde, Marara, Macate e Mapai; e
- Construir e apetrechar o edifício do Comando da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), em Cado Delgado.

Quadro 48. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas de Administração Pública

PROGRAMA: INFRAESTRUTURAS DE ADMINISTRAÇÃO							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2020-2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Infra-estruturas da Administração pública construídas e Reabilitadas	18	8	2	-	1	MAEFP/MOPRH
2	Número de infraestruturas de Administração da Justiça construídas	74	97	14	5	5	MJCR

6.4.4.4 Programa: Infra-estruturas de Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infra-estrutura Sustentável

212.Este programa tem como objectivo promover uma organização e planeamento territorial integrado e sustentável, considerando aspectos ambientais, sociais e económicos, para garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Para alcançar este objectivo, o Governo pretende implementar as acções seguintes:

- Recuperar 100.000 ha de terras ociosas; e
- Financiar a construção de 100 casas para o reassentamento da lixeira de Hulene.

Quadro 49. Matriz Estratégica do Programa Infra-estruturas de Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infra-estrutura Sustentável

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL INTEGRADO E INFRA-ESTRUTURA SUSTENTAVEL							
Nº ORDEM	INDICADORES DE RESULTADOS	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA 2025	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Número de talhões infraestruturados	15.443	50.000	1.700	997	9.600	MOPHRH
5	Unidades territoriais com limites aprovados	25	275	50	-	50	MAEFP
6	Unidades territoriais/zonas urbanas endereçadas	8	28	4	-	4	
7	Toponímia actualizada no contexto social e cultural	724	1.149	50	-	100	
8	Área de Terra recuperada em hectares (ha)	297.899	647.899	50.000	80.778	300.000	MAAP
9	Percentagem de províncias com Plano de Desenvolvimento Territorial	27%	57%	25%	15%	30%	

6.5.5 PILAR V - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR

213.O foco do pilar é assegurar a protecção do meio ambiente, promover a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, mitigar os impactos adversos das mudanças climáticas e estabelecer uma economia resiliente e inclusiva. Nesse sentido, prevê-se realizar as seguintes acções por programa:

6.5.5.1 Programa: Gestão Ambiental

214.Este programa tem como objectivo promover a gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e diversidade genética, através das seguintes acções:

- Efectuar o registo e ordenamento da pesca artesanal;
- Realizar o mapeamento e ordenamento da actividade aquícola;
- Cadastrar electronicamente 15.000 pescadores artesanais;
- Fiscalizar 612 empreendimentos sócio económicos;
- Criar e operacionalizar 2 Comitês de Gestão de Conflito Homem Fauna Bravia (CFHCB);
- Reflorestar 6.000 ha de terras com espécies nativas e exóticas;
- Fiscalizar 600 planos de exploração de terra;
- Actualizar a carta de jazigos e ocorrências de minerais; e
- Mapear áreas sobre pressão ambiental resultante da actividade mineira.

Quadro 50. Matriz Estratégica do Programa Gestão Ambiental

PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL							
Nr. ORDEM	INDICADOR DE RESULTADO	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Percentagem das áreas de conservação marinha	4,6%	10,0%	1,2%	-	0,7%	MAAP
2	Número de casos de conflito Homem-fauna bravia registados	974	877	954	1.127	954	
3	Área de cobertura florestal (ha)	11.955	271.955	52.000	2.695	6.000	
4	Índice de exposição ocupacional, pública e ambiental contra os riscos nocivos das radiações ionizantes reduzido	30%	100	70	44	80	MIREME

6.5.5.2 Programa: Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres

215. O programa tem como objectivo fortalecer a resiliência aos impactos adversos da ocorrência de desastres e mudanças climáticas e promover o desenvolvimento de uma economia verde e com baixas emissões de carbono. Para o efeito, o Governo irá realizar as seguintes acções:

- Promover a construção de 4 infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas;
- Emitir 5 licenças de crédito de carbono;
- Adquirir e alocar 2 barcos de busca e salvamento; e
- Equipar 8 Comitês Locais de Gestão de Riscos e Desastres (CLGRD).

Quadro 51. Matriz Estratégica do Programa Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres

PROGRAMA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DE DESASTRES							
Nr. ORDEM	INDICADOR DE RESULTADO	ANO BASE (2024)	META ATÉ 2029	META PARA	REAL 1º SEM 2025	META PARA 2026	RESPONSÁVEL
1	Tempo (dias) de previsão e implementação de acções antecipadas baseadas em previsão de cheias e ciclones	2	3	2	-	2	INGD
2	Tempo (dias) de previsão e implementação de acções antecipadas baseadas em previsão de seca	90	120	90	-	90	
3	Nível de cobertura de Sistemas de Aviso Prévio Integrados	13,33%	33,33%	13,33%	-	18,33%	
4	Percentagem de Governos Locais que adoptam estratégias de redução do risco de desastres em linha com estratégias nacionais	16%	40%	17%	-	17%	
5	Volume de perdas económicas relacionadas a eventos climáticos extremos (em % do PIB)	2,7% (2023)	2,4%	2,6%	-	2,6%	

216. Os indicadores e acções acima mostram que para o PESOE 2026, o Governo continuará a implementar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o objectivo de garantir o desenvolvimento sócio-económico e sustentável do país, reduzir a pobreza, mitigar os efeitos das mudanças climáticas, criar um ambiente de paz e prosperidade para toda a sociedade, “sem deixar ninguém para trás”.

217. Neste contexto, perspectiva-se para o ano de 2026, o montante de 424.576,5 milhões de MT para os ODS, o que representa um incremento de 3,3% em termos nominais quando comparado com o ano de 2025.

Quadro 52 Alocação da Despesa por ODS (milhões de MT e em % da Despesa Total)

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	PESOE 2025		PROP. PESOE 2026	
	Em Milhões de MT	Em % da Despesa Total	Em Milhões de MT	Em % da Despesa Total
ODS 1 Erradicação da Pobreza	90,042.3	21.9%	92,735.3	21.8%
ODS 2 Fome zero e Agricultura sustentável	4,068.0	1.0%	4,384.6	1.0%
ODS 3 Saúde e Bem Estar	48,936.8	11.9%	46,884.6	11.0%
ODS 4 Educação de Qualidade	66,920.8	16.3%	69,941.2	16.5%
ODS 5 Igualdade de Género	25,517.5	6.2%	26,506.1	6.2%
ODS 6 Água Potável e Saneamento	4,103.5	1.0%	11,793.6	2.8%
ODS 7 Energia Limpa e Acessível	18,103.9	4.4%	904.7	0.2%
ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Económico	20,963.9	5.1%	47,128.0	11.1%
ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	12,134.5	3.0%	27,787.1	6.5%
ODS 10 Redução das Desigualdades	34,817.3	8.5%	9,724.5	2.3%
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	10,862.1	2.6%	8,104.0	1.9%
ODS 12 Produção e Consumo Sustentáveis	452.0	0.1%	432.8	0.1%
ODS 13 Acção contra Mudança Geral do Clima	2,024.8	0.5%	3,145.6	0.7%
ODS 14 Vida na água	1,923.9	0.5%	1,864.8	0.4%
ODS15 Vida Terrestre	1,215.5	0.3%	1,116.7	0.3%
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições eficazes	67,252.9	16.4%	67,351.4	15.9%
ODS 17 Parceria para a implementação dos ODS	1,532.6	0.4%	4,771.5	1.1%
DESPEZA TOTAL	410,872.3	100.0%	424,576.5	100.0%

6.6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR NÍVEL TERRITORIAL

218. Em termos de alocação de recursos por nível territorial, e conforme se pode depreender do Quadro 51, observa-se que a maior parte da despesa pública, excluindo os Encargos Gerais do Estado, continuará a ser absorvida pelo nível central com 57,9%, dada a necessidade de assegurar o financiamento de programas nacionais estratégicos.

Quadro 53 Alocação de Recursos por Âmbito Territorial

	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	<i>Em Milhões de Mt</i>			<i>Em % da Despesa Total</i>		
Central*	241,532.5	184,328.3	217,059.7	60.3%	53.9%	57.9%
Local	158,815.2	157,632.9	157,739.5	39.7%	46.1%	42.1%
Provincial	51,086.5	47,506.9	45,782.5	32.2%	30.1%	29.0%
Distrital	98,349.8	100,467.3	100,935.1	61.9%	63.7%	64.0%
Autárquico	9,378.9	9,658.7	11,021.9	5.9%	6.1%	7.0%

(*)Exclui Encargos Gerais do Estado

219. No que respeita o nível local, verifica-se que a maior proporção dos recursos será para o nível distrital com 64%, seguida dos níveis provincial e autárquico com 29% e 7%, respectivamente.

6.7 PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E SOCIAIS DOS ÓRGÃO DE GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA PROVINCIAL (OGDP)

220.O artigo 6 da Lei n.º 16/2019, de 24 de Setembro, que aprova o Regime Financeiro e Patrimonial dos OGDP, estabelece que o seu Plano e Orçamento (PO) anual é elaborado com base nas receitas próprias e nos limites comunicados pelo Ministério que superintende a área de planificação e finanças, observando os princípios estabelecidos no Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE.

221.O artigo 22 da mesma Lei prevê que para a determinação do limite por província é aplicada uma fórmula a ser definida por Lei, sendo que até a definição desta fórmula o limite a ser atribuído a cada OGDP, consta anualmente da lei Orçamental. Ao limite alocado, os OGDP's são acrescidas as receitas próprias previstas e os recursos da componente externa confirmados.

222.Neste contexto, para o ano de 2026 foi estabelecido um limite orçamental de 7.007,5 milhões de MT para estes órgãos, um acréscimo nominal de 2,2% em relação à Lei do PESOE de 2025, o que traduz o compromisso do Governo em reforçar o processo de descentralização fiscal e administrativa.

Quadro 54. Limites para Órgãos de Governação Descentralizada Provincial

PROVÍNCIA	LEI 2024	LEI 2025	PROP. 2026
<i>Em Milhões de MT</i>			
PROVÍNCIA DO NIASSA	730.4	747.1	751.2
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO	572.8	591.5	627.0
PROVÍNCIA DE NAMPULA	857.6	1,046.3	1,047.0
PROVÍNCIA DA ZAMBEZIA	859.3	993.6	978.2
PROVÍNCIA DE TETE	600.0	670.8	679.5
PROVÍNCIA DE MANICA	714.9	650.8	669.5
PROVÍNCIA DE SOFALA	541.5	587.3	613.3
PROVÍNCIA DE INHAMBANE	523.6	550.6	550.7
PROVÍNCIA DE GAZA	400.5	449.2	471.2
PROVINCIA DE MAPUTO	501.3	572.5	620.0
TOTAL	6,301.9	6,859.8	7,007.5

223.No que se refere à alocação de recursos, as províncias de Nampula, Zambézia e Niassa irão absorver maior volume, com 1.047,0 milhões de MT, 978,2 milhões de MT e 751,2 milhões de MT, respectivamente.

224. Relativamente aos indicadores económicos e sociais dos OGDG's, a informação consta do Anexo I.

6.8 PREVISÃO DO FINANCIAMENTO DO DÉFICE ORÇAMENTAL 2026

225. O défice orçamental deverá se situar em 113.664,8 milhões de MT, contra 126.878,0 milhões de MT estimados em 2025, passando de 8,2% do PIB em 2025, para 6,9% do PIB projectados para 2026, o corresponde a uma redução de 1,3 p.p. do PIB, reflectindo o cometimento do Governo com a consolidação e estabilidade macrofiscal.

Quadro 55. Previsão do Défice Orçamental 2026

	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>		
1. Envelope de Recursos	514,167.8	512,749.8	535,623.8	35.4%	33.2%	32.3%
1.1 Receitas do Estado	351,277.9	385,871.8	421,959.0	24.2%	25.0%	25.5%
1.2 Saldos Transitados	-	3,574.6	-	0.0%	0.2%	0.0%
1.3 Financiamento Interno	38,984.5	35,094.4	35,983.3	2.7%	2.3%	2.2%
1.4 Recursos Externos	60,772.5	88,209.0	77,681.5	4.2%	5.7%	4.7%
Donativos	42,186.3	58,236.2	52,636.9	2.9%	3.8%	3.2%
Créditos	18,586.2	29,972.8	25,044.6	1.3%	1.9%	1.5%
2. Despesa Total	509,265.4	512,749.8	535,623.8	35.0%	33.2%	32.3%
2.1 Despesas de Funcionamento	364,146.9	351,253.2	370,270.4	25.1%	22.7%	22.4%
2.2 Despesas de Investimento	96,457.7	98,776.4	107,559.6	6.6%	6.4%	6.5%
2.3 Operações Financeiras	48,660.8	62,720.3	57,793.8	3.3%	4.1%	3.5%
Défice Orçamental	(157,987.5)	(126,878.0)	(113,664.8)	-10.9%	-8.2%	-6.9%
Défice Orçamental antes de Donativos	(162,421.5)	(66,589.0)	(58,533.1)	-11.2%	-4.3%	-3.5%
Défice Orçamental após Donativos	(120,235.2)	(8,352.8)	(5,896.2)	-8.3%	-0.5%	-0.4%

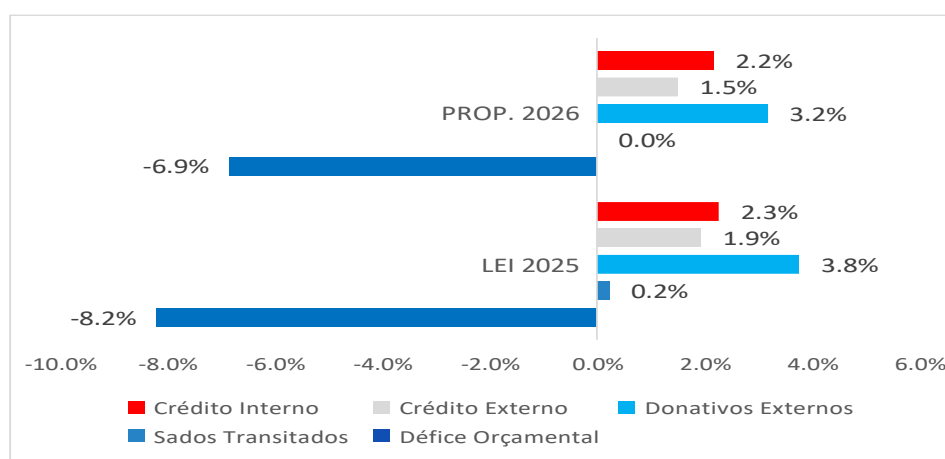
226. Importa realçar que a redução projectada será sustentada por um conjunto de medidas que visam mitigar vulnerabilidades fiscais e reforçar a sustentabilidade das finanças públicas, destacando-se a racionalização da despesa, o alargamento da base tributária e uma gestão prudente do endividamento público, de modo a preservar a credibilidade da política fiscal e assegurar o espaço orçamental necessário para investimentos prioritários.

227. Em termos de financiamento, o défice orçamental será coberto por uma combinação de fontes internas e externas:

- **Crédito Interno** – projectado em 35.983,3 milhões de MT, equivalente a 2,2% do PIB, o que significa um acréscimo de 0,1 p.p. em relação a Lei do PESOE 2025;

- **Crédito Externo** – perspectivado em 25.044,6 milhões de MT, o que representa 1,5% do PIB; e,
- **Donativos Externos** – estimado em 52.636,9 milhões de MT, correspondente a 3,2% do PIB, o que representa uma redução em 0,6 p.p. face a previsão orçamental de 2025.

Gráfico 20 Financiamento do Défice Orçamental para 2026 (em % PIB)



Fonte: MF, 2025

6.9 COMPROMISSOS SECTORIAIS

228.No que diz respeito aos compromissos sectoriais assumidos pelo Governo a nível internacional, designadamente a alocação de 20% para a Educação, 15% para a Saúde e 10% para a Agricultura, prevê-se para o ano de 2026 o montante de 180.035,8 milhões de MT, correspondente a 48% da despesa total, excluindo os encargos gerais do Estado, o que representa um acréscimo de 4,3% em termos nominais, quando comparado com a previsão de 2025.

229.Este incremento reflecte o esforço do Governo em melhorar a qualidade e o acesso aos serviços públicos de educação, saúde e promover a segurança alimentar e nutricional.

Quadro 56. Compromissos Sectoriais (em milhões de MT e em % da Despesas Total)

	LEI 2025			PROP. 2026		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
<i>Em Milhões de MT</i>						
Despesa Total (Ex. EGE)	267,226.4	74,684.4	341,910.9	297,348.8	77,450.5	374,799.3
Total Compromissos Sectoriais	133,154.2	39,400.4	172,554.6	134,186.6	45,849.2	180,035.8
Educação	82,452.3	17,781.7	100,234.0	85,433.7	18,679.0	104,112.7
Saúde	38,710.6	13,002.1	51,712.7	40,031.0	8,940.3	48,971.2
Agricultura	11,991.2	8,616.6	20,607.8	8,722.0	18,229.9	26,951.9
<i>Em % da Despesa Total (Excl. EGE)</i>						
Total Sectores Económicos e Sociais	61.1%	104.9%	70.6%	54.9%	111.5%	66.6%
Educação	30.9%	23.8%	29.3%	28.7%	24.1%	27.8%
Saúde	14.5%	17.4%	15.1%	13.5%	11.5%	13.1%
Agricultura	4.5%	11.5%	6.0%	2.9%	23.5%	7.2%

230.O sector da Educação continuará a absorver a maior proporção dos recursos com cerca de 27,8% da despesa total, excluindo os encargos gerais do Estado. Em seguida, se encontram os sectores da Saúde e Agricultura, com 48.971,2 e 26.951,9 milhões de MT, equivalente a 13,1% e 7,2% da despesa total, excluindo os encargos gerais do Estado, respectivamente.

6.10 PREVISÃO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL 2026

231.O equilíbrio orçamental projectado para 2026 prevê recursos e despesas no montante de 535.623,8 milhões de MT, correspondente a 32,3% do PIB, menos 0,9 p.p. quando comparado com a Lei do PESOE 2025. Deste modo, a configuração orçamental assegura a observância do princípio de equilíbrio orçamental.

Quadro 57. Equilíbrio Orçamental 2026

	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026
	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.	CGE	LEI	PROP.
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % do PIB</i>			<i>Em % da Despesa Total</i>		
Total de Recursos	521,697.8	512,749.8	535,623.8	35.9%	33.2%	32.3%	102.4%	100.0%	100.0%
Recursos Internos	460,925.3	424,540.8	457,942.3	31.7%	27.5%	27.7%	90.5%	82.8%	85.5%
Receitas do Estado	351,277.9	385,871.8	421,959.0	24.2%	25.0%	25.5%	69.0%	75.3%	78.8%
Saldos Transitados	-	3,574.6	-	0.0%	0.2%	0.0%	0.0%	0.7%	0.0%
Crédito Interno	38,984.5	35,094.4	35,983.3	2.7%	2.3%	2.2%	7.7%	6.8%	6.7%
Recursos Externos	60,772.5	88,209.0	77,681.5	4.2%	5.7%	4.7%	11.9%	17.2%	14.5%
Donativos	42,186.3	58,236.2	52,636.9	2.9%	3.8%	3.2%	8.3%	11.4%	9.8%
Créditos	18,586.2	29,972.8	25,044.6	1.3%	1.9%	1.5%	3.6%	5.8%	4.7%
Total de Despesas	509,265.4	512,749.8	535,623.8	35.0%	33.2%	32.3%	100.0%	100.0%	100.0%
Despesas de Funcionamento	364,146.9	351,253.2	370,270.4	25.1%	22.7%	22.4%	71.5%	68.5%	69.1%
Despesas Correntes	361,605.3	350,575.8	369,549.0	24.9%	22.7%	22.3%	71.0%	68.4%	69.0%
Despesa com Pessoal	208,957.9	210,788.9	217,038.6	14.4%	13.6%	13.1%	41.0%	41.1%	40.5%
<i>Salários e Remunerações</i>	202,858.7	205,550.0	211,799.7	14.0%	13.3%	12.8%	39.8%	40.1%	39.5%
Bens e Serviços	36,793.7	34,037.8	34,979.2	2.5%	2.2%	2.1%	7.2%	6.6%	6.5%
Encargos da Dívida	60,218.1	63,892.8	67,616.0	4.1%	4.1%	4.1%	11.8%	12.5%	12.6%
Transferencias correntes	33,359.4	36,987.5	44,494.4	2.3%	2.4%	2.7%	6.6%	7.2%	8.3%
<i>da/Pensões</i>	19,874.3	20,056.3	28,842.1	1.4%	1.3%	1.7%	3.9%	3.9%	5.4%
Subsídios	2,012.9	2,012.9	2,165.3	0.1%	0.1%	0.1%	0.4%	0.4%	0.4%
Outras Despesas Correntes	15,332.7	478.8	1,536.4	1.1%	0.0%	0.1%	3.0%	0.1%	0.3%
Exercícios Findos	4,930.6	2,377.1	1,719.0	0.3%	0.2%	0.1%	1.0%	0.5%	0.3%
Despesas de Capital	2,541.6	677.4	721.4	0.2%	0.0%	0.0%	0.5%	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	96,457.7	98,776.4	107,559.6	6.6%	6.4%	6.5%	18.9%	19.3%	20.1%
Componente Interna	45,304.2	24,092.0	30,109.1	3.1%	1.6%	1.8%	8.9%	4.7%	5.6%
Componente Externa	51,153.5	74,684.4	77,450.5	3.5%	4.8%	4.7%	10.0%	14.6%	14.5%
Operações Financeiras	48,660.8	62,720.3	57,793.8	3.3%	4.1%	3.5%	9.6%	12.2%	10.8%
Activas	3,509.8	6,005.9	2,662.0	0.2%	0.4%	0.2%	0.7%	1.2%	0.5%
Passivas	45,151.0	56,714.4	55,131.8	3.1%	3.7%	3.3%	8.9%	11.1%	10.3%

VII. PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS PARA 2026

232.A execução do PESOE 2026 poderá ser influenciada por um conjunto de riscos fiscais e macroeconómicos, resultantes de factores internos e externos, que podem comprometer a concretização das metas fiscais previstas, bem como o ajustamento fiscal em curso.

Caixa 2. Principais Riscos Fiscais – 2026

- *Sistema Previdenciário*
- *Massa salarial*
- *sustentabilidade da dívida*
- *Sector Empresarial do Estado (SEE)*
- *Crescimento Económico*
- *Desastres naturais*
- *Autarquias locais.*

O crescimento económico estimado em 3,2% permanece vulnerável a uma **dinâmica mais fraca da actividade económica**, resultante da **dissipação dos efeitos da tensão pós-eleitoral** e das **incertezas relativas ao início efectivo dos projectos de gás natural**.

233.O Quadro 56 sintetiza os principais riscos fiscais, a sua probabilidade de ocorrência, impacto no quadro fiscal do País e medidas prudentes de mitigação.

Quadro 58 Medidas de Mitigação dos Riscos Fiscais

Fonte de Risco	Descrição	Probabilidade de Ocorrência	Impacto Fiscal	Medidas de Mitigação
Crescimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> Em 2024, a economia cresceu apenas 1,9%, face aos 5,5% projectados, e registou uma desaceleração de 3,9% no primeiro trimestre de 2025. A persistência desta fraca dinâmica poderá aumentar os riscos e incertezas fiscais, impondo desafios à formulação de políticas económicas sustentáveis no curto e médio prazos. 	Médio	<ul style="list-style-type: none"> Desaceleração do crescimento económico para cerca de 2,8%, resultando numa redução estimada das receitas do Estado em cerca de 0,72% do PIB em 2026. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar e alargamento da base tributária; Rever do código de benefícios fiscais. Tributar dos serviços digitais Implementar regime simplificado de tributação para micro e pequenos contribuintes, com incentivos à formalização Modernizar o sistema de tributação (e-tributação)
Despesa	<ul style="list-style-type: none"> Os salários e remunerações representam cerca de 56% das despesas de funcionamento, revelando uma rigidez significativa na composição da despesa pública, o que reduz a margem do Governo para direccionar recursos a outras áreas prioritárias, como investimentos na educação, saúde e infra-estruturas. 	Alto	<ul style="list-style-type: none"> Pressão sobre a massa salarial, que poderá acelerar para 13,1% do PIB para 2026, contra os 12,8% previstos no cenário base. Esta aceleração é justificada por um crescimento económico mais lento do que o previsto, o que dificultaria o ajuste fiscal e aumentaria a pressão sobre o gasto público. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar a fiscalização prévia da folha salarial; Integrar os FAE no roteiro normal de pagamento de salários; Acelerar o processo de aposentação ; Auditar os processos individuais da área especial;

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

Fonte de Risco	Descrição	Probabilidade de Ocorrência	Impacto Fiscal	Medidas de Mitigação
				<ul style="list-style-type: none"> ● Regulamentar o trabalho extraordinário do sector de educação; ● Rever o Regulamento do Subsídio de localização.
Dívida Pública	<p>O país continua a apresentar níveis de endividamento acima dos limites de sustentabilidade (76.9%PIB) exercendo pressões crescentes sobre as Finanças Públicas.</p> <p>O aumento do stock da dívida interna eleva o risco fiscal ao pressionar o orçamento público com maiores encargos com juros e amortizações, reduzindo a margem para despesas discricionárias</p>	Alto	<p>De 2020 à 2024, houve um incremento significativo do stock da DP, impulsionado pela dívida interna que duplicou de 196,916.6 para 406,995.6 Milhões MT.</p> <p>Um aumento em 1% taxa de juro resultará em aumento de cerca de 9% do serviço da dívida interna a médio prazo, resultando no encarecimento do custo de endividamento e na redução da capacidade do Estado em investir em outras áreas estratégicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Continuar a priorizar a opção de Donativos e Créditos de alta concessionalidade; ● Continuar com as operações de gestão de passivos (leilões de troca, recompras, resgates antecipados) ● Restruturação dos títulos da dívida.
Sector Empresarial do Estado	<ul style="list-style-type: none"> ● A materialização de riscos fiscais do Sector Empresarial do Estado agravou-se em 2024, com destaque para a ADM e a LAM, que registaram perdas de cerca de 1.5 mil milhões de MT e 3.9 mil milhões de MT, respectivamente. 	Médio	<p>As perdas dessas empresas exigirão aportes do Estado de aproximadamente 2.8 mil milhões de MT, aumentando a exposição fiscal decorrente de passivos contingentes.</p> <p>Empresas estratégicas do SEE enfrentam elevados desafios e riscos fiscais crescentes, levando o Estado a intervir em 0,23% do PIB em 2024, destacando-se a LAM com aportes de 2.4 mil milhões MT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Restrukturar as empresas com persistência de desempenho financeiro negativo; ● Limitar a emissão de garantias do Estado com directrizes mais rigorosas e critérios de emissão; e ● Reforçar a monitoria dos passivos contingentes

VIII. INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA

234.No segundo trimestre de 2025, a dívida pública atingiu o montante de 1.072.8 mil milhões de MT, registando um crescimento de 0,1% em relação ao primeiro trimestre, em que se situou em cerca de 910,8 milhões de MT. A evolução da dívida foi impulsionada, sobretudo, pelo aumento da dívida interna em 0,4%, totalizando cerca de 444,9 mil milhões de MT, resultante das emissões realizadas no âmbito da Facilidade de Crédito do Banco de Moçambique, enquanto a dívida pública externa registou uma redução de 0,1%, situando-se em 9.825,5 milhões de USD.

Quadro 59. Evolução do Stock Total da Dívida do Governo Central (em milhões USD)

Categoria de Credor/Instrumento	2022	2023	2024	2025 I T	2025 II T	% Total
Dívida Externa	10,060.5	10,226.6	9,960.1	9,839.1	9,825.6	59%
Dívida Interna	4,408.1	4,910.5	6,368.3	6,936.1	6,963.9	41%
Total	14,468.6	15,137.1	16,328.3	16,775.3	16,789.5	100%

Fonte: MF, 2025

235.No que respeita a composição do *stock* da dívida pública externa, no mesmo período, os credores multilaterais continuaram a absorver o maior peso com 98,4%, e os credores bilaterais com 1,6%. Em termos de desembolsos, estes registaram um acréscimo de 62,97 milhões de dólares face ao I trimestre de 2025, impulsionados principalmente pelo Projecto de Acesso ao Financiamento e Oportunidades Económicas – *Mais Oportunidades* e pelo *Projecto de Desenvolvimento do Norte de Cabo Delgado*.

Quadro 60. Evolução do Stock Total da Dívida do Governo Central (em milhões USD)

	2025 I T	2025 II T	% Total	Var. %
Bilhetes de Tesouro	150,910.2	149,418.2	33.6%	-1.0%
Obrigações de Tesouro	177,352.9	172,620.9	38.8%	-2.7%
Outros (Bancos)	114,955.5	122,955.5	27.6%	7.0%
Total	443,218.7	444,994.5	100.0%	0.4%

Fonte: MF, 2025

Em relação a dívida interna, as Obrigações do Tesouro absorveram cerca de 38,8%, e os Bilhetes do Tesouro 33,6% e a componente “outros” cerca de 27,6%, conforme ilustra o Quadro 58.

Importa referir que ao longo deste período não foram emitidas novas Obrigações do Tesouro por parte do Estado Moçambicano.

IX. ACTIVOS FINANCEIROS DE ACORDO COM AS REGRAS INTERNACIONAIS

236. Para o exercício de 2026, espera-se que os activos financeiros do Estado, situem-se em 61.303,9 milhões de MT para as Empresas Públicas e 40.327,4 milhões de MT para as Participações Públicas.

237. Em relação às participações em empresas minoritárias e para a venda aos sócios maioritários perspectiva-se os montantes de 2.146,0 milhões de MT e 296,4 milhões de MT, respectivamente. Para as participações maioritárias, prevê-se uma liquidação no montante de 828.1 milhões de MT, conforme se pode verificar nos quadros abaixo.

Quadro 61. Empresas Públicas (Em Mil Meticais)

No.	EMPRESAS	CAPITAL ESTATUTÁRIO	VALOR	%
1	AEROPORTOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	4,537,484.73	4,537,484.73	100%
2	CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P	1,242,981.02	1,242,981.02	100%
3	ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P	51,722,246.70	51,722,246.70	100%
4	EMPRESA MOÇAMBICANA DE DRAGAGENS, E.P	2,448,692.60	2,448,692.60	100%
5	EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS, E.P	749,001.00	749,001.00	100%
6	EMPRESA NACIONAL DE PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E.P	441,600.00	441,600.00	100%
7	IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P	25,000.00	25,000.00	100%
8	RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P	121,999.38	121,999.38	100%
9	TELEVISÃO DE MOÇAMBIQUE, E.P	14,908.19	14,908.19	100%

Fonte: IGEPE, 2025

Quadro 62. Participações Públicas (Em Mil Meticais)

No.	EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL	ESTADO		IGEPE	
			VALOR	%	VALOR	%
1	BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS , S.A	2,240,000.00	-	-	2,240,000.00	100%
2	BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE, S.A	646,500.00	646,500.00	100.00%	-	-
3	CAIC - COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL DE CHÓCKWÈ, SA	500.00	-	-	350.00	70.00%
4	COMPANHIA PIPELINE MOÇ./ZIMBA., LDA.	80,000.00	40,000.00	50.00%	-	-
5	EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A	295,000.00	115,050.00	39.0%	91,450.00	31.00%
6	HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA, S.A	23,558,108.58	20,024,392.29	85.00%	-	-
7	LINHAS AÉREAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	4,818,000.00	4,625,280.00	96.00%	-	-
8	MOÇAMBIQUE TELECOM, S.A	14,077,000.00	9,290,820.00	66.00%	3,660,020.00	26%
9	PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE, S.A	8,300,000.00	4,980,000.00	60.0%	1,660,000.00	20.00%
10	SILOS E TERMINAL GRANELEIRO DA MATOLA, S.A	245,935.00	108,211.40	44.00%	137,723.60	56.00%
11	SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS, S.A	800,000.00	-	-	800,000.00	100%
12	SOCIEDADE DE FARMÁCIAS DE MOÇAMBIQUE, S.A	60,000.00	60,000.00	100.00%	-	-
13	SOCIEDADE GESTORA DE CONCESSÕES S.U, SA	100.00	-	-	100.00	100%
14	SOCIEDADE DO NOTÍCIAS, S.A	437,000.00	436,956.30	99.99%	-	-
15	SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A	1,270.00	177.80	14.00%	1,016.00	80.00%

Fonte: IGEPE, 2025

Quadro 63. Participações Minoritárias

No.	EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL	ESTADO		IGEPE	
			VALOR	%	VALOR	%
1	AÇUCAREIRA DE MOÇAMBIQUE, S.A	1,506,471.41	225,970.71	15.00%	-	-
2	AÇUCAREIRA DE XINAVANE, S.A	3,204,500.00	384,540.00	12.00%	-	-
3	CARTEIRA MÓVEL, S.A	125,000.00	-	-	37,500.00	30.00%
4	CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE (EX-MAC-MAHON), S.A	317,066.46	-	-	4,343.81	1.37%
5	COCA - COLA SABCO (MOÇAMBIQUE), S.A	1,286,476.00	-	-	64,323.80	5.00%
6	COMPANHIA MOÇAMBICANA DE GASODUTO-CMG, S.A	70,000.00	14,000.00	20.00%	-	-
7	COMPANHIA MOÇAMBICANA DE HIDROCARBONETOS-CMH, S.A	593,411.50	118,682.30	20.00%	-	-
8	DIÁRIO DE MOÇMABIQUE, S.A	2,550.00	510.00	20.00%	-	-
9	MILLENNIUM BIM , S.A	4,500,000.00	770,400.00	17.12%	-	-
10	MOZAL, S.A.	10,253,585.00	394,763.02	3.85%	-	-
11	NORSAD , SA	7,905,048.92	237,151.47	3.00%	-	-
12	TELEDATA,LDA	100,000.00	-	-	5,000.00	5.00%

Fonte: IGEPE, 2025

Quadro 64. Empresas Minoritárias - Para a venda aos Sócios Maioritários

No.	EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL	ESTADO		IGEPE	
			VALOR	%	VALOR	%
1	CEGRAF - SOCIEDADE GRÁFICA, S.A	28,881.38	2,449.14	8.48%	-	-
2	CHÁ NAMAÉ, LDA.	1,500.00	300.00	20.00%	-	-
3	CIM - COMPANHIA INDUSTRIAL DA MATOLA, S.A	638,651.58	6,194.92	0.97%	3,257.12	0.51%
4	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A	6,285,363.57	118,927.41	1.89%	-	-
5	COMPANHIA DE SENA, S.A	3,134,177.50	156,167.00	4.98%	-	-
6	GAPI - SOC. PARA APOIO A PEQUENOS PROJ.DE INVESTIMENTO, S.A	200,000.00	-	-	17,813.00	8.91%
7	GRAPHIC - COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.	7,346.02	500.26	6.81%	-	-
8	GRUPO MADAL, S.A	15,286.65	764.33	5.00%	-	-
9	HIDROMOC - BEIRA, S.A (EX-HIDROMOC,E.E.DELG. R. CENTRO)	5,801.86	1,160.37	20.00%	-	-
10	IFLOMA - INDÚSTRIAS FLORESTAIS DE MANICA, S.A	39,062.50	7,812.50	20.00%	-	-
11	EMERITUS RESSEGUROS, S.A (EX. MOZRE, S.A)	33,000.00	-	-	6,600.00	20.00%
12	SOCIEDADE MALONDA, S.A (EX. SOC. DE DESENVOLVIMENTO MOSÁGRUUS)	11,526.00	345.78	3.00%	-	-
13	SOMEK - SOC. MINEIRA DE CUAMBA, S.A	16.00	3.20	20.00%	-	-
14	TECNAUTO - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTO, LDA	3,446.00	1,636.85	47.50%	-	-
15	TECNOMECÂNICA, LDA	130.00	26.00	20.00%	-	-
16	TEXTÁFRICA, S.A	300.00	68.10	22.70%	-	-

Fonte: IGEPE, 2025

Quadro 65. Participações Maioritárias em Liquidação

No.	EMPRESAS	CAPITAL SOCIAL	ESTADO		IGEPE	
			VALOR	%	VALOR	%
1	CORREIOS DE MOÇAMBIQUE, E.P	5,717.62	5,717.62	100.00%	-	-
2	EMPRESA MOÇAMBICANA DE ATUM, S.A	15,000.00	9,900.00	66.00%	5,100.00	34.00%
3	EMPRESA MOÇAMBICANA DE EXPLORAÇÃO MINEIRA, S.A	1,500,000.00	750,000.00	50.00%	525,000.00	35.00%
4	MONTE BINGA, S.A	250.00	250.00	100.00%	-	-
5	MOZAÍCO DO ÍNDICO, S.A	60,000.00	-	-	29,400.00	49.00%
6	REGADIO DE BAIXO LIMPOPO - RBL, E.P	62,239.16	62,239.16	100%	-	-

Fonte: IGEPE, 2025

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 238.O PESOE 2026 marca o segundo ano da implementação articulada da ENDE 2025-2044 e do PQG 2025-2029, estando a política tributária e orçamental orientada para a manutenção da estabilidade macroeconómica, fortalecimento da gestão das finanças públicas, promoção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado e geração de postos de trabalho, com vista a acelerar a recuperação sócio-económica e transformar o perfil produtivo do País.
- 239.Em 2026 pretende-se reforçar a abordagem programática do processo de planificação e orçamentação, através da consolidação das bases para a estabilização socio-económica do País, com destaque para investimentos em infra-estruturas de apoio a produção e digitalização, bem como em serviços sociais essenciais.
- 240.Para o efeito, será privilegiada a alocação de recursos em acções de impacto directo no bem-estar da população, dando primazia as regiões menos prósperas e aquelas com um elevado potencial de catapultar o desenvolvimento nacional.
- 241.Contudo, o actual contexto é marcado por grandes desafios, resultantes da confluência de choques internos e externos que afectam negativamente a actividade económica, destacando-se os efeitos ainda visíveis da tensão pós-eleitoral sobre o sector produtivo e infra-estruturas, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, o terrorismo que assola alguns distritos da província de Cabo Delgado, a suspensão da ajuda externa a alguns programas sociais, as tensões geopolíticas e disputas comerciais no contexto internacional.
242. Neste contexto, a matriz de políticas macroeconómicas e estruturais para 2026 continuará orientada no prosseguimento dos esforços de consolidação fiscal, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, com vista a conter o défice fiscal e a melhorar os parâmetros de sustentabilidade da dívida pública, buscando o equilíbrio entre a necessidade de estabilização macroeconómica e a promoção do crescimento económico, bem como o reforço da transparência e da responsabilidade na gestão das finanças públicas.

MATRIZES DAS MEDIDAS E ACÇÕES DE POLÍTICAS DO PESOE 2026

PILAR I: UNIDADE NACIONAL, PAZ, SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR I		UNIDADE NACIONAL, PAZ, SEGURANÇA E GOVERNAÇÃO													
PROGRAMA		Unidade Nacional e Coesão Social													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover a unidade nacional como um pilar essencial para a paz, estabilidade e coesão social.													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Unidade Nacional e Coesão Social	Realizar palestra sobre cidadania sobre o lema "Moçambique é meu País"	Número de palestra sobre cidadania realizadas	3	3	-	-	-	A nível Nacional	-	População em Geral	-	-	1,300.00	MDN
2		Realizar palestras sobre Educação Patriótica factor primordial para Prevenção e Combate à Corrupção no Sector de Defesa	Número de palestras realizadas	10	3	3	3	1	Cidade de Maputo (9) e Província de Maputo (1)	-	População em Geral	-	-		
3		Participar na Assembleia Geral e Congresso do CISM	Número de Assembleia participados	1	-	1	-	-	Bélgica	-	População em Geral	-	-		
PROGRAMA		Defesa Nacional, Segurança Interna e do Estado													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Garantir a unidade nacional, defesa e segurança da população, protegendo a integridade territorial e os recursos naturais do país													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Segurança Interna	Realizar reuniões de ligação Polícia-Comunidade	Número de reuniões de ligação Polícia-comunidade realizadas	43.915	10.978	10.979	10.979	10.979	Nacional	-	População em Geral	-	-	-	MINT
2		Adquirir material para segurança rodoviária (radares)	Número de radares de controlo de velocidade adquiridos	4	-	-	-	4	Nacional	-	População em Geral	-	29.812,5	29.812,5	
3		Realizar o XLIV Curso Básico da PRM	Número de cursos básicos da PRM realizados	1	-	-	-	1	EPP-Matalane	-	População em Geral	-	1.937.077,65	1.937.077,65	
4	Segurança Interna	Fortalecer o sistema de monitorização, controlo, segurança e fiscalização marítima	Número de patrulhas terrestres realizadas	4882	1213	728	728	1413	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tele, Zambézia, Angoche, Ilha de Moçambique, Nacala, C. Delgado e Niassa	-	População em geral	-	58.402.13	58.402.13	MAAP
5			Número de patrulhas marítimas realizadas	1168	350	230	230	358	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tele, Zambézia, Angoche, Ilha de Moçambique, Nacala, C. Delgado e Niassa	-	População em geral	-	13.454.49	13.454.49	
6	Defesa Nacional	Realizar as Operações de Recrutamento Militar	Número de sessões de recenseamento realizados	1	1	-	-	-	Todo o País	-	População em geral	-	-	2,780.00	MDN
7			Número de Turnos de Incorporação de Militares realizados	2	-	1	-	1	Todo o País	-	População em geral	-	-		
8			Número de Turnos de Incorporação de Prestadores civicos realizados	2	-	1	-	1	Todo o País	-	População em geral	-	-		

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Defesa Nacional, Segurança Interna e do Estado													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Garantir a unidade nacional, defesa e segurança da população, protegendo a integridade territorial e os recursos naturais do país													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
9	Formação e Investigação Das Forças de Defesa e Segurança	Formar Oficiais Superiores das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	Número de Cursos de Formação de Oficiais Superiores Graduados	1	-	-	-	1	Provincia de Maputo	-	População em geral	-	-	790	MDN
10		Formar Oficiais Subalternos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	Número de Cursos de Formação de Oficiais Subalternos Graduados	1	-	-	-	1	Nampula	-	População em geral	-	-	491.58	MDN
11		Formar Sargentos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	Número de Sargentos Graduados	1	-	-	-	1	Provincia de Maputo	-	População em geral	-	-	-	MDN
12		Formar Pessoal de Saúde Militar	Número de Pessoal de Saúde Formados	75	-	-	-	75	Maputo	-	População em geral	-	-	-	MDN
13		Formar militares no exterior	Número de militares formados no exterior	230	-	-	-	230	diáspora	-	População em geral	-	-	1200	MDN
14	Saúde das Força de Defesa e Segurança	Adquirir Medicamentos e Apósitos	Número de Lotes de Medicamentos e Apósitos Adquiridos	6	-	3	-	3	Maputo	-	População em geral	-	-	1500	MDN
PROGRAMA		Democracia e Participação													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover mudanças significativas na estrutura, funcionamento e cultura da administração pública com vista a torná-la mais eficiente, transparente, responsiva e orientada para resultados, abrangendo todas as esferas do Governo													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Registo e identificação de pessoas e bens	Realizar campanhas integradas de registos de nascimento e Identificação Civil	Número de campanhas de registos de nascimento realizadas	2	-	1	1	-	Nível Nacional	-	População no geral	200.000, 00	-	-	MJCR
2		Realizar campanhas de registos de nascimento na Diáspora	Número de campanhas de registos de nascimento realizadas na Diáspora	3	-	1	1	1	Portugal, Tanzânia e Quênia	-	Moçambicanos residentes na Diáspora	-	6.000.00	6.000.00	
3		Criar Postos de Registo Civil nas Unidades Sanitárias	Número de Postos de Registos Civil criados	5	-	2	2	1	Tete, Niassa e Manica	-	População no geral	5.000.00	-	5.000.00	
4		Desenvolver o módulo de contabilidade para expandir a interoperabilidade do Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais (e-SIRCEV) e controlo de emissão das certidões	Modulo de contabilização desenvolvido	1	-	1	-	-	Nível Nacional	-	População no geral	-	6.000.00	6.000.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Democracia e Participação													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover mudanças significativas na estrutura, funcionamento e cultura da administração pública com vista a torná-la mais eficiente, transparente, responsiva e orientada para resultados, abrangendo todas as esferas do Governo													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³Mt)		Total (10³Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
5	Registro e Identificação de Pessoas e Bens	Garantir a produção de bilhetes de identidade	Número de BIs produzidos	1,857,713	464,428	464,428	464,428	464,429	Nacional	-	Cidadãos nacionais	-	255.298,11	255.298,11	MINT
6		Garantir a produção de passaportes e outros documentos de identificação e de viagem	Número de passaportes e outros documentos de identificação e de viagem produzidos	389,200	108,976	93,408	81,732	105,084	Nacional	-	Cidadãos nacionais e estrangeiros	-	3.491.336,53	3.491.336,53	
7	Acesso à Justiça	Prestar Assistências e Patrocinio Jurídico aos Cidadãos economicamente carenciados	Número de cidadãos assistidos	351,147	87,787	87,786	87,787	87,787	Cidade de Maputo-24153; Província de Maputo-36675; Gaza-28242; Inhambane-13038; Sofala-28678; Manica-22622; Zambézia-36857; Tete-24746; Nampula-47157; Niassa-40469; Cabo Delgado-49513	351,147	População em geral	-	N/A	-	MJCR
8		Realizar formação inicial de Defensores Públicos e Técnicos Administrativos	Número de Defensores Públicos formados	90	-	45	45	-	Sul, Centro e Norte	90	População em geral	-	4,500.00	4,500.00	
9		Formar Profissionais para o Sector da Justiça (formação contínua)	Número de Juizes formados (formação contínua)	200	-	30	140	30	Prov. Maputo(30) Cabo Delgado(30) e Cidade de Maputo(140)	200	Magistrados judiciais (Formação Contínua)	-	-	-	MJCR
10		Formar Magistrados Judiciais e do Ministério Público	Número de Juizes formados	192	-	-	-	192	Maputo	-	Estudantes formados em direito	-	15,584.71	15,584.71	CFJJ
		Número de Procuradores formados	122	-	-	-	122	-							
11		Formar Conservadores e Notários Superiores	Número de Conservadores e Notários formados	60	-	-	-	60		-		-			
12	Sistema Penitenciário	Expandir os serviços de penas não privativas de liberdades para todos os distritos com tribunal	Número de Distritos cobertos pelos Serviços de Penas Alternativas a Pena de Prisão	3	1	2	-	-	Gaza (Limpopo) e Zambézia (Namacurra e Derre)	3	População Penitenciária	-	1,000.00	-	MJCR
13		Formar reclusos no ensino geral e profissional no âmbito do processo reabilitativo	Número de reclusos envolvidos em programas de formação profissional	7652	3400	750	1751	1751	Nacional	7652		-	3,028	-	
			Número de reclusos que frequentam o ensino geral	7480	7480	7480	7480	7480	Nacional	7480		-	3,028.00	-	
14		Formar Guardas Penitenciários	Número de Guardas Penitenciários formados	1300	-	-	-	1300	Maputo Província	1300		-	11,700.00	-	
15	Instalar sistemas de aviso de prazo de prisão preventiva e aplicar pulseiras electrónicas a reclusos	Número de sistemas de aviso de prazo de prisão preventiva instalado e operacional	1	1	-	-	-	Nacional	1	-	-	5,000.03	-		
		Número de reclusos aplicados a pulseira electrónica	3000	0	500	1000	1500	Nacional	3000	-	-	-	-		

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Reforma e Modernização da Administração Pública													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover mudanças significativas na estrutura, funcionamento e cultura da administração pública com vista a torná-la mais eficiente, transparente, responsiva e orientada para resultados, abrangendo todas as esferas do Governo													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ⁶ 3Mt)		Total (10 ⁶ 3Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Modernização da Administração Pública	Implementar o Sistema Nacional de Gestão electrónica de documentos (e-SNGD) nos órgãos e instituições da Administração Pública	Número de instituições com sistema de arquivo digital documental instalado	40	5	15	15	5	Nacional	-	Instituições do Governo e utentes	-	170.00	170.00	MAEFP
2		Estabelecer a Escola de Governo	Escola do Governo Operacional	1	-	-	1	-	Central	-	Instituições do Governo	-	7,500.00	7,500.00	
3		Assegurar a organização, gestão de recrutamento e selecção do pessoal na Administração Pública	Número de instituições que beneficiam do processo de organização, gestão e selecção do pessoal	1	-	1	-	-	Nacional	-	Instituições do Governo e utentes	-	2,000.00	2,000.00	
4		Actualizar os Quadros de Pessoal da Administração Pública	Número de Quadros de Pessoal harmonizados e aprovados	50	5	10	20	15	Nacional	-	Instituições do Governo e utentes	-	1,000.00	1,000.00	
5		Elaborar a Política e Estratégia da Descentralização e o respectivo Plano de Implementação - PED	Número de políticas elaboradas	1	-	-	1	-	Central	-	Instituições do Governo e utentes	-	100.00	100.00	
6		Simplificar e racionalizar estruturas e processos de prestação de serviços de instituições tuteladas	Número de instituições públicas com estruturas e processos de prestação de serviços simplificados e racionalizados	4	-	-	-	4	Central	-	Instituições do Governo e utentes	-	100.00	100.00	
7	Modernização da administração pública	Elaborar a estratégia de transformação digital do governo	Número de estratégias de transformação digital do governo elaboradas	1	-	-	-	1	Nacional	-	População no Geral	19,200.00	-	19,200.00	MCTD
8		Elaborar a estratégia de inteligência artificial	Número de estratégias de inteligência artificial elaboradas	1	-	-	-	1	Nacional	-	População no Geral	9,600.00	-	9,600.00	MCTD
9	Informação Estatística	Realizar Censos e Inquéritos em função das necessidades estatísticas nacionais e disseminar os seus resultados em tempo oportuno para a formulação e avaliação de políticas	Número de Relatórios da recolha do Censo das Empresas e Divulgar os Resultados	1	-	-	-	1	Nacional	-	População em geral	-	1,100.00	1,100.00	MPD
10			Número de áreas de enumeração actualizadas	8600	-	-	-	8600	Nacional	-	População em geral	703,836.00	1,363,238.10	2,067,074.10	
11			Piloto do Censo Realizado	1	-	-	-	1							
12			Número de Relatórios dos resultados do IOF 2025	1	-	-	-	1	Nacional	-	População em geral	-	4,500.00	4,500.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Reforço à Prevenção e Combate à Corrupção e aos Crimes Económicos e Financeiros																		
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Fortalecer os esforços de combate a actividades ilegais que afectam a economia, o sistema financeiro e a integridade da administração pública, promovendo um ambiente de integridade e transparência																		
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ⁶ 3M€)		Total (10 ⁶ 3M€)	Responsável					
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno							
1	Combate à corrupção		Número de processos julgados no Plenário	180	20	45	55	60	Nível Nacional	-	População em geral			304,400.00	MJRC					
2		Julgar processos no Plenário, no Contencioso Administrativo, no Contencioso Fiscal e Aduaneiro	Número de processos julgados no Contencioso Administrativo	285	15	50	90	130		-	População em geral					5,000.00	MJRC			
3			Percentagem de processos Julgados no Contencioso Fiscal e Aduaneiro	60%	10%	15%	15%	20%		-	População em geral							12,000.00	MJRC	
4		Emitir parecer de Conta de Gerência recebidos no ano n-1, findos até Março do ano n	Percentagem de processos de Conta de Gerência de n-1, findos até Março do ano n	100%	-	20%	35%	45%		-	População em geral				287,400.00	MJRC				
5		Emitir o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado	Relatório Parecer sobre a Conta Geral do Estado emitido	1	-	-	1	-	Nível Nacional	-	População em geral	-								MJRC
6		Realizar auditorias de Conta Geral do Estado (CGE) e da CCA	Número de auditorias a Conta Geral do Estado realizadas	105	15	25	30	35		-	População em geral	-				MJRC				
7			Número de auditorias realizadas pela CCA	300	55	70	85	90		-	População em geral						MJRC			
8			Publicar o relatório do Montante financeiro envolvido na sociedade com relação a processos de visto recusados ou devolvidos (desagregado em recusados e devolvidos).	Relatório do Montante financeiro devolvido ou recusado publicado	1	-	-	-	1		-	População em geral	-		-					
9	Combate a Corrupção	Fiscalizar, inspecionar e monitorar a legalidade dos actos da administração pública	Número de acções de fiscalização, inspecção e monitorias realizadas em todos os órgãos e serviços da Administração Pública realizadas	400	75	125	125	75	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	2,500.00	2,500.00	MAEFP					
10		Fiscalizar e inspecionar as áreas susceptíveis à prática de actos de corrupção	Número de acções de fiscalização e inspecção às áreas susceptíveis a prática de corrupção realizadas	72	6	31	23	12	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	1,600.00	1,600.00		MAEFP				
11		Apoiar os órgãos e sectores no Cumprimento da Estratégia de Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública	Número de órgãos e sectores que implementam o Plano de Acção Integrado da estratégia de Prevenção e Combate à corrupção (PAEPCCAP)	105	22	35	35	13	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	1,000.00	1,000.00			MAEFP			
12		Crear as comissões de monitoria e avaliação da EPCCAP ao nível distrital	Número de comissões de monitoria e avaliação da implementação da EPCCAP criadas ao nível dos distritos	35	7	10	8	10	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	5,000.00	5,000.00				MAEFP		
13		Realizar formação e capacitação com vista ao reforço da ética e deontologia profissional dos servidores públicos	Número de FAE's formados	1500	288	392	450	370	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	1,000.00	1,000.00					MAEFP	
14		Elaborar os planos municipais de prevenção e combate à corrupção	Número de municípios que implementam a EPCCAP	15	3	5	3	4	Nível Nacional	-	Administração pública em geral	-	1,300.00	1,300.00						MAEFP
15		Realizar Inspeções mineiras, de hidrocarbonetos e energia, incluindo administrativas do sector	Número de postos de abastecimento de combustíveis fiscalizados	865	25	160	330	350	Nacional	-	População em Geral	1,261,900	-	1,261,900						
16		Número de inspeções mineiras e de energia realizadas	131	31	40	40	20	Nacional	-	População em Geral	47,500	-	47,500	MIREME						
17		Instalar brigadas técnicas de avaliação e selagem de produtos minerais	Número de brigadas técnicas operacionalizadas	268	55	70	73	70	Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Nampula, Manica e Tete	-	População em Geral	3,250	-		3,250	MIREME				

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Descentralização e Desconcentração Administrativa e Financeira														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Fortalecer o processo de descentralização administrativa e financeira para promover o desenvolvimento regional equilibrado e uma governação mais eficaz e responsiva														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Governação Descentralizada e Participação Local	Revitalizar os conselhos consultivos locais a nível do distrito, Posto Administrativo e Localidade	Número de distritos, Postos Administrativos e localidades com conselho consultivos revitalizados	38	9	9	9	11	Nacional	-	População em geral	-	3,000.00	3,000.00	MAEFP	
66		Capacitar membros dos Conselhos Consultivos Locais (MCCL) e Autoridades Comunitárias (ACs)	Número de membros dos Conselhos Consultivos Locais (MCCL) e Autoridades Comunitárias (ACs) capacitadas	250	-	100	100	50	Nacional	-	População em geral	-	10,000.00	10,000.00		
66		Adquirir e distribuir conjuntos de fardamentos para as autoridades comunitárias	Número de conjuntos de fardamentos para as autoridades comunitárias adquiridos e distribuídos	1500	-	-	-	1500	Nível Central	-	População em geral	-	75,000.00	75,000.00		
PROGRAMA		COOPERAÇÃO														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		FORTALECER PARCERIAS ENTRE GOVERNO E PARCEIROS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Cooperação Internacional	Realizar conferências, Comissões Mistas, Diálogos e Reuniões Técnicas de diplomacia pública	Número de Conferências, Comissões Mistas, Diálogos, Reuniões Técnicas realizadas	1	-	-	1	0	Nacional	-	População em geral	-	220.00	480.00	MINEC	
2			Número de Visitas de Trabalho efectuadas	6	1	2	1	2	Nacional	-	População em geral	-	6,000.00	6,000.00	MINEC	
3			Número de visitas de Altas Individualidades Recebidas	2	-	1	1	-	Nacional	-	População em geral	-	100.00	100.00	MINEC	
4			Número de eventos realizados no âmbito da promoção da imagem da República de Moçambique, consolidação da paz e segurança globais, democracia e boa governação	8	2	2	2	2	Nacional	-	População em geral	-	2,055.00	2,055.00	MINEC	
5		Prosseguir e expandir a cooperação bilateral, multilateral, regional e continental	Número de eventos estatutários realizados junto dos organismos internacionais de que a República de Moçambique é membro (SADC, UA e ONU)	4	1	1	1	1	Nacional	-	População em geral	-	46,000.00	46,000.00	MINEC	
6			Número de Missões Diplomáticas e Consulares	2	-	1	-	1	Nacional	-	População em geral	-	128,000.00	128,000.00	MINEC	
7			Número de instrumentos jurídicos e parcerias estratégicas no âmbito da cooperação internacional	5	1	2	1	1	Nacional	-	População em geral	-	620.00	2,250.00	MINEC	
8			Número de Conferências, Comissões Mistas, Diálogos Políticos e Reuniões Técnicas	2	-	1	-	1	Nacional	-	População em geral	-	900.00	1,900.00	MINEC	
9			Promover e atrair o Investimento Directo Estrangeiro no âmbito da implementação da Diplomacia Económica, Maximizando o interesse nacional	Número de eventos realizados para a atracção de investimentos	2	-	1	-	1	Nacional	-	População em geral	-	690.00	1,620.00	MINEC
10				Número de Cimeiras e Conferências, Reuniões Ministeriais e Técnicas e Feiras realizadas para a promoção de produtos nacionais e de internacionalização das empresas e marcas nacionais	2	-	1	1	-	Nacional	-	População em geral	-	460.00	1,540.00	MINEC

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		COOPERAÇÃO													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		FORTALECER PARCERIAS ENTRE GOVERNO E PARCEIROS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10*3Mt)		Total (10*3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Cooperação Internacional	Estimular a contribuição dos Moçambicanos na diáspora para o desenvolvimento nacional, reforçando os laços de solidariedade entre a diáspora Moçambicana e o país	Número de Moçambicanos na diáspora assistidos de forma efectiva, conforme previsto na Lei, junto dos Governos dos países de acolhimento	30	8	7	9	6	Internacional	-	População em geral	-	180.00	180.00	MINEC
2			Número de moçambicanos repatriados massivamente e sensibilizados a observarem os procedimentos regulares de migração e encaminhados a zonas de origem dentro do país	4000	1200	1000	950	850	Internacional	-	População em geral	-	576.00	576.00	MINEC
3		Garantir a indivisibilidade, integridade e unidade territorial da República de Moçambique	Km de Fronteiras terrestres delimitadas e reafirmadas	100 km	-	-	60	40	Nacional	-	População em geral	-	9,330.00	9,330.00	MINEC
4			Km de Fronteiras Marítimas delimitadas e reafirmadas	4	1	1	1	1	Nacional	-	População em geral	-	-	-	-
5		Acolher as sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança (CCPDS), Reunião de Ligação Fronteira (OLC), Comissões Mistas de Cooperação Bilateral e outros fora.	Número de sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança, Reunião de Ligação Fronteira, Comissões Mistas de Cooperação Bilateral e outros fora acolhidas	3	CCPDS (1), OLC (1)	OLC (1)	-	-	Maputo	-	População em geral	-	6000	6000	MDN
6		Participar nas sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança (CCPDS), Reunião de Ligação Fronteira (OLC), Comissões Mistas de Cooperação Bilateral e outros fora.	Número de sessões anuais das Comissões Conjuntas Permanentes de Defesa e Segurança, Reunião de Ligação Fronteira, Comissões Mistas de Cooperação Bilateral e outros fora, Participadas	4	OLC (1)	CCPDS (1)	CCPDS (1)	OLC (1)	África do Sul e Eswatini	-	População em geral	-	2,500.00	2,500.00	MDN
7		Participar nas actividades dos fora de defesa a nível da ONU, UA, CPLP, UE, SADC	Número de actividades do fórum de defesa a nível da ONU, UA, CPLP, UE, SADC	25	SADC (1), UA (1), CPLP (4)	SADC (4), UA (1), CPLP (4)	SADC (1), CPLP (1), ONU (1) e UE (1)	SADC (2), CPLP (2), ONU (1) e UE (1)	Maputo, Lisboa, Brasil, Guiné-Bissau, Malawi, Eswatini, África do Sul, Etiópia e Nova Iorque	-	População em geral	-	1,500.00	1,500.00	MDN
8		Acolher a 4ª Reunião de Cooperação Técnico-Militar entre a República de Moçambique e a Federação da Rússia	Número de Reuniões de Cooperação Técnico-Militar acolhidas	1	-	-	-	1	Moçambique	-	-	-	-	-	MDN

PILAR II: PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE, DIVERSIFICAÇÃO E PRODUTIVIDADE

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR II		TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA													
PROGRAMA		ESTABILIDADE MACROECONÓMICA													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Assegurar um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, enfatizando a inclusão financeira, estímulo à poupança doméstica e ao investimento													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Gestão das Finanças Públicas	Financiar o empresariado local, especialmente as Micro, Pequenas e Médias empresas (MPME's) em diversos ramos de negócios e cadeias de valor de produção, transformação e prestação de serviços de agricultura, pesca, comércio, turismo transporte e comunicações	Número de MPMEs financiadas	136	20	68	25	20	Vale do Zambeze	-	População em geral	-	36.000.00	36000	MPD
2			Volume de financiamento as MPMEs (Milhões de Mts)	231000	-	57750	57750	115500	Vale do Zambeze	-	População em geral	-	1.900.00	1900	
3			Número de Fóruns Empresarial e de Agronegócios realizados	4	0	0	2	2	Vale do Zambeze	-	População em geral	-	48.000.00	48.000.00	
4			Número de negócios criados e financiados	200	20	60	80	40	Vale do Zambeze	-	População em geral	-	1.400.00	1.400.00	
5			Volume de financiamento para as iniciativas empresariais dos Jovens (milhões de meticais)	60000	6000	18000	24000	12000	Vale do Zambeze	-	População em geral	-	60.000.00	60000	
6	Implementar o Sistema de Contratação Pública electrónica e o Módulo de Administração do Património do Estado para Autarquias	Número de Unidades Gestoras Executoras das Aquisições com o Sistema de Contratação Pública electrónica implementado	Número de Unidades Gestoras Executoras das Aquisições com o Sistema de Contratação Pública electrónica implementado	195	-	-	195	-	Nacional	-	População em geral	-	350.00	350.00	MF
7			Número de autarquias integrados no Módulo de Administração do Património do Estado	13	-	-	13	-	Nacional	-	População em geral	-	350.00	350.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Produção, Produtividade, Diversificação e Produtividade													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na industrialização e no fortalecimento do sector agrário													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Indústria Transformadora	Implantar centros piloto de processamento de produtos minerais	Número de centros piloto de processamento de produtos minerais implantados	1	-	1	-	-	Namaacha	-	-	-	4500	4500	MIREME
3		Estabelecer a fábrica de processamento de café	Número de fábricas de processamento de café licenciadas e operacionais	1	-	-	-	1	Manica	-	População no Geral	-	15024	15024	
4		Integrar MPMEs industriais no programa de fortificação de alimentos	Número de novas MPME industriais integradas no programa de fortificação de alimentos	60	10	15	15	20	Nacional	-	Micro indústrias e população em geral	1,400.00	0	1,400.00	
7	Comércio e Serviços	Intermediar a comercialização de bens e serviços na bolsa de mercadorias	Volume de bens e serviços na bolsa de mercadoria (leilões e apreçoção por oferta) intermediadas	2247.2	170	170	950	957	Cabo Delgado, Nampula e Zambézia	-	Agricultores, armazenistas, comerciantes, agro-processadores, importadores e exportadores	5,000.00	0	-	ME
8		Estabelecer centros de agregação de valor	Número de centros de agregação de valor estabelecidos	1	-	-	-	1	Niassa, Zambézia e Manica	-	Intervenientes da cadeia de valor agrícola e população em geral	-	137900	-	
9		Financiar e prestar apoio técnico às MPMEs e empreendedores	Número de MPMEs assistidas e financiadas	11234	1997	3033	3663	2541	Nacional	-	MPMEs	-	0	-	
10		Implementar novos sistemas de certificação da qualidade de bens e serviços em padrões exigidos a nível Nacional e internacional	Número de novos sistemas de certificação da qualidade implementados	2	-	-	-	2	Nacional	-	População em Geral	7,546.00	-	-	
11	Turismo	Produzir a Conta Satélite do Turismo	Conta Satélite do Turismo produzida e publicada	1	-	-	1	-	Cabo Delgada, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo	-	Sector Público, Sector Privado, Turistas, Sociedade civil, população em geral	10,103.20	-	-	
12		Mapear atractivos turísticos e divulgar informação turística	Número de catálogos de atractivos turísticos produzidos	2	-	1	1	-	Niassa e Nampula	-	Turistas, operadores turísticos, pesquisadores académicos população em geral	1,470.00	0	-	
13			Número de Directórios do Turismo elaborados	1	-	-	1	-	Niassa, Nampula, Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo	-	Governo local, turistas, operadores turísticos, pesquisadores académicos comunidade local	460.00	0	-	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Produção, Produtividade, Diversificação e Produtividade														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na industrialização e no fortalecimento do sector agrário														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Agro-pecuária e Pescas	Garantir aumento da produção e produtividade	Toneladas de Cereais produzidas	3,409,045	-	-	3,409,045	-	Nacional	-	População em geral	-	3,422,500	-	MAAP	
2			Toneladas de Leguminosas produzidas	929,071	-	-	929,071	-	Nacional	-	População em geral	-	34,650	-		
3			Toneladas de Tubérculos produzidos	10,162,196	-	-	10,162,196	-	Nacional	-	População em geral	-	411,250	-		
4			Toneladas de Hortícolas produzidas	1,720,096	-	-	-	1,720,096	-	Nacional	-	População em geral	-	250,000		-
5			Toneladas de Tabaco produzidas	96,074	-	-	96,074	-	Nacional	-	População em geral	-	N/A	-		
6			Toneladas de cana-de-açúcar produzidas	2,064,724	-	-	2,064,724	-	Nacional	-	População em geral	-	N/A	-		
7			Toneladas de frutas produzidas	1,197,625	-	-	1,197,625	-	Nacional	-	População em geral	-	N/A	-		
8	Agro-pecuária e Pescas	Certificar a semente produzida	Toneladas de sementes certificadas e disponibilizada a tempo	15,730	4,700	4,700	4,800	1,530	Nacional	-	População em geral	-	33,100	-	MAAP	
9		Provisão de drogas carracidas para o controlo de carraças e prevenção de doenças por elas transmitidas	Número médio de banhos por animal por ano	16	-	-	-	16	Nacional	822,360	Produtores	232,000	348,000	-		
10		Realizar fomento pecuário para o melhoramento genético	Número de Touros melhorados disponibilizados	1,000	-	200	400	400	Nacional	1,000	Produtores	600,000	-	-		
11			Número de vaca inseminadas	10,000	-	3,000	4,000	3,000	Nacional	20,000	Produtores	-	1,200	-		
12		Garantir assistência técnica às unidades de produção pecuária	Toneladas de carnes produzida (Ton)	218,146	43,629	47,992	54,536	71,988	Nacional	-	Produtores	-	8,000	-		
13			Dúzias de ovos produzidas	40,000,000	8,000,000	10,000,000	10,800,000	11,200,000	Nacional	-	Produtores	-	5,000	-		
14			Litros de leite produzidos	3,046,503	761,626	761,626	761,626	761,626	Nacional	-	Produtores	-	5,000	-		
15		Produzir, distribuir e plantar mudas de cajueiros	Número de mudas de cajueiros distribuídas	4,763,000	2,381,500	1,190,750	1,190,750	-	Niassa(280000); Cabo Delgado (441000); Nampula (1213000);Zambézia(841000); Tete (45000); Maputo Cidade (244000); Sofala (364000); Inhambane (750000); Gaza (453000); Maputo Província (132000)	-	Produtores	-	92,050.00	-		
16		Realizar o tratamento químico de cajueiros contra pragas e doenças	Número de cajueiros tratados contra pragas e doenças	11,133,000	-	-	11,133,000	-	Niassa (99000); Cabo Delgado (2500000); Nampula (5381000); Zambézia (1193000); Tete (3000); Maputo Cidade (149000); Sofala (146000); Inhambane (1000000); Gaza (550000); Maputo (112000)	-	Produtores	-	160,000.00	-		

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Produção, Produtividade, Diversificação e Produtividade													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na industrialização e no fortalecimento do sector agrícola													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Agro-pecuária e Pescas	Realizar fomento de algodão e oleaginosas	Toneladas de algodão produzidas e comercializadas	24.000 toneladas de algodão caroço	-	-	7.200	16.800	Cabo Delgado(Balama, Montepuez, Namuno, Chiure), Nampula (Malema, Mecuburi, Lalaua, Monapo, Mugovolos, Meconta), Zambézia (Mocuba, Lugela), Manica (Guro, Bárue, Macossa, Tambara), Tete (Maçoe, Cahora - Bassa, Moatize, Doa) Sofala (Gorongosa, Maringue Chemba e Caia)	200000	Produtores	-	73.492,30	-	MAAP
2			Toneladas de oleaginosas produzidas e comercializadas	126.503 Ton de soja; 177.695 Ton de gergelim; 5.990 Ton de girassol; 271.424 Ton de amendoim	-	-	37.000 Ton de soja; 53.000 Ton de gergelim; 1700 Ton de girassol; 81.000 Ton de amendoim	89.500 Ton de soja; 124.600 Ton gergelim; 4290 Ton girassol; 269.700 Ton amendoim	Todo o País					-	
3		Capacitar extensionistas	Número de Extensionistas Capacitados	2.600	-	260	1.300	1.040	Cabo Delgado (303), Niassa (325), Nampula (324), Zambézia (322), Tete (179), Sofala (202), Manica (235), Inhambane (260), Gaza (176) e Maputo Província (182)	Total - 2.600 H - 1778 M - 822	Extensionistas	260.000.000,00	-	-	MAAP
4		Alocar Kits aos extensionistas (fardamento, botas, mochilas, motorizadas e tabletes) aos Extensionistas	Número de Kits de extensionistas alocados	1.500	363	471	399	267	Cabo Delgado (122), Niassa (148), Nampula (261), Zambézia (221), Tete (181), Sofala (158), Manica (122), Inhambane (115), Gaza (99) e Maputo Província (72)	Total - 1.500 H - 1.042 M - 458	Extensionistas	156.531,08	-	-	MAAP
5		Prestar assistência técnica e extensão rural aos agregados familiares (assistência integral)	Número de agregados familiares com acesso a assistência integral	1.287.600	257.520	643.800	263.829	122.451	Cabo Delgado (116389), Niassa (113094), Nampula (157194), Zambézia (185307), Tete (95626), Sofala (175414), Manica (133310), Inhambane (113094), Gaza (118041) e Maputo Província (80131)	Total - 1.287.600 H - 618.048 M - 669.552	-	32.556.00	52.300,00	-	MAAP

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Produção, Produtividade, Diversificação e Produtividade													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na industrialização e no fortalecimento do sector agrário													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ⁶ 3Mt)		Total (10 ⁶ 3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Agro-pecuária e Pescas	Alocar factores e meios de produção aos agregados familiares	Número de agregados familiares com acesso a diferentes tecnologias agrárias	103,900	7,300	16,000	47,900	32,700	MP (4,000), GZ (14,700), IB (10,500), NS (25,000), MN (9,300), SF (5,800), TT (4,400), ZB (6,000), NP (15,100), CD (9,100)	103,900	-	408,817.13	201312	-	MAAP
2		Emitir licenças para os utilizadores do espaço marítimo e costeiro	Número de licenças do espaço marítimo e costeiro emitidas	12600	2570	3090	3415	3525	Nacional	12600	-	-	1855.37	-	MAAP
3		Emitir Título de Uso de Aproveitamento do Espaço Marítimo	Número de Títulos de Uso de Aproveitamento do Espaço Marítimo emitidos	75	15	20	25	15	Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Zambézia, Angoche, Nacala e C. delgado	75	-	-	2874.3	-	MAAP
4		Estabelecer Unidades de Demonstração de Produção Aquícola	Número de unidades de demonstração de Produção Aquícola estabelecidas	47	1	17	14	15	Cabo Delgado (4), Niassa (10), Nampula (4), Tete (2) Zambézia (6), Sofala (6), Manica (3), Inhambane (5), Gaza (2), Maputo (4)	147(85H,63M)	-	11,620	31,290	-	MAAP
5		Prestar assistência técnica aos piscicultores de pequena escala	Número de piscicultores de pequena escala assistidos	8,011	1626	1898	2243	2244	Cabo Delgado (454), Niassa (550), Nampula (496), Tete (610), Zambézia (1653), Sofala (1067), Manica (800), Inhambane (810), Gaza (1110), Maputo (461)	8011(5057H, 2954M)	-	4,100	9,563	-	MAAP
6		Capacitar pescadores artesanais em tecnologia de pesca sustentável	Número pescadores artesanais capacitados em tecnologia de pesca sustentável	601	20	263	241	77	Niassa (61), Cabo Delgado (85), Nampula (75), Zambézia (41), Tete (78), Manica (50), Sofala (52), Inhambane (65), Gaza (129) e Maputo (39)	601(533H, 68M)	-	4,800	8,640	-	-
7		Capacitar pescadores, aquícultores processadores e comerciantes em tecnologia de pescado	Número de pescadores treinados em manuseamento, processamento e conservação de pescado	242	50	73	74	45	Cabo Delgado (25), Niassa (25), Nampula (25), Tete(25), Zambézia (29), Sofala (30), Manica (20), Inhambane (23), Gaza (20), Maputo (20)	242	-	975	1,030	-	-
8			Número de Aquícultores treinados em manuseamento, processamento e conservação de pescado	520	110	190	170	50	Cabo Delgado (45), Niassa (35), Nampula (75), Tete(70), Zambézia (75), Sofala (50), Manica (60), Inhambane (50), Gaza (30), Maputo (30)	520	-	975	1,595.00	-	-
9			Número de processadores treinados em manuseamento, processamento e conservação de pescado	780	160	245	245	130	Cabo Delgado (80), Niassa (90), Nampula (90), Tete(90), Zambézia (90), Sofala (75), Manica (60), Inhambane (80), Gaza (75), Maputo (80)	780	-	975	2,431.00	-	-
10			Número de comerciantes treinados em manuseamento, processamento e conservação de pescado	910	40	340	340	190	Cabo Delgado (65), Niassa (60), Nampula (120), Tete(80), Zambézia (120), Sofala (160), Manica (90), Inhambane (45), Gaza (105), Maputo (65)	910	-	975	2,810	-	-

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Produção, Produtividade, Diversificação e Produtividade														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Estimular o aumento da eficiência e eficácia produtiva, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas com potencial de desenvolvimento, com um foco especial na industrialização e no fortalecimento do sector agrário														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
11	Agro-pecuária e Pescas	Realizar a manutenção da acreditação de laboratórios	Mantida acreditação de laboratórios	3	-	3	-	-	Maputo, Sofala, Zambézia.	-	População em Geral	-	6,000.00	6,000.00	MAAP	
12		Realizar a certificação sanitária dos produtos da pesca e aquacultura	Volume de produtos pesqueiros exportados certificados (Ton)	9.200	1.840	2.760	2.760	1.840	Nacional	-	População em Geral	-	748.78	748.78	MAAP	
13			Volume de produtos pesqueiros importados certificados (Ton)	68.821,89	10.323,28	10.323,28	20.646,58	27.528,75	Nacional	-		-	4.243.10	4.243.10		
14		Licenciar sanitariamente unidades produtivas pesqueiras	Número de unidades produtivas licenciadas	1,481	1,000	392	60	29	Nacional	-	Industria Pesqueira	-	3,981.88	3,981.88	MAAP	
15		Financiar projectos no quadro da economia azul com foco na cadeia de valor da pesca artesanal (Programa Mais Peixe Sustentável - Projecto MozNorte)	Número de projectos de pesca artesanal financiados	320	320	-	-	-	Cabo Delgado (297) e Nampula (33)	T- 320 M-320	-	-	40,000.00	-	40,000.00	MAAP
16		Financiar pequenas e médias empresas no quadro da economia azul com foco na cadeia de valor do turismo e aquacultura de algas marinhas	Número de pequenas e médias empresas financiadas	2	-	2	-	-	Região Norte	-	Homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência que praticam várias actividades relacionadas com a pesca artesanal	-	20,000.00	6,475.00	26,475.00	MAAP
17		Financiar projectos no quadro da economia azul com foco na cadeia de valor da pesca artesanal resiliente	Número de projectos financiados em cadeia de valor da pesca artesanal	150	-	-	75	75	Cabo Delgado (12), Nampula (53), Zambézia (34), Sofala (36) e Inhambane (15)	T- 150 H- 75 M- 75	-	-	32,900.00	-	#VALUE!	MAAP
PROGRAMA		Ambiente de Negócios														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado reduzindo ao mínimo os obstáculos à actividade empresarial														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Facilitação do ambiente de negócios	Operacionalizar e-BAU nos distritos no âmbito da promoção da melhoria do ambiente de negócios	Número de distritos com a e-BAU operacional	20	1	6	10	3	Nacional	-	Agentes económicos	5760	-	-	ME	
2		Implementar reformas sectoriais	Número de Reformas sectoriais implementadas	5	-	-	-	5	Nacional	-	Agentes económicos	800	0	-	ME	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		EMPREGO, EMPREENDEDORISMO, AUTO-EMPREGO E TRABALHO DIGNO													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Garantir a absorção da força de trabalho, com ênfase na criação de oportunidades de emprego, estímulo ao empreendedorismo, auto-emprego e trabalho digno													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	EMPREGO	Operacionalizar centros de formação profissionais	Número de centros de formação profissional operacionais	#VALUE!	13	-	-	-	Vale do Zambeze	-	Candidatos ao Emprego	2,000.00	70,550.00	72,550.00	MPD-ADVZ
2		Realizar treinamentos para jovens	Número de jovens treinados	3300	495	990	990	825	Vale do Zambeze	-		-	2,927.88	2,927.88	
3	EMPREGO	Inserir Jovens em estágios pré-profissionais remunerados e não remunerados	Número de jovens beneficiários de estágios pré-profissionais	10,076	1,511	3,023	3,527	2,015	Niassa(530), Cabo Delgado(589), Nampula(1962), Zambézia(697), Tete(623),Manica(829), Sofala(1341),Inhambane(437), Gaza(680), Maputo Província(1617) e Maputo Cidade(771).	10,076	Candidatos ao Emprego	0.00	0.00	0.00	MJD
4		Realizar sessões de orientação profissional aos candidatos ao emprego	Número de candidatos ao emprego orientados	18,966	3,486	5,176	5,701	4,603	Niassa(1728), Cabo Delgado(1701), Nampula(2145), Zambézia(1285), Tete(1641),Manica(864), Sofala(2952),Inhambane(1359), Gaza(1333), Maputo Província(1956) e Maputo Cidade(2002).	18,966	Candidatos ao Emprego	0.00	3,800.00	3,800.00	
5	Empreendedorismo	Alocar kits para o auto-emprego, no âmbito do Programa Meu Kit, Meu Emprego	Número de kits de auto-emprego alocados	728	35	139	392	162	Niassa(40), Cabo Delgado(105), Nampula(98), Zambézia(68), Tete(56),Manica(126), Sofala(63),Inhambane(54), Gaza(43), Maputo Província(40) e Maputo Cidade(35).	2912 Jovens	-	-	46,362.00	#VALUE!	MJD
6		Realizar Feiras Nacionais de Emprego e Empreendedorismo	Número de Feiras nacionais de Emprego e Empreendedorismo realizadas	1	-	-	1	-	Niassa (Lichinga)	2000 Jovens	-	-	6,845.00	#VALUE!	
7		Disponibilizar subvenções de apoio a criação e formalização de iniciativas empreendedoras	Número de beneficiários de subvenção de apoio a criação e formalização de iniciativa empreendedoras	2,000	-	-	1,000	1,000	Niassa (300), Cabo Delgado (100), Nampula (220), Zambézia (220), Tete (200), Manica (200), Sofala (200), Inhambane (100), Gaza (100), Maputo (260) e Cidade de Maputo (100)	2,000	-	200,000.00	-	#VALUE!	
8		Disponibilizar bolsas de formação profissional e serviços de apoio	Número de beneficiários de bolsas formativas e serviços de apoio	10,000	-	5,000	5000	-	Niassa (300), Cabo Delgado (800), Nampula (1200), Zambézia (1200), Tete (1000), Manica (1000), Sofala (1000), Inhambane (500), Gaza (500), Maputo (1500) e Cidade de Maputo (1000)	10,000	-	300,000.00	-	#VALUE!	
9		Financiar iniciativas juvenis , no âmbito do Fundo de Apoio a Iniciativas Juvenis (FAIJ)	Número de projectos de jovens financiados para geração de emprego	160	-	-	-	160	Por Definir	800	-	-	33,000.00	#VALUE!	
10	Trabalho Digno	Capacitar intervenientes-chave em matéria de prevenção e combate ao trabalho infantil	Número de intervenientes-chave capacitados	550	-	200	250	100	Cidade de Maputo (50); Província de Maputo (50); Gaza. (50); Inhambane (50); Sofala (50); Manica. (50); Tete (50); Zambézia (50); Nampula (50); Cabo Delgado (50) e Niassa (50).	550	-	-	1,690.00	#VALUE!	MTGAS
12		Promover acções de resolução extrajudicial de conflitos laborais	Porcentagem de acordos de conciliação e mediação laboral	87%	87%	87%	87%	87%	Maputo Cidade (87%); Maputo Província (87%); Gaza. (87%); Inhambane (87%); Sofala (87%); Manica (87%); Tete (87%); Zambézia (87%); Nampula (87%); Cabo Delgado (87%) e Niassa (87%).	-	Classe Laboral	-	1,300.00	#VALUE!	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Investigação Científica, Tecnologia e Inovação													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, inovação e a Transferência de Tecnologia													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10*3Mt)		Total (10*3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Tecnologias e Inovação	Estabelecer o centro Comunitário de Inclusão Digital	Centro multimédia operacional	4	-	-	2	2	Machanga Panda Marracuene Chitima	-	População em Geral	17,640.00	16,355.37	33,995.37	MCTD
2		Realizar assinaturas digitais no âmbito da operacionalização do sistema de certificação digital	Número de assinaturas digitais realizada	2000	-	-	-	2000	Nacional	-	População em Geral	40,000.00	-	40,000.00	
3		Operacionalizar a plataforma de interoperabilidade	Número de sistemas integrados na plataforma de interoperabilidade	5	-	-	-	5	Nacional	-	População em Geral	350,000.00	-	350,000.00	
4		Desenvolver o portal único de serviços públicos digital no modo produção	Número de serviços públicos integrados ao portal do cidadão	5	-	-	5	-	Nacional	-	População em Geral	320,000.00	-	320,000.00	
5	Tecnologias e Inovação	Incubar pequenas empresas de exploração sustentável de bio óleos vegetais	Número de start-ups incubadas	5	5	-	-	-	Nacional	-	População em Geral	-	2600	#VALUE!	MEC
6	Investigação Científica	Pesquisar minerais críticos em áreas potenciais	Número de áreas potenciais pesquisadas e relatórios produzidos.	3	-	1	1	1	Provincias de Manica, Tete e Niassa	-	População em Geral	-	2934.32	2934.32	MIREME
7		Produzir Mapas Geológicos e Geofísicos em áreas potenciais de ocorrência de minerais e realizar mapeamento geoquímico regional de Moçambique	Número de mapas geológicos produzidos	3	-	-	-	3	Provincias de Gaza e Nampula	-	-	-	6411.3	6411.3	MIREME
8		Produzir doses de vacinas (I2-New Castle, Carbúnculo Hemático e Carbúnculo Sintomático)	Número doses de Vacinas New Castle produzidas	47,069,750	11,767,437	11,767,437	11,767,437	11,767,437	Cidade de Maputo	-	População em Geral	-	2,718	2,718	MAAP
9			Número Carbúnculo Hemático produzido	2,879,250	2,879,250	-	-	-	Cidade de Maputo	-	População em Geral	-	2,000	2,000	
10	Número Carbúnculo Sintomático produzido		893,200	893,200	-	-	-	Cidade de Maputo	-	População em Geral	-	2,000	2,000		
11	Desenvolver e libertar variedades de culturas com alto valor produtivo nutritivos e resilientes às mudanças climáticas.	Variedades de culturas libertas	5	-	-	-	5	Nacional	-	População em Geral	-	-	-		
12	Produzir sementes básicas, no âmbito do Desenvolvimento de tecnologias melhoradas	Toneladas de semente básica produzida	351	-	-	-	351	Nacional	-	População em Geral	-	-	-		
PROGRAMA		Investigação Científica, Tecnologia e Inovação													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, inovação e a Transferência de Tecnologia													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10*3Mt)		Total (10*3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Investigação Científica	Financiar os projectos de Investigação Científica, Transferência de Tecnologia e Inovação	Número de projectos e Investigação Científica, Transferência de Tecnologia e Inovação financiados	15	-	-	5	10	Nacional	-	População em Geral	11,000.00	3,075.00	14,075.00	MEC
3		Premiar Investigadores e Inovadores em investigação científica	Número de Investigadores e inovadores premiados	5	-	-	-	5	Cidade de Maputo	5	Investigadores e Inovadores	0.00	1,000.00	1,000.00	MEC
6		Requalificar e apetrechar laboratórios de Biotecnologia	Número de laboratórios apetrechados	1	1	-	-	-	Cidade de Maputo	-	População em Geral	-	3,000.00	#VALUE!	MEC

PILAR III: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR III		TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA													
PROGRAMA		POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento no desenvolvimento humano, visando garantir o crescimento sustentável da população e a melhoria das condições de vida													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta anual				Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.	
									Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Cuidados de Saúde Primários	Formar novos Agentes Polivalentes de Saúde (APS)	Número de Agentes Polivalentes de Saúde Formados	1000	-	-	-	1000	Niassa (120); Cabo Delgado (80); Nampula (120); Zambézia (120); Tete (100); Manica (100); Sofala (120); Inhambane (60); Gaza (140); Maputo - Província (40)	-	População em Geral	126,160.00	-	126,160.00	MISAU
2		Adquirir e distribuir medicamentos essenciais para as Unidades Sanitárias (US)	Percentagem de disponibilidade de medicamentos essenciais nas unidades sanitárias	90%	-	-	-	90%	Nacional	-	População em Geral	-	6,963,566.02	6,963,566.02	
3	Doenças Transmissíveis e não transmissíveis	Vacinar completamente crianças menores de 1 ano	Número de crianças completamente vacinadas	1 127 349/1186 683 (95%)	281837	563674	845512	1127349	Niassa (85703); Cabo Delgado (97570); Nampula (231471); Zambézia (232130); Tete (112580); Manica (90885); Sofala (99100); Inhambane (42479); Gaza (42797) Maputo Província (69759) e Maputo Cidade (22874)	-	Crianças menores de 1 ano	115,856.29	-	115,856.29	
4	Gestão e Administração do Sistema de Saúde	Formar profissionais de saúde (técnicos especializados)	Número de técnicos especializados formados	96	-	-	-	96	Nacional	-	População em Geral	74,223.00	-	74,223.00	
5	Acesso a Energia	Electrificar as Sedes dos Postos Administrativos	Número de Sedes de Postos Administrativos com acesso a energia através da REN	2	-	-	-	2	Manica (Mungari), Cabo Delgado (Nairoto)	-	População em Geral	-	1,380,181.89	1,380,181.89	MIREME
6			Número de Sedes de Postos Administrativos com acesso a energia fora da REN	1	-	-	-	1	Nsazo (Chifunde, Tete)	-	População em Geral	-	168,000.00	168,000.00	
7		Prosseguir com a massificação de soluções de uso de energias limpas	Número de residências com ligações domiciliare de gás natural	200	-	-	-	200	Maputo	-	População em Geral	-	90,000.00	90,000.00	
8			Número de residências que usam GPL (Botijas de gás)	25,000.00	-	-	15,000.00	10,000.00	Nacional	-	População em Geral	-	3,155,741.00	3,155,741.00	
9	Educação Pré-Escolar	Expandir a educação pré-escolar para a criança de 0-5 anos	Número de crianças dos 0 aos 5 anos atendidas nos Centros Infantis e Escolas Comunitárias	160,137	160,137	-	-	-	Centros Infantis Públicos (1.558): Niassa (52), C. Delgado (120), Nampula (200), Zambézia (123), Tete (103), Gaza (90) e Cidade de Maputo (870), Centros Infantis Privados (63.082): Niassa (3.858), Cabo Delgado (610), Nampula (12.000), Zambézia (425), Tete (3.300), Manica (4.234), Sofala (2.045), Inhambane (1.455), Gaza (1.560), Maputo (21.685), Maputo Cidade (11.910), Escolas Comunitárias (95.497); Niassa (4.796); C. Delgado (6.720), Nampula (22.304), Zambézia (2.675), Tete (12.000), Manica (6.840), Sofala (12.677), Inhambane (2.881), Gaza (10.212), Província de Maputo (12.392) e Cidade de Maputo (2.000).	H-76,866 M-83,271	-	12,000.00	-	12,000.00	MTGAS
10			Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos centros infantis e Escolas Comunitárias	721	721	-	-	-	Centros Infantis Públicos (32): C. Delgado (6), Gaza (8) e Cidade de Maputo (18), Centros Infantis Privados (341): Niassa (34), Cabo Delgado (8), Nampula (40), Zambézia (28), Tete (12), Manica (10), Sofala (56), Inhambane (35), Gaza (20), Maputo (68), Cidade de Maputo (30) Escolas Comunitárias (348): Niassa (43), C. Delgado (20), Nampula (40), Zambézia (15), Tete (15), Manica (10), Sofala (78), Inhambane (7); Gaza (68), Província de Maputo (43) e Cidade de Maputo (9) .	H- 346 M- 375	-	1,500.00	-	1,500.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR III		TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA														
PROGRAMA		POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento no desenvolvimento humano, visando garantir o crescimento sustentável da população e a melhoria das condições de vida														
Número ORDEM	Subprogrma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3M)		Total (10³3M)	Resp.	
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
11			Número de jovens formados	16.452	2.660	4.499	4.936	4.357	Niassa (1070)Cabo Delgado (2623), Nampula (2118), Zambézia (884), Tete (1636), Manica (1050), Sofala (1300), Inhambane (1117), Gaza (999), Maputo (1540) e Maputo Cidade (2115)	T-16452; H - 10347; M-6105	-	1.316,160.00	-	1.316,160.00	MJD	
12	Educação Profissional	Formar jovens em cursos profissionalizantes no âmbito do "saber fazer"	Número de formadores admitidos	130	-	-	-	130	Niassa (12), Cabo Delgado (12), Nampula (12), Zambézia (12), Tete (12), Manica (12), Sofala (12), Inhambane (12), Gaza (11), Maputo (12) e Cidade de Maputo (11)	130 Candidatos	-	-	27.80	27.80	MJD	
13			Número de formadores capacitados	75	-	-	75	-	Niassa (5), Cabo Delgado (10), Nampula (5), Zambézia (5), Tete (10), Manica (5), Sofala (10), Inhambane (5), Gaza (10), Maputo (5) e Cidade de Maputo (5)	Total -75 H -45 M -30	-	-	17.80	17.80	MJD	
5	Educação Profissional	Realizar accoes para garantir a qualidade da formacao e a insercao laboral dos graduados do ETP	Percentagem de Rapařigas que frequentar cursos do CTEM	28,6%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	-	-	-	MEC	
6			Percentagem dos graduados do ETP que obtem emprego na sua area de formacao	60%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	-	-	5.210,00		
7			Taxa de empregabilidade dos graduados de Educacao Profissional	47,8%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	5.210,00	-	5.210,00		
15			Apretechar os Institutos do Ensino Técnico Profissional	Número de institutos apretechados	1	-	-	-	1	Provincia de Sofala - Instituto Medio Politecnico de Gorongoza	182	-	-	55.635.90		55.635.90
15	Educação Geral	Imprimir e distribuir livro escolar para todas as escolas primárias	Número de livros impressos e distribuidos	15,062,700	15,062,700	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	738,600.00	469,170.93	1,207,770.93	MEC	
16			Adquirir e distribuir carteiras escolares	Número de carteiras adquiridas e distribuidas	5,161	5,161	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	-	43,868.50	43,868.50		
17			Fornecer lanche escolar (refeições diversificadas e balanceadas) aos alunos do Ensino Primário e básico	Número de alunos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE)	796,158	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	1,375,611.25	-	1,375,611.25		
18			Contratar Facilitadores para escolinhas comunitarias	Número de facilitadores para escolinhas comunitarias contratados	1.538	-	-	-	Todo o Pais	-	Populaçao em Geral	-	43,235.00	43,235.00		
19	Educação de Adultos	Contratar alfabetizadores para jovens e adultos	Número de alfabetizadores contratados	10,260	10,260	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao em Geral	-	153,900.00	153,900.00		
20	Educação Profissional	Formar Formadores e Gestores	Número de formadores formados em Certificado B	950	-	-	-	950	Todo Pais	-	Formadores do Ensino Tecnico Profissional	37,620.00	-	37,620.00	MEC	
21				Número de formadores formados na area Tecnica e Tecnologica	400	-	-	-	400	Todo Pais	-	Formadores do Ensino Tecnico Profissional	15,440.00	-		15,440.00
22				Número de Gestores formados em Certificado A	300	-	-	-	300	Todo Pais	-	Gestores das Instituicoes do Ensino Tecnico Profissional	14,250.00	-		14,250.00
23			Realizar Accões tendentes a retenção e inclusão de formandos no ETP	Taxa bruta de escolarizacao no Ensino Tecnico Profissional	8,6%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	13,351.00	-		13,351.00
24				Taxa da Rapařiga a frenquentar qualificacoes do CTEM	28,6%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	-	-		-
25			Realizar accoes para garantir a qualidade da formacao e a insercao laboral dos graduados do ETP	Percentagem dos graduados do ETP que obtem emprego na sua area de formaçao	60%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	5,210,00	-		5,210,00
26				Taxa de empregabilidade dos graduados de Educacao Profissional	47,8%	-	-	-	-	Todo Pais	-	Populaçao estudantill	-	-		-
27		Apretechar os Institutos do Ensino Técnico Profissional	Número de institutos apretechados	1	-	-	-	1	Provincia de Sofala - Instituto Medio Politecnico de Gorongoza	182	-	-	55.635.90	55.635.90		
28	Ensino Superior	Ampliar o acesso ao ensino superior tendo em conta a equidade de género, região e CTEM	Número de estudantes do ES matriculados	291.008	-	-	-	291.008	Todo Pais	-	-	-	-	-		
29			Número de IES criadas	4	-	-	-	4	Todo Pais	4	-	-	-	-		
30			Financiar projectos para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem através de fundos competitivos -FDI	Número de desembolsos efectuados	100	-	-	-	-	Todo Pais	-	-	537,624.00	-	537,624.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR III		TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA													
PROGRAMA		POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover o equilíbrio entre o crescimento demográfico e o investimento no desenvolvimento humano, visando garantir o crescimento sustentável da população e a melhoria das condições de vida													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
31	Acesso a transportes	Adquirir autocarros para o transporte público urbano de passageiros	Número de autocarros para o transporte público adquiridos	25	-	-	-	25	Autocarros: Maputo Cidade e Província 05 cada e Sofala 10; Viaturas Mistas Inhambane, Tete; Gaza; Sofala e Maputo Prov. (1 cada)	-	População em Geral	-	151,833.40	151,833.40	MTL
32		Adquirir locomotivas	Número de Locomotivas adquiridas	6	2	2	2	-	Nacional	-	População em Geral	1,365,000.00	-	241,152.51	
33		Adquirir barcos de carga para Gasóleo e Gasolina	Número de barcos de carga adquiridos	2	-	-	-	2	Beira	-	População em Geral	-	1,088,000.00	1,088,000.00	
34		Adquirir navios Balizadores (Fase 2)	Número de navios balizadores adquiridos	1	-	-	-	1	Nacional	-	População em Geral	-	300,000.00	300,000.00	
35		Adquirir Aeronaves	Número de Aeronaves Adquiridas e Substituídas	3	-	-	-	3	Nacional	-	População em Geral	-	-	-	
36		Adquirir equipamento de fiscalização ferroviária	Número de equipamentos de inspecção e fiscalização adquiridos	6	-	-	-	6	Mputo Cidade	-	População em Geral	-	150,000.00	150,000.00	
37		Adquirir equipamentos de segurança e fiscalização marítima (Viaturas e Barcos)	Número de equipamento de segurança e fiscalização adquirido	10	-	-	-	-	Nacional	-	População em Geral	-	22,948.40	22,948.40	
38		Adquirir equipamentos para ajuda à navegação	Número de bóias e acessórios adquiridos	30	-	-	-	30	Sofala	-	População em Geral	-	53,422.70	53,422.70	
39		Adquirir coletes salva vidas para os transportadores marítimos de passageiros	Número de Coletes Adquiridos	2000	-	-	-	2000	Sofala	-	População em Geral	-	8,000.00	8,000.00	
40		Reabilitar o Farol Macuti (2ª fase)	Percentagem de Execução alcançada	70%	15%	15%	20%	20%	Sofala	-	População em Geral	-	35,422.70	35,422.70	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR III		TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA													
PROGRAMA		PROTECÇÃO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL E EQUIDADE													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis promovendo assim uma sociedade justab e solidária													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3M)		Total (10³3M)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Assistência Social	Prestar assistência social a pessoas ou agregados familiares vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade	Número de Agregados Familiares vivendo abaixo da linha de pobreza recebendo Subsídio Social Básico (PSSB)	679,556	679,556	-	-	-	Niassa (94.860), Cabo Delgado (74.338), Nampula (153.135), Zambézia (68.080), Tete (51.311), Manica (42.530), Sofala (44.820), Inhambane (45.983), Gaza (51.695), Maputo (37.954), Cidade de Maputo (14.850).	M-353.369 H-326.187	-	560,535.45	2,501,460.99	3,061,996.44	MTGAS
2			Número de Agregados Familiares vivendo abaixo da linha de pobreza recebendo Apoio Social Directo (PASD)	112,896	112,896	-	-	-	Niassa (2.350), Cabo Delgado (2.117), Nampula (4.672), Zambézia (3.457), Tete (6.068), Manica (510), Sofala (32.190), Inhambane (5.915), Gaza (29.586), Maputo (2.430), Cidade de Maputo (787).	M-58.706 H-54.190	-	867,520.00	525,315.46	1,392,835.46	MTGAS
3			Número de pessoas desamparados acolhidas nas unidades sociais (PAUS)	9,830	9,830	-	-	-	Niassa (850), Cabo Delgado (830), Nampula (2.095), Zambézia (1.095), Tete (575), Manica (510), Sofala (780), Inhambane (580), Gaza (995), Maputo (695), Cidade de Maputo (825).	M-5.112 H-4.718	-	-	74,348.55	74,348.55	MTGAS
4			Número de Agregados Familiares vivendo abaixo da linha de pobreza assistidos no Programa Acção Social Produtiva (PASP)	55,575	-	-	55,575	-	Niassa (6.000), Cabo Delgado (600), Nampula (1.500), Zambézia (1.800), Tete (5.600), Manica (6.725), Sofala (9.400), Inhambane (8.900), Gaza (10.500), Maputo (4.550)	M-28.899 H-26.676	-	-	500,175.00	500,175.00	MTGAS
5	Assistência Social	Prestar assistência social a pessoas ou agregados familiares vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade	Número de Agregados Familiares vivendo abaixo da linha de pobreza assistidos no Programa Serviços de Acção Social (ProSAS)	2,093	161	483	805	644	Niassa (208), Cabo Delgado (221), Nampula (299), Zambézia (286), Tete (195), Manica (156), Sofala (169), Inhambane (182), Gaza (182), Maputo (91)	M-1088 H-1005	-	-	4,400.13	4,400.13	MTGAS
6			Número de crianças vulneráveis que receberam pelo menos três serviços básicos	147,573	55,104	36,493	35,874	20102	Niassa (524), Cabo Delgado (6.700), Nampula (34.638), Tete (15.500), Manica (6.611), Sofala (5.200), Inhambane (14.000), Gaza (20.000), Maputo (18.845), Cidade de Maputo (25.555).	M- 74,492 H-73,081	-	10,000.00	-	10,000.00	MTGAS
7			Número de crianças em situação de rua reintegradas	164	34	45	47	38	Nampula (55), Tete (5), Manica (22), Sofala (16), Gaza (7), Maputo (25), Cidade de Maputo (34).	M -108 H-56	-	1,000.00	-	1,000.00	MTGAS
8			Número de crianças vítimas de uniões prematuras reunificadas na família	936	242	282	278	134	Niassa (120), Cabo Delgado (34), Nampula (301), Tete (20), Manica (71), Sofala (24), Inhambane (67), Gaza (75), Maputo (69)	936	-	1,000.00	-	1,000.00	MTGAS
9			Número de crianças vítimas de uniões prematuras integradas no ensino geral e profissional	801	237	198	242	124	Niassa (45), Cabo Delgado (208), Nampula (143), Tete (14), Manica (210), Sofala (24), Inhambane (71), Gaza (15), Maputo (71)	801	-	1,000.00	-	1,000.00	MTGAS
10			Número de crianças vítimas de uniões prematuras assistidas em protecção alternativa	176	37	40	56	43	Niassa (15), Cabo Delgado (49), Nampula (40), Manica (15), Sofala (24), Inhambane (4), Gaza (1), Maputo (28)	176	-	2,000.00	-	2,000.00	MTGAS
11			Número de pessoas idosas em situação de rua orientadas	130	24	31	37	38	Niassa (2), Nampula (35), Tete (54), Manica (6), Sofala (10), Gaza (4), Maputo (4) e Cidade de Maputo (15).	M-70 H-60	-	1,000.00	-	1,000.00	MTGAS
12			Número de crianças assistidas pelos comités comunitários de protecção a criança	114,898	30,324	39,126	27,778	17670	Niassa (5.179), Cabo Delgado (3.180), Nampula (35.306), Tete (13.500), Manica (21.800), Sofala (7.574), Inhambane (12.000), Gaza (13.800), Maputo (2.184), Cidade de Maputo (375).	M- 59,747 H-55,151	-	2,000.00	-	2,000.00	MTGAS

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR III		TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA													
PROGRAMA		PROTEÇÃO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL E EQUIDADE													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis promovendo assim uma sociedade justab e solidária													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
13	Assistência Social	Assistir os combatentes e seus descendentes	Número de combatentes assistidos	2.162	452	440	830	440	Nacional	2.162	Combatentes e Cônjuges sobrevivios	-	135.166,00	135.166,00	MICO
14		Financiar projectos socioeconómicos dos combatentes	Número de projectos financiados	35	-	10	15	10	Nampula - 5, Sofala - 5, Zambézia - 5, Província de Maputo - 5, Cidade de Maputo - 2, Gaza - 8 e Manica - 5	H - 25 M - 10	-	3.500,00	3.500,00		
15	Segurança Social	Inscrever trabalhadores no Sistema de Segurança Social	Número de trabalhadores por conta de outrem inscritos no Sistema de Segurança Social	98.201	19.640	29.460	29.460	19.641	Niassa (6.632), Cabo Delgado (6.100), Nampula (9.879), Zambézia (8.736), Tete (8.647), Manica (6.563), Sofala (13.600), Inhambane (6.266), Gaza (4.787), Maputo (16.511), Cidade de Maputo (10.480).	-	98201	-	-	-	MTGAS
16			Número de empresas inscritas no Sistema de Segurança Social	16.234	3.247	4.870	4.870	3.247	Niassa (567), Cabo Delgado (725), Nampula (1.978), Zambézia (1.075), Tete (1.040), Manica (1.002), Sofala (1.650), Inhambane (808), Gaza (452), Maputo (1.944), Cidade de Maputo (4.993).	-	16234	-	-	-	
17			Número de trabalhadores por conta própria inscritos no sistema de segurança social	11.805	2.361	3.542	3.541	2.361	Dispora (843), Niassa (513), Cabo Delgado (500), Nampula (981), Zambézia (919), Tete (839), Manica (1.037), Sofala (1.557), Inhambane (903), Gaza (641), Maputo (1.460), Cidade de Maputo (1.612).	-	11805	-	-	-	
18		Garantir a fixação e pagamento de pensões dos FAE's, Militares e Combatentes.	Número de pensões fixadas	4265	-	-	-	4265	Todo País	237.000 H-139.427 F-97.573	-	-	2.545,18	2.545,18	MF
19		Concluir a prova de vida biometrica dos pensionistas sobre gestão do inps	percentagem de instituições públicas que disponibilizam informação e garantem o seu acesso a pessoas	100%	-	-	-	100%	Nacional	237.000 H-139.427 F-97.574	-	-	223,93	223,93	

PROGRAMA		JUVENTUDE													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promoção, empoderamento e o desenvolvimento integral dos jovens, buscando proporcionar ferramentas e oportunidades de aprendizagem, crescimento pessoal e participação activa na economia e sociedade													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Annual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Gestão e Participação Juvenil	Premiar jovens criativos e inovadores que se destacam nas suas comunidades	Número de jovens premiados	165	-	-	165	-	Niassa (15), Cabo Delgado (15), Nampula (15), Zambézia (15), Tete (15), Manica (15), Sofala (15), Inhambane (15), Gaza (15), Maputo (15) e Cidade de Maputo (15)	165	-	-	500,00	500,00	MJD
2		Realizar sessões de diálogo com jovens, no âmbito da implementação da política da juventude	Número de jovens abrangidos pelos diálogos	1.228.392	244080	280368	299160	404784	Niassa (84.672), Cabo Delgado (151.632), Nampula (168.480), Zambézia (177.120), Tete (122.040), Sofala (73.440), Manica (129.168), Inhambane (77.760), Gaza (138.240), Maputo (86.400) e Cidade de Maputo (19.440)	-	População jovem	-	800,00	800,00	
3		Financiar o Conselho Nacional da Juventude de modo a desenvolver as suas actividades	Número de Associações Juvenis apoiadas	2	-	2	-	-	Nível Central (Conselho Nacional da Juventude e CNV)	2	-	-	5.380,00	5.380,00	
4	Iniciativas Juvenis e habilidades para a vida	Formar e sensibilizar adolescentes e jovens em matérias de saúde sexual e reprodutiva, diminuição de uniões prematuras, casamentos prematuros e gravidezes precoces, HIV, malnutrição, malefícios de álcool e outras drogas no âmbito do programa geração BIZ	Número de activistas formados	2.224	-	240	1.100	884	Niassa (154), Cabo Delgado (210), Nampula (300), Zambézia (300), Tete (150), Manica (150), Sofala (210), Inhambane (150), Gaza (210), Maputo (210) e Cidade de Maputo (180)	2.224,00	-	18.600,00	-	18.600,00	
5		Número de adolescentes e jovens sensibilizados	1.011.482	114.188	489.253	261.115	146.926	Niassa (93.480), Cabo Delgado (79.712), Nampula (118.755), Zambézia (143.480), Tete (68.659), Manica (93.532), Sofala (65.705), Inhambane (56.361), Gaza (80.280), Maputo (128.000) e Cidade de Maputo (83.518)	1.011.482,00	-	2.000,00	-	2.000,00		

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		Cultura e Desporto													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promoção da paz, solidariedade, equidade, coesão e integração social, a valorização da identidade cultural e das artes, o incentivo à prática da actividade física, desportiva e recreativa.													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Desporto para todos	Apoiar a realização de Torneios desportivos, no âmbito da massificação, lazer e manutenção física	Número de praticantes envolvidos nos Torneios desportivos	356,349	107,711	93,488	59,401	95,749	Niassa (23.740), Cabo Delgado (31.050), Nampula (40.959), Zambézia (24.051), Tete (35.350), Manica (36.506), Sofala (30.432), Inhambane (32.550), Gaza (60.500), Maputo (26.432) e Cidade de Maputo (20.779)	356,349	-	-	450.00	450.00	MJD
2		Distribuir kits para a massificação desportiva	Número de kits Distribuídos	4,207	300	450	2243	1214	Niassa (300), Cabo Delgado (720), Nampula (194), Zambézia (1.393), Tete (850), Manica (330), Inhambane (120), Gaza (200) e Cidade de Maputo (100)	356,349	-	-	200.00	200.00	
4	Desporto de Rendimento	Financiar actividade desportiva através de contrato programa com os organismos desportivos nacionais	Volume de financiamento a actividade desportiva, através de contrato programa (Milhões de Mts)	783.07	-	783.07	-	-	Nacional	-	População em Geral	-	783.07	783.07	
5		Acolher eventos desportivos internacionais no país com impacto na economia, cultura e turismo	Número de eventos desportivos acolhidos	4	1	1	1	1	Jogos da Região 5 da União Africana (AUSC-R5), Torneio Regional de Boxe, Circuitos Internacionais de Ténis, Circuito Internacional de Voleibol, Jogos de Qualificação de Futebol e Basquetebol, Cosafa, AfroBasket, entre outros	-	Atletas Nacionais e Internacionais	-	200.00	200.00	
7		Realizar a Gala Nacional do Desporto, no âmbito das distinções dos praticantes e agentes desportivos	Número de praticantes e agentes desportivos distinguidos nas Galas Nacionais	56	-	-	56	-	Nacional	56	-	-	200.00	200.00	
8	Medicina Desportiva e Controle Anti-Doping	Realizar inspeções médicas dos atletas, no âmbito de Medicina Desportiva	Número de atletas inspecionados	7,254	1,668	2,539	1,959	1,088	Niassa (190), Cabo Delgado (170), Nampula (417), Zambézia (417), Tete (310), Manica (370), Sofala (400), Inhambane (190), Gaza (270), Maputo (430) e Cidade de Maputo (4090)	7	-	-	0.00	0.00	
9		Formar educadores de pares anti doping	Número de agentes desportivos formados ou especializados na área da medicina desportiva	12	-	12	-	-	Nacional	12	-	-	100.00	100.00	
10		Realizar os Testes de Controle de Doping	Número de testes anti doping realizados	70	16	25	18	11	Inhambane (2), Gaza (2), Maputo (4) e Cidade de Maputo (62)	70	-	-	100.00	100.00	
11	Formação e Investigação Desportiva	Formar agentes desportivos	Número de agentes desportivos formados	2,441	561	854	659	367	Niassa (195), Cabo Delgado (190), Nampula (285), Zambézia (235), Tete (190), Manica (190), Sofala (200), Inhambane (190), Gaza (190), Maputo (283) e Cidade de Maputo (293)	2,441	-	-	100.00	100.00	

PROGRAMA		GÉNERO													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Assegurar a promoção da equidade de género e de oportunidades no desenvolvimento económico e social, com foco na capacitação e inclusão das mulheres em todas as esferas da sociedade.													
Número ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Acesso à Oportunidades Iguais	Promover o empoderamento de rapazes e raparigas adolescentes com vista a sua retenção nas escolas	Número de raparigas e rapazes vulneráveis da 5ª a 8ª classe beneficiários de uniformes, no âmbito do Programa Eu Sou Capaz	456,107	-	456,107	-	-	Niassa (27.215), Cabo Delgado (58.013), Nampula (84.143), Zambézia (111.403), Tete (34.434), Manica (47.142), Sofala (60.218), Inhambane (9.953), Gaza (5.752), Maputo (15.397) e Cidade de Maputo (2.438)	456,108	-	809,557.00	-	809,557.00	MJD
2			Número de Raparigas Beneficiárias de Kits de Higiene	27,000	-	-	27,000	-	Niassa (3.000), Cabo Delgado (3.000), Nampula (4.200), Zambézia (4.200), Tete (2.400), Manica (3.600), Sofala (4.200), Inhambane (1.200), Gaza (1.200), Maputo (0) e Cidade de Maputo (0)	M- 2700	-	43,875.00	-	43,875.00	
3			Número de raparigas fora da escola capacitadas	27,000	-	-	27,000	-	Niassa (3.000), Cabo Delgado (3.000), Nampula (4.200), Zambézia (4.200), Tete (2.400), Manica (3.600), Sofala (4.200), Inhambane (1.200), Gaza (1.200), Maputo (0) e Cidade de Maputo (0)	M- 27000	-	263,250.00	-	263,250.00	
4	Acesso à Oportunidades Iguais	Capacitar mulheres e raparigas em empreendedorismo	Número de mulheres e raparigas capacitadas em empreendedorismo	9,495	1,491	2,034	2,537	3,433	Niassa (450), Cabo Delgado (410), Nampula (600), Zambézia (445), Tete (400), Manica (3.635), Sofala (482), Inhambane (465), Gaza (471), Maputo (676), Cidade de Maputo (1.461)	M- 9,495	-	3,578.00	-	3,578.00	MTGAS
5	Violência Baseada no Género (VBG)	Prestar assistência integrada a vítimas de VBG	Número de vítimas de VBG assistidas nos Centros de Atendimento Integrado (CAI)	7,259	1,578	1,929	1,796	1,956	Niassa (10), Cabo Delgado (1.100), Nampula (410), Zambézia (438), Tete (63), Manica (208), Sofala (860), Inhambane (1.600), Gaza (320), Maputo (1.440), Cidade de Maputo (810)	H- 1,728 M- 5,531	-	3,000.00	-	3,000.00	
6			Número de vítimas de VBG que acederam ao serviço de acolhimento temporário	1,551	365	371	363	452	Niassa (28), Cabo Delgado (25), Nampula (41), Zambézia (560), Manica (832), Sofala (35), Gaza (30)	H- 155 M- 1.396	-	3,000.00	-	3,000.00	

PILAR IV: INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL													
PROGRAMA		INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover o desenvolvimento de infra-estruturas económicas resilientes e sustentáveis para facilitar a circulação e apoiar a produção e o acesso aos mercados, visando impulsionar o crescimento económico.													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
24	Infra-estruturas de Transportes	Reabilitar Estradas Nacionais	Km de estradas nacionais reabilitadas	105	10	45	35	15	N1: Gorongosa-Caia (30km) N1: Chimuará-Nicoadala N1: Chimuará-Nicoadala (2) N1: Pemba-Metoro (início); N1: Benfica-Zimpeto (início);N1: 3 de Fevereiro-Incoluane(3); N:301.Matambo-Songo (50); N4:Ressano Garcia-Moamba (30km)	-	População no Geral	5,150,804.00	182,665.00	5,333,469.00	MTL
25		Reabilitar Estradas Regionais	Km de estradas regionais reabilitadas	30	25	5	-	-	R650: Milange - Mulombo - Mugomo (50km)	-	População no Geral	235,195.38	-	235,195.38	
26		Asfaltar Estradas Nacionais	Km de estradas nacionais asfaltadas	130	20	30	50	30	N104: Angoche-Nametili (30km) N103: Lioma -Mutuali (20) N381/R1251: Mueda-Negomano(60) N13: Malema-Cuamba (15) N280/N281:Tica-Búzi-Nova Sofala (5km)	-	População no Geral	6,212,396.00	30,713.00	6,243,109.00	
27		Asfaltar Estradas Regionais	Km de estradas regionais asfaltadas	12	7	5	-	-	R650: Milange -Coromane (12km)	-	População no Geral	236,791.00	-	236,791.00	
28		Conservar a Rede de Estradas Classificadas através da Manutenção de Rotina e resposta as Emergências	km de estradas com manutenção de rotina	12000	2000	4000	4000	2000	Manutenção de Rotina de estradas revestidas e não revestidas;(12000km) Maputo (1100km); Gaza (950km) ; Inhambane (850km); Sofala (1300km); Manica(900km); Zambézia (2600km); Tete (1200km); Nampula (1100km); Cabo Delgado (800km); Niassa(1200km).	-	População no Geral	-	1,506,800.00	1,506,800.00	
29	Infraestruturas de Transportes	Conservar a Rede de Estradas Classificadas através da Manutenção Periódica e resposta as Emergências	km de estradas revestidas com manutenção Periódica	152	32	50	40	30	N1:Pambara- Rio Save (20km); N1: Casa Nova - Inchope (8km) N1: Incoluane-Xai xai (10km); N1:Namialo - Rio Lúrio (5km); N2: Matola- Boane-Namaacha (10km); N7:Vanduzi-Catandica-Changara (10km); N14:Metoro-Montepuez(4km); N14:Marrupa-Litunde (5km); N103:Gurue-Nampevo (50km); N361:Maniamba - Metangula (20km)	-	População no Geral	-	1,154,647.00	1,154,647.00	MTL
30	Infraestruturas de Transportes	Construir pontes	Número de pontes construídas	1	-	-	-	1	Ponte de Larde (Nampula)	-	População no Geral	-	203,200.00	203,200.00	
31		Realizar manutenções de pontes	Número de pontes mantidas	14	8	8	14	14	Pontes Mantidas (14): Cabo Delgado (1): Rio Rovuma (Negomane); Nampula (1): Ilha de Moçambique; Sofala (1): Armando Guebuza; Zambézia (2): Rio Lugela e licungo; Tete(2): Samora Machel, Kassuende; Gaza (3): Rio Limpopo (Guijá, Chibuto e Xai-Xai) e Maputo(4): Rio Incomati (Moamba e Macaneta), Ponte da KaTembe e Rio Maputo	-	População no Geral	-	78,300.00	MTL	
32		Sinalizar estradas	km de estradas sinalizadas	400	50	200	100	50	N1:Mocuba-rio Lingonha (103km); N102: Chongoene-Chibuto (53km); N220: Chissano-Chibuto (39km); N221: Chibuto-Guija (60km); N2:Boane-Namaachaa (40km); N12: Namialo-Nacala Porto (105km)	-	População no Geral	-	166,582.20	166,582.20	
33	Infraestruturas de Transportes	Elaborar Projectos para a construção de estradas e pontes resilientes a mudanças climáticas	Número de projectos elaborados	3	-	-	-	3	(i) Projecto para a construção da ponte sobre o rio Save em Massangena (ii) Projecto de Estradas Resilientes ao Clima para o Norte, e (iii) Projecto executivo para a reabilitação e ampliação da estrada N1 dos troços 3 de Fevereiro-Incoluane e Benfica-Zimpeto	-	População no Geral	170,240.00	-	170,240.00	
34		Construir a ponte sobre o Rio Save (Quota do FSM)	Número de pontes construídas	1	-	-	-	1	Gaza - Massangena	-	População no Geral	-	1,000,000.00	1,000,000.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL														
PROGRAMA		INFRAESTRUTURAS SOCIAIS														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos.														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10³3Mt)		Total (10³3Mt)	Resp.	
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
1	Infra-estruturas de água e saneamento	Reabilitar e Expandir Sistemas de Abastecimento de Água nas Vilas	Número de sistemas de abastecimento de água reabilitados	2	-	-	-	2	Nametil e Malema	147282 (H: 72168 e M: 75111)	-	1,025,000.00	-	1,025,000.000	MOPPHRH	
2		Construir Sistemas de Abastecimento de Água nas Vilas	Percentagem de sistemas de abastecimento de água construídos	90%	-	-	-	90%	Namialo e Namapa	150254 (H: 73623 e M: 76629)	-	710,000.00	-	710,000.000		
3		Reabilitar e Expandir Sistema de Abastecimento de Água	Número de sistema de abastecimento de água reabilitado	1	1	-	-	-	Macia	30000 (13 400H e 16 600M)	-	-	20,000.00	20,000.000		
4			Percentagem de sistemas de abastecimento de água reabilitados	10%	-	-	-	10%	Catandica, Gurue e Bela-Vista	265000 (H:129750 e M: 135250)	-	-	5,000.00	5,000.000		
5		Infra-estruturas de água e saneamento	Equipar furos de abastecimento de água	Número de furos de água equipados	6	-	3	2	1	Niassa (2), Nampula (2) e Cabo Delgado (2)	21 900H e 24 700 M	-	-	25,050.00		25,050.000
6			Reabilitar Centros Distribuidores	Numero de sistema reabilitado	1	-	-	-	1	Chimoio	157.000 (75.360 H e 81.640 M)	-	156,000.00	-		156,000.000
7			Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores	Numero de sistema construído	1	-	-	-	1	Munhava	86 792 (41 700 H e 45 092 M)	-	349,328.57	-		349,328.571
8				Numero de sistema reabilitado	1	-	-	1	-	Dondo	-	-	-	-		0.000
9			Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores e rede de distribuição	Numero de sistema reabilitado	1	-	1	-	-	Nacala	250 000 (120 250 H e 129 750 M)	-	104,916.59	-		104,916.591
10				Numero de sistema reabilitado	1	-	-	-	1	Cidade de Tete e Moatize	162 000 (77 760 H e 84 240 M)	-	567,600.00	-		567,600.000
11	Infra-estruturas de água e saneamento	Construir sistema de captação, estação de bombagem e tratamento, e condutas adutoras	Numero de sistema construído	1	-	1	-	-	Nacala	250 000 (120 250 H e 129 750 M)	-	107,984.32	-	107,984.322		
12		Iniciar o alinhamento da conduta adutora sobre o Rio Incomati	Percentagem da conduta adutora construída	5%	-	-	-	5%	Maputo	157.000 (75.360 H e 81.640 M)	-	117,000,000.00	-	117,000,000.000		
13		Iniciar a construção dos 7 pequenos sistemas de abastecimento de água	Percentagem de sistema construído	10%	-	-	10%	-	Beira e Gorongosa	41 000 (19 721 H e 21 279 M)	-	288,000.00	-	288,000.000		
14		Iniciar a construção da estação de tratamento de água	Percentagem de estação de tratamento de água construída	35%	-	5%	10%	20%	Maputo, Boane e Matola; Xai-Xai, Chibuto e Inhambane, Pemba, Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba; Nacala; NamitecaTete, Moatize, Beira/Dondo; Gorongosa, Manica/Chimoio/Gondola, Quelimane e Mocuba; Nampula/Namiteca; Planalto de Mueda e Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba	94 000 (45 496 H e 48 504 M)	-	166,660.20	-	166,660.200		
15		Estabelecer Ligações Domiciliarias	Número de ligações domiciliárias estabelecidas	20,000	3,000	5,500	6,000	5,500	Maputo, Boane e Matola; Xai-Xai, Chibuto e Inhambane, Pemba, Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba; Nacala; NamitecaTete, Moatize, Beira/Dondo; Gorongosa, Manica/Chimoio/Gondola, Quelimane e Mocuba; Nampula/Namiteca; Planalto de Mueda e Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba	94 000 (45 496 H e 48 504 M)	-	166,660.20	-	166,660.200		
16															Expandir a rede de abastecimento de água	km de rede expandidos
17		55km	-	10	20	25	Maputo	10 340 (5 005 H e 5 335 M)	-	62,500.00	-	62,500.000				
18		Elaborar estudo de viabilidade e projecto detalhado para reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água	Número de estudos realizados	1	-	-	-	1	Xai-Xai, Chókwê e Chibuto, Inhambane e Maxixe.	-	População em Geral	128,000.00	-	128,000.000		

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL													
PROGRAMA		INFRAESTRUTURAS SOCIAIS													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos.													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Infra-estruturas de água e saneamento	Construir sistemas de abastecimento de água	Número de Sistemas de água construídos	1	-	-	-	1	Namaacha	26000 (H: 12480 e M: 13520)	-	-	12,256.18	12,256.176	MOPPHRH
2		Construir fontes de água	Número de fontes de água construídas	100	-	5	35	60	Nampula, Manica e Zambézia	17040 (H: 8180 e M: 8860)	-	62,000.00	-	62,000.000	
3		Realizar estudo de fontes alternativas para o abastecimento de água	Número de estudos realizados	1	-	-	-	1	Cidade da Beira e Dondo	850	-	9,200.00	-	9,200.00	
4		Construir Furos de emergência para abastecimento de água nos locais afectados pela poluição devido a exploração mineira	Número de furos de água abertos	15	-	-	-	15	Distritos de Manica e Sussundenga	-	População em Geral	-	10,200.00	10,200.00	
5	Infra-estruturas de água e saneamento	Reabilitar e Expandir Sistemas de Abastecimento de Água nas Vilas	Número de sistemas de abastecimento de água reabilitados	2	-	-	-	2	Nametil e Malema	147282 (H: 72168 e M: 75111)	-	1,025,000.00	-	1,025,000.000	MOPPHRH
6		Construir Sistemas de Abastecimento de Água nas Vilas	Percentagem de sistemas de abastecimento de água construídos	90%	-	-	-	90%	Namialo e Namapa	150254 (H: 73623 e M: 76629)	-	710,000.00	-	710,000.000	
7		Reabilitar e Expandir Sistema de Abastecimento de Água	Número de sistema de abastecimento de água reabilitado	1	1	-	-	-	Macia	30000 (13 400H e 16 600M)	-	-	20,000.00	20,000.000	
8		Reabilitar e Expandir Sistema de Abastecimento de Água	Percentagem de sistemas de abastecimento de água reabilitados	10%	-	-	-	10%	Catandica, Gurue e Bela-Vista	265000 (H:129750 e M: 135250)	-	-	5,000.00	5,000.000	
9		Equipar furos de abastecimento de água	Número de furos de água equipados	6	-	3	2	1	Niassa (2), Nampula (2) e Cabo Delgado (2)	21 900H e 24 700 M	-	-	25,050.00	25,050.000	
10		Reabilitar Centros Distribuidores	Numero de sistema reabilitado	1	-	-	-	1	Chimoio	157.000 (75.360 H e 81.640 M)	-	156,000.00	-	156,000.000	
11		Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores	Numero de sistema construído	1	-	-	-	1	Munhava	86 792 (41 700 H e 45 092 M)	-	349,328.57	-	349,328.571	
12		Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores e rede de distribuição	Numero de sistema reabilitado	1	-	-	1	-	Dondo	-	-	-	-	0.000	
13		Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores e rede de distribuição	Numero de sistema reabilitado	1	-	1	-	-	Nacala	250 000 (120 250 H e 129 750 M)	-	104,916.59	-	104,916.591	
14		Construir e reabilitar reservatórios nos centros distribuidores e rede de distribuição	Numero de sistema reabilitado	1	-	-	-	1	Cidade de Tete e Moatize	162 000 (77 760 H e 84 240 M)	-	567,600.00	-	567,600.000	
15		Construir sistema de captação, estação de bombagem e tratamento, e condutas adutoras	Numero de sistema construído	1	-	1	-	-	Nacala	250 000 (120 250 H e 129 750 M)	-	107,984.32	-	107,984.322	
16		Iniciar o alinhamento da conduta adutora sobre o Rio Incomati	Percentagem da conduta adutora construída	5%	-	-	-	5%	Maputo	157.000 (75.360 H e 81.640 M)	-	117,000,000.00	-	117,000,000.000	
17	Iniciar a construção dos 7 pequenos sistemas de abastecimento de água	Percentagem de sistema construído	10%	-	-	10%	-	Maputo	157.000 (75.360 H e 81.640 M)	-	288,000.00	-	288,000.000		
18	Iniciar a construção da estação de tratamento de água	Percentagem de estação de tratamento de água construída	35%	-	5%	10%	20%	Beira e Gorongosa	41 000 (19 721 H e 21 279 M)	-	2,395,714.29	-	2,395,714.286		
19	Infra-estruturas de água e saneamento	Estabelecer Ligações Domiciliarias	Número de ligações domiciliárias estabelecidas	20,000	3,000	5,500	6,000	5,500	Maputo, Boane e Matola; Xai-Xai, Chibuto e Inhambane, Pemba, Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba; Nacala; Namiteca Tete, Moatize, Beira/Dondo; Gorongosa, Manica/Chimoio/Gondola, Quelimane e Mocuba; Nampula/Namiteca; Planalto de Mueda e Município de Montepuez; Lichinga/Cuamba	94 000 (45 496 H e 48 504 M)	-	166,660.20	-	166,660.200	
20		Expandir a rede de abastecimento de água	km de rede expandidos	33km	3	10	10	10	Chimoio	6 204 (3004 H e 3 200 M)	-	461,020.00	-	461,020.000	
21		Expandir a rede de abastecimento de água	km de rede expandidos	55km	-	10	20	25	Maputo	10 340 (5 005 H e 5 335 M)	-	62,500.00	-	62,500.000	
22	Infra-estruturas de água e saneamento	Elaborar estudo de viabilidade e projecto detalhado para reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água	Número de estudos realizados	1	-	-	-	1	Xai-Xai, Chókwé e Chibuto, Inhambane e Maxixe.	-	População em Geral	128,000.00	-	128,000.000	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL														
PROGRAMA		INFRAESTRUTURAS SOCIAIS														
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos.														
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ³ Mt)		Total (10 ³ Mt)	Resp.	
				Anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno			
23	Infra-estruturas de água e saneamento	Construir /reabilitar estações de tratamento de águas e redes de esgotos das cidades	Número de estações de tratamento de águas residuais construídos	1	1	-	-	-	Quelimane	321552 (157560 H e 163992 M)	-	142,300.00	-	142,300.000	MOPHRH	
24			km de redes de esgotos reabilitados	45 km	-	45 km	-	-	Quelimane	12795 (6269 H e 6526 M)	-					
25			Reabilitar a estações de tratamento de águas residuais	Percentagem de estações de tratamento de águas residuais reabilitada	20%	-	-	-	20%	Beira	98000 (48020 H e 49980 M)	-	200,000.00	-		200,000.000
26			Reabilitar o sistema de drenagem fase 2	Número de sistemas de drenagem reabilitados	1	-	-	1	-	Beira	71.200 (35.000 H e 36.200 M)	-	1,408,000.00	-		1,408,000.000
27			Construir a estações de tratamento de águas residuais	Percentagem de estações de tratamento de águas residuais construído	10%	-	-	-	10%	Chimoio	198000 (97020 H e 100980 M)	-	126,500.00	-		126,500.000
28			Realizar estudos de abastecimento de água rural	Número de estudos realizados	3	-	-	2	1	Nacional	População em Geral	-	30,000.00	-		30,000.000
29			Construir sistemas de abastecimento de água	Número de sistemas de abastecimento de água construídos	21	-	-	5	16	Nacional	147000 (70560 H e 76440 M)	-	200,300.00	-		200,300.000
30			Iniciar a construção de sistemas de abastecimento de água rural movidos a painéis solares	Número de sistemas de abastecimento de água iniciados	16	-	8	8	-	Nampula (8) e Zambézia (8)	38400H e 41600 M	-	305,000.00	-		305,000.000
31			Iniciar a construção de sistemas de abastecimento de água	Percentagem de construção de sistemas de abastecimento de água	45%	-	-	20%	25%	Maputo e Gaza	População em Geral	-	75,000.00	-		75,000.000
32			Iniciar a elaboração de estudos de apoio ao sector privado para serviços de complementaridade de abastecimento de água	Número de estudos iniciados	2	-	2	-	-	Maputo, Gaza e Inhambane	População em Geral	-	77,000.00	-		77,000.000
33			Prosseguir com a construção do sistema de drenagem das águas pluviais	Percentagem de construção do sistema de drenagem	25%	2%	5%	8%	10%	Cidade de Maputo (Bairros Maxaquene e Polana Caniço)	População em Geral	-	1,521,215.37	-		1,521,215.370
34			Realizar actividades de apoio ao reassentamento das populações afectadas pelas obras	Número de actividades de apoio realizadas	1	-	1	-	-	Cidade de Maputo (Bairros Maxaquene e Polana Caniço)	População em Geral	-	8,010.00	-		8,010.000
35			Elaborar projecto técnico do sistema de drenagem	Número de projectos elaborados	1	-	1	-	-	Cidade de Maputo (Bairro Chamanculo C)	População em Geral	-	32,640.75	-		32,640.750
36			Iniciar a construção de sistemas de drenagem de águas fluviais	Percentagem de construção do sistema de drenagem	20%	-	-	5%	15%	Cidade de Maputo (Bairro Chamanculo C)	População em Geral	-	1,108,940.00	-		1,108,940.000
37		Infra-estruturas de urbanização e habitação	Urbanizar e disponibilizar terra infra-estruturada	Número de talhões infra-estruturados	9600	1100	1700	2000	4800	Gaza (1100), Manica (1700), Sofala (2000), Tete (1800) e Nampula (3000)	42240 (M: 21965 H: 20275)	-	-	365,193.80		365,193.800
38				Elaborar a reforma e legislação do sector imobiliário	Número de instrumentos legais aprovados	1	-	-	-	1	Nacional	População em Geral	-	-		3,376.50
39			Elaborar regulamentos para a certificação e padronização dos materiais de construção	Número de regulamentos elaborados	4	-	-	-	4	Nacional	População em Geral	-	35,175.00	-	35,175.000	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL													
PROGRAMA		INFRAESTRUTURAS SOCIAIS													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos.													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10*3Mt)		Total (10*3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
40	Infraestruturas de Saúde	Construir e apetrechar o hospital distrital de (quota do FSM)	Número de hospitais distritais construídos e apetrechados	1	-	-	-	1	Gaza (Chibuto)	-	População em Geral	-	500,000.00	500,000.00	MOPHRH
41		Construir e equipar postos comunitários de saúde	Número de Postos Comunitario construídos	20	-	-	-	20	Niassa (4); Cabo Delgado (2); Nampula (4); Tete (2); Zambézia (4); Manica (1); Sofala (1); Inhambane (1); Gaza (2); Maputo Provincia (0)	-	População em Geral	-	95,000.00	95,000.00	
42			Número de Postos Comunitários equipados	20	-	-	-	20	Niassa (4); Cabo Delgado (2); Nampula (4); Tete (2); Zambézia (4); Manica (1); Sofala (1); Inhambane (1); Gaza (2); Maputo Provincia (0)	-	População em Geral	-	64,891.20	64,891.20	
43		Conduzir o hospital distrital	Número de hospitais concluídos	1	-	-	-	1	Zambezia (1) Moepia	-	População em Geral	-	83,459.26	83,459.26	
44		Construir armazem de medicamentos em Nacala Porto	Número de armazéns de medicamentos construídos	1	-	-	-	1	Nacala Porto	-	População em Geral	367,577,233.92	-	367,577,233.92	
45	Infraestruturas da Educação	Construir escolinhas comunitárias	Número de escolinhas comunitárias construídas e operacionais	20	-	-	10	10	Niassa (8), Cabo Delgado (4) e Nampula (8)	-	População em Geral	153,400.00	-	153,400.00	MTGAS/ MEC
46		Construir e apetrechar Centros de Atendimento Integrados a Vítimas de Violência Baseada no Género (VBG) segundo o padrão de qualidade e resiliência	Número de centros de atendimento integrados construídos e operacionais	10	-	2	4	4	Niassa (1), Cabo Delgado (2), Nampula (3), Manica (1), Sofala (2) e Maputo (1)	-	População em Geral	45,000.00	-	45,000.00	MTGAS
47		Conduzir a construção de Escolas Secundárias na Provincia de Gaza e Nampula	Número de Escolas Secundarias Construídas	3	-	-	-	3	Gaza e Nampula	-	População estudantil	307,200.00	34,117,668.26	34,424,868.26	MOPHRH
48		Conduzir a construção de salas do Ensino Primário	Número de salas do Ensino Primário concluídas	50	-	-	-	50	Nacional	-	População estudantil	4,732,000.00	23,700,000.00	28,432,000.00	
49		Adquirir Mobiliarios Escolares para Escola Secundaria de Maringanha	Número de Escolas Secundarias apetrechadas	1	-	-	-	1	Maringanha	-	População estudantil	-	20,065,051.74	20,065,052.74	
50	Rabiltar o Instituto Industrial e Comercial da Beira		Numero de Institutos reabilitados	1	-	-	-	1	Provincia de Sofala	-	População estudantil	9,594.64	-	9,594.64	
51	Construir Centro Internato e Lar do Instituto Industrial e Comercial da Beira	Percentagem de execução da obra	30%	-	-	-	30%			-	População estudantil	585,000.00	-	585,000.00	
52	Infra-estruturas de Acção Social	Construir casas para Combatentes com deficiência Profunda	Numero de casas construídas	15	-	-	-	15	Zambezia	15	Combatentes com Deficiencia Profunda	-	138,140.00	138,140.00	
53															

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL																
PROGRAMA		INFRA-ESTRUTURAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social, garantindo igualdade de acesso para todos os cidadãos.																
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta				Localização	Beneficiários		Orçamento (10 ⁶ 3Mt)		Total (10 ⁶ 3Mt)	Resp.				
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre		IV Trimestre	Quantitativo	Qualitativo	Externo			Interno			
1		Construir edifícios para o funcionamento Conservatórias e Palácio dos Casamentos	Número de Conservatórias construídas	3	-	-	-	1	Provincia de Maputo(Fumento)	-	2125	-	25.000,00	25.000,00	MJCR			
					-	-	-	1	Provincia de Tete(Matundo)			-	13.000,00	13.000,00				
					-	-	-	1	Provincia de Manica(Sussundenga)			-	13.000,00	13.000,00				
			Número de Palácios de Casamento construídos	1	-	-	-	1	Provincia de Inhambane(Cidade de Inhambane)			-	14.000,00	14.000,00				
2		Reabilitar postos de registo civil	Número de postos de Registo Civil reabilitados	39	9	10	10	10	Maputo Cidade, Manica, Tete e Niassa			255.000,00	-	255.000,00				
3		Construir Delegações Distritais do IPAJ	Numro de delegações distritais construídas	1	-	-	1	-	Provincia de Manica	-	População no Geral	-	16.000,00	16.000,00				
4	Infra-estruturas da Administração Pública	Construir e reabilitar Infra-estruturas e Administração Pública	Número de Infra-estruturas da Administração pública construídas e operacionais	1	-	-	-	1	Gaza - Limpopo	1.455.550	População no Geral	-	2.800.000,00	2.800.000,00	MOPHRH			
5				Iniciar a construção da Cidadela Parlamentar	1		1		Mocuba-Zambézia		Populacao em Geral		500,947.50	500,947.50				
6				Número de Infra-estruturas da Administração pública reabilitadas e operacionais	2	-	-	-	2	Nampula - Mongicuale e Zambezia - Mocubela	-	População no Geral	-	1.600.000,00		1.600.000,00		
7				Concluir a construção da delegação do Instituto dos Transportes Marítimos	Número de delegações concluídas	2	-	-	-	2	Inhambane e Quelimane	-	População em Geral	-		18.900.35	18.900.35	
8				Construir a delegação do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários	Edifício Concluído	1	-	-	-	1	Tete	-	População em Geral	-		75.000,00	75.000,00	
9				Construir postos fiscais e de cobrança (Quota do FSM)	Número de postos fiscais e de cobrança construídos	4	-	-	-	4	Nampula (Namiãlo e Malema); Sofala (Muchungue) e Zambézia (Molumbo)	-	População em Geral	-		FSM	-	AT
10				Construir Centros Inteligentes de Exames de condução do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários	Centro de Exames Construído	1	-	-	-	1	Maputo	-	População em Geral	-		75.000,00	75.000,00	MTL

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR IV		INFRAESTRUTURAS, ORGANIZAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL													
PROGRAMA		DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL INTEGRADO E INFRA-ESTRUTURA SUSTENTAVEL													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Desenvolvimento e Organização Territorial Integrado e Infra-Estrutura Sustentável													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10*3Mt)			Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno	Total (10*3Mt)	
1	Desenvolvimento e Organização Territorial	Actualizar e Padronizar a Base Toponímica Nacional	Número de toponimos padronizados e aprovados	100	-	-	100	-	Nacional	-	População em Geral	-	1000	1000	MAEFP
2		Delimitar as unidades territoriais	Número de unidades territoriais delimitados.	50	-	10	20	20	Distritos de Marromeu, Machanga, Dondo, Gorongosa, Muanza e Cheringoma na Província de Sofala	2.388.902	-	-	8000	8000	
3		Elaborar endereçamento de unidades territoriais de zonas urbanas	Número de territórios e zonas urbanas com uma Base de Dados de endereçamento elaborada	4	-	-	2	2	Vilas de Massingir e Praia de Bilene (Província de Gaza) e Cidade de Vilanculo e Vila de Homoine (Província de Inhambane	313200	-	-	8000	8000	
4		Recuperar terras ociosas	Hectares de terra recuperada	100,000	15,000	25,000	30,000	30,000	Todo o Pais	-	População em Geral	-	9,000.00	9000.00	MAAP
5		Elaborar instrumentos de Ordenamento Territorial	Número de instrumentos de Ordenamento Territorial elaborados	3	-	1	1	1	Todo o Pais	-	População em Geral	-	6,000.00	6000.00	
6		Financiar a construção de casas para o reassentamento da lixeira do Hulene	Número de casas construídas	100	-	-	-	100	Província de Maputo	-	População em Geral	-	45,000.00	45,000.00	
7		Financiar a regularização de uso e aproveitamento de terras	Número de DUAT emitidos	50,000.00	-	-	-	50,000.00	Nacional	H-30000 M-20000	-	-	39,932.27	39,932.27	

PILAR V: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PILAR V		SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA CIRCULAR													
PROGRAMA		GESTÃO AMBIENTAL													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Promover a gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e diversidade genética, visando minimizar impactos ambientais e incentivar práticas sustentáveis na exploração desses recursos													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 [^] 3Mt)		Total (10 [^] 3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Gestão Ambiental	Realizar inspeções em instalações que emitem radiação ionizante	Número de inspeções em instalações que emitem radiação ionizante realizadas	80.00	15.00	25.00	25.00	15.00	Nacional	-	População em Geral	-	7500	7500	MIREME
2		Emittir licenças para operadores e instalações que utilizam equipamentos emissores de radiação ionizante e fontes radioactivas	Número de licenças emitidas	188.00	44.00	47.00	50.00	47.00	Nacional	-	População em Geral	-	7500	7500	
3		Disseminar tecnologias e técnicas de extracção e processamento mineiro na mineração artesanal	Número de associações e cooperativas abrangidas pela disseminação	30.00	-	5.00	10.00	15.00	Nacional	-	População em Geral	-	6700	6700	
4		Realizar fiscalizações aos empreendimentos sócio económicos	Número de fiscalizações ambientais realizadas	612.00	150.00	150.00	156.00	156.00	Nacional	-	População e meio ambiente em geral	-	17,693.99	17,693.99	MAAP
5		Fiscalizar planos de exploração de terra	Número de parcelas fiscalizadas	600.00	120.00	150.00	165.00	165.00	Nacional	-	População e meio ambiente em geral	-	7,088.56	7,088.56	
6		Criar e operacionalizar o comité de gestão de Conflito Homem Fauna Bravia	Número de comités de gestão Conflito Homem Fauna Bravia criados	2.00	-	-	1.00	1.00	Tete, Sofala	-	População e meio ambiente em geral	-	6,000.00	6,000.00	
7		Reflorestar hectares de terras com espécies nativas e exóticas	Hectares de terra reflorestada	6000.00	-	1000.00	2000.00	3000.00	Nampula, Zambézia e Niassa	-	População e meio ambiente em geral	10,000.00	-	10,000.00	
8		Realizar estudos sobre o estado de exploração dos recursos pesqueiros	Número de estudos realizados	3.00	-	-	-	3.00	Gaza, Manica e Niassa	-	População em geral	30,850.00	30,850.00	61,700.00	
9		Realizar o mapeamento e ordenamento da actividade aquícola	Número de áreas mapeadas	1.00	-	-	-	1.00	Nacional	-	Operadores de aquacultura	-	61,876.00	61,876.00	
10		Cadastrar pescadores artesanais	Número de pescadores artesanais cadastrados	15000.00	3000.00	8000.00	2000.00	2000.00	MP (2500) Gaza (600), Inhambane (1015), Sofala (1100), Manica (583), Tete (1500), Zambézia (2000), Nampula (5000), Cabo Delgado (750), Niassa (750)	-	Pescadores artesanais	-	61,876.00	61,876.00	
11		Implementar plano nacional de controle de contaminantes ambientais e de resíduos de drogas veterinárias	Plano de controlo de contaminantes implementado	1.00	-	-	1.00	-	Nacional	-	Pescadores e Industria pesqueira	-	4,000.00	4,000.00	
12			Plano de controlo de resíduos de drogas veterinárias implementado	1.00	-	-	1.00	-	Zambézia e Nampula	-		-	5,500.00	5,500.00	
13		Realizar monitoria de sanidade de organismos aquáticos.	Número de monitorias a organismos aquáticos realizadas	28.00	-	-	28.00	-	Nacional	-		-	-	4,000.00	

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL E ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

PROGRAMA		MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GESTÃO DE DESASTRES													
OBJECTIVO DO PROGRAMA		Fortalecer a resiliência do País aos impactos adversos da ocorrência de desastres e mudanças climáticas e promover o desenvolvimento de uma economia verde e com baixas emissões de carbono													
Nº ORDEM	Subprograma	Acção	Indicador de Produto	Meta					Localização	Beneficiários		Orçamento (10 [^] 3Mt)		Total (10 [^] 3Mt)	Resp.
				anual	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre		Quantitativo	Qualitativo	Externo	Interno		
1	Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas	Promover a construção de infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas (mini sistemas de abastecimento de água; centros de saúde e salas de aulas)	Número de Infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas construídas	4.00	-	2.00	2.00	-	Massinga, Jangamo, Guja e Chicualacuala	H-6000; M-7000	-	18,000.00	-	18,000.00	MAAP
2		Emitir licenças de Créditos de Carbono	Número Licenças Emitidas	5.00	1.00	1.00	2.00	1.00	Nacional	-	População em geral	-	-	-	
3	Gestão do Risco de Desastres	Equipar os Comités Locais de Gestão de Riscos e Desastres (CLGRD)	Número de CLGRD equipados	8.00	-	-	8.00	-	Sofala (4) e Zambézia (4)	-	População em geral	-	3000	3000	INGD
5		Adquirir e alocar meios de busca e salvamento	Número meios de busca e salvamento adquiridos	2.00	-	-	2.00	-	Maputo	-	População em geral	-	590	590	